

11 DE MARÇO

➤ **2026**



Resultados 4T25



Contato: ri.csu.com.br | ri@csu.com.br | +55 (11) 2106-3700

Sumário

Destaques do período	03
Mensagem da Administração	05
Resultados consolidados	07
Investimentos (CAPEX)	14
Geração operacional de caixa	15
Estrutura de capital	16
Desempenho por unidade de negócio	17
CSU Pays (pagamentos digitais, <i>embedded finance</i> e fidelização e incentivo)	17
Desempenho operacional.....	17
Desempenho financeiro.....	20
CSU DX (<i>digital experience</i> e HAS)	23
Desempenho operacional.....	23
Desempenho financeiro.....	24
Mercado de capitais	27
Calendário de eventos	29
Anexos	30
Demonstração do resultado.....	30
Balanço patrimonial.....	31
Demonstração de fluxo de caixa.....	32
Reconciliação da contribuição bruta	33



Vídeoconferência de resultados

Data: Quinta-feira, 12 de março de 2026

Horário: 11:00 (BR) | 10:00 (NY)

Conferência em português com tradução simultânea para o inglês

Transmissão: [clique aqui](#)

A CSU Digital S.A. (B3: CSUD3) ("CSU" ou "Companhia"), anuncia os resultados do quarto trimestre ("4T25") e ano de 2025. Todas as informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observados os pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM, as normas IFRS emitidas pelo IASB, além de abranger as disposições da Lei nº 6.404/76.

Destaques do Período

Recordes de resultados aliados a investimentos em IA e na expansão geográfica fomentam alicerces de um novo e promissor ciclo de expansão.

Indicadores Operacionais

CSU DX: Performance operacional de destaque e recordes dos indicadores financeiros, impulsionados por hiperautomação via IA.

- **Novos contratos HAS:** 6 novos contratos celebrados no ano de 2025 – sendo um no 4T25, 4 com novos clientes – contemplando o uso da tecnologia HAS. Ao todo, foram 10 novos contratos na CSU DX.
- **Digitalização CSU DX:** Taxa de digitalização de interações e processos atinge o patamar de 75% no 4T25, refletindo os ganhos de representatividade do produto HAS.



10 novos contratos

6 Novos contratos HAS
4 Novos clientes

CSU Pays: Forte crescimento operacional, expansão do volume de negócios com clientes da base e agenda de inovação de contratos bem-sucedida.

- **Upsell:** 10 novos contratos na CSU Pays em 2025 – sendo um no 4T25 – capturando oportunidades de aprofundar a relação com clientes da base, reforçando a importância do portfólio *full service*.
- **Renovação de contratos:** Extensão de prazos entre três e cinco anos, reforçando relacionamentos de longo prazo com os clientes.



10 novos contratos

em extensões de escopo
com clientes da base

Relações sólidas

+13 anos

em média

Unidades de contas e cartões: Expansão da base de contas e cartões cadastrados, totalizando 37,5 milhões (+2,3% vs. 4T24). As unidades faturadas crescem 3,7% vs. 2T24, somando 23,2 milhões, e a taxa de ativação alcança 62% no 4T25 (vs. 61% no 4T24).



Quantidade
de contas e cartões

37,5 milhões

Quantidade e valor de transações gerenciadas: 1,2 bilhão de transações gerenciadas no ano, movimentando um volume financeiro de R\$ 486,5 bilhões em 2025 (+20,6% vs. 2024).



Quantidade de transações

1,2 bilhão



Volume de transações

R\$ 486,5 bilhões

Receita Líquida

R\$ 623,5 MM

+9,8% vs. 2024

CSU Pays

R\$ 390,5 MM

+5,4% vs 2024

CSU DX

R\$ 233,0 MM

+18,2% vs 2024

Receita Líquida: O fortalecimento da agenda comercial, aliado à contínua evolução tecnológica em ambas as verticais, impulsionou o **crescimento da receita da Companhia que alcançou o recorde histórico de R\$ 623,5 milhões 2025 (+9,8% vs. 2024)** e de R\$ 164,4 milhões no 4T25 (+12,8% vs. 4T24).

CSU Pays: Nosso core business **avança de forma consistente e recorrente em seus volumes operacionais** e encerra 2025 totalizando R\$ 390,5 milhões de receita líquida (+5,4% vs. 2024) e R\$ 102,0 milhões no 4T25 (+7,9% vs. 4T24) mantendo seu longo histórico de crescimento (CAGR 2020-2025 de +11% a.a.).

CSU DX: Impulsionada pela **transformação digital e pelas novas soluções de hiperautomação e IA**, a unidade apresentou forte expansão de receita líquida, alcançando **recordes históricos de R\$ 233,0 milhões em 2025** e de R\$ 62,4 milhões no 4T25 (respectivamente, +18,2% vs. 2024 e +21,9% vs. 4T24).

Lucro Bruto

R\$ 257,9 MM +7,7%

Mg. 41,4% -0,8 p.p.

2025

yoy

Lucro Bruto: **Crescimento consistente**, atingindo **recorde de R\$ 257,9 milhões no ano (+7,7% vs. 2024)**, com um **patamar saudável de margem bruta de 41,4%**. No 4T25, o lucro bruto alcançou R\$ 68,6 milhões (+9,5% vs. 4T24) com margem de 41,7%. Vale destacar o resultado alcançado na CSU DX que viu esse indicador crescer **+32,6%, com ganho de +2,2 p.p. de margem vs. 2024**.

EBITDA Recorrente

R\$ 228,1 MM +9,8%

Mg. 36,9% +0,3 p.p.

2025

yoy

EBITDA: Na visão recorrente, o indicador totalizou **R\$ 228,1 milhões em 2025**, com margem de 36,9% (+9,8% e +0,3 p.p. vs. 2024). No 4T25, o EBITDA recorrente totalizou **R\$ 61,9 milhões**, com margem de **37,9%** (+15,7% e +1,2 p.p. vs. 4T24). O EBITDA recorrente desconsidera os investimentos relacionados à implantação da operação nos Estados Unidos, bem como despesas associadas a novos projetos estratégicos e reoneração da folha. Mantendo tais valores no indicador, o EBITDA do ano de 2025 alcançou **R\$ 174,7 milhões** e no 4T25 foi de **R\$ 33,7 milhões**, pontualmente impactado por despesas extraordinárias, ligados especialmente à implantação da operação nos EUA.

Lucro Líquido

R\$ 106,1 MM +16,3%

Mg. 17,0% +0,9 p.p.

2025

yoy

Lucro Líquido: **Alcançou R\$ 106,1 milhões com margem líquida de 17,0% em 2025** (+16,3% e + 0,9 p.p. vs. 2024), **ambos atingindo patamar recorde**. No 4T25, totalizou **R\$ 34,1 milhões** com margem de 20,8% (+52,8% e + 5,5 p.p. vs. 4T24, respectivamente).

ROE, ROIC e ROCE

> 20%

Rentabilidade e estrutura de capital: Combinação de baixa alavancagem financeira, trajetória consistente de crescimento e rentabilidade leva a ampliação dos investimentos, retornos atrativos e geração sustentável de valor aos acionistas.

Destacados indicadores de rentabilidade: ROE, ROIC, ROCE² atingiram, respectivamente, os excelentes níveis de **22%, 21% e 20%**.

Geração de caixa: Conversão de EBITDA em caixa operacional de 2025 chega a 76%.

Distribuição de lucro: O total de proventos pagos referentes aos resultados de 2025 totalizaram R\$ 97,1 milhões, crescimento de +113,0% ou R\$ 51,5 milhões referente ao montante pago em igual período de 2024. Vale ressaltar, que no valor mencionado acima, R\$ 50 milhões do total distribuído refere-se a dividendos extraordinários, refletindo o compromisso da Companhia com a remuneração de seus acionistas e a solidez de sua geração de caixa, mesmo diante dos investimentos estratégicos realizados ao longo do exercício.

¹CAGR: Compound Annual Growth Rate (crescimento composto anualizado)

²ROCE: return on capital employed (retorno sobre o capital empregado); ROE: return on equity (retorno sobre o patrimônio líquido); ROIC: return on invested capital (retorno sobre o capital investido).



Mensagem da Administração

A CSU Digital encerrou o ano de 2025 com sólidas evoluções de seus indicadores operacionais e financeiros, evidenciando a consistência de sua estratégia e a resiliência do modelo de negócios.

Do ponto de vista operacional, destaca-se:

- forte agenda comercial, com 20 novos contratos ao longo do ano — 10 na CSU Pays e 10 na CSU DX — ampliando a carteira de clientes e diversificando as fontes de receita;
- 37,5 milhões de contas e cartões cadastrados (+2,3% vs 4T24) sendo 23,2 milhões ativos e faturáveis (+3,7% vs 4T24), representando 62% de taxa de ativação no 4T25 (61% no 4T24);
- 1,2 bilhão de transações processadas na CSU Pays, somando um volume financeiro de R\$ 486,5 bilhões (+20,6% vs. 2024);
- Mais de 15,9 milhões de processos gerenciados na CSU DX, sendo 75% de interações digitais no 4T25 — ampliando a eficiência e a escalabilidade da vertical.

Do ponto de vista financeiro, a Companhia registrou recordes históricos de receita líquida, lucro bruto e lucro líquido:

- Receita líquida: totalizou R\$ 623,5 milhões (+9,8% vs. 2024), sendo +5,4% na CSU Pays e +18,2% na CSU DX;
- Lucro bruto: alcançou recorde R\$ 257,9 milhões (+7,7% em relação a 2024), com margem bruta de 41,4%;
- EBITDA Recorrente : alcançou R\$ 228,1 milhões com expansão de 9,8% vs. 2024 e margem de 36,9%;
- EBITDA: totalizou R\$ 174,7 milhões, com margem de 28,0%, incorporando os investimentos e despesas iniciais relacionados à implantação da operação nos EUA e aprofundamento em IA, sendo várias dessas de natureza não-recorrente;
- Lucro líquido: recorde de R\$ 106,1 milhões em 2025, com margem líquida de 17,0%.

Esses resultados são consistentes com o plano estratégico da Companhia que, ao longo dos últimos anos, investiu em novos produtos e tecnologias e diversificou seu portfólio, contribuindo para um crescimento sustentável e resiliente ao longo de múltiplos ciclos econômicos. Essa trajetória positiva e ascendente de resultados e geração de caixa permite que a Companhia mantenha confiança em seu plano de investimentos e nas novas frentes de negócios que sustentarão o ciclo de crescimento para os próximos anos.

Dando um pouco mais de detalhes sobre nossa agenda de expansão geográfica, realizamos a primeira transação em ambiente de produção em dezembro, um passo extremamente importante para a conclusão do desenvolvimento e homologação da plataforma tecnológica para atuação no mercado norte-americano. Reforçamos a estrutura interna da Companhia — incluindo *compliance*, controles, governança e segurança da informação — passando a atender os padrões exigidos nesse mercado. Realizamos uma série de ações de *marketing* e posicionamento de marca, nos aproximando de potenciais clientes brasileiros e norte-americanos. Cabe reforçar que a estratégia de internacionalização seguirá pautada por disciplina e foco, com marcos operacionais e comerciais bem definidos de forma a consolidar a CSU Digital não apenas uma plataforma multiproduto, mas também, multigeográfica de serviços financeiros.

Ainda em 2025, a inteligência artificial permaneceu como um dos pilares centrais da agenda de inovação da Companhia, com a ampliação do uso de agentes e hiperautomação tanto em processos internos quanto nas soluções oferecidas aos clientes. Esses avanços impulsionaram ganhos relevantes de eficiência, escalabilidade operacional e diferenciação competitiva, fortalecendo o posicionamento da CSU Digital como uma companhia inovadora e cada vez mais protagonista na aplicação de inteligência artificial no setor de serviços financeiros.

A distribuição de proventos realizada em 2025 reforça a solidez da estrutura financeira construída ao longo dos anos. O total de proventos pagos referentes aos resultados de 2025 totalizaram R\$ 97,1 milhões, crescimento de +113,0% ou R\$ 51,5 milhões referente ao montante pago em igual período de 2024. Vale ressaltar, que no valor mencionado acima, R\$ 50 milhões do total distribuído refere-se a dividendos extraordinários, refletindo o compromisso da Companhia com a remuneração de seus acionistas e a solidez de sua geração de caixa, mesmo diante dos investimentos estratégicos realizados ao longo do exercício.

Cabe ressaltar que o ano de 2025 também foi marcado por um ambiente macroeconômico e geopolítico desafiador, com pressões advindas da inadimplência, das taxas de juros elevadas e orçamentos mais restritos para inovação de alguns clientes, cenário que tende a se prolongar no início de 2026. Nesse contexto, a Companhia priorizou a agenda – muito bem sucedida – de renovações contratuais, especialmente na CSU Pays, concluindo com êxito a renovação de todos os contratos com vencimento original em 2025 e início de 2026, com extensão de prazos por três a cinco anos adicionais — reforçando a visibilidade das receitas e a solidez das relações com os clientes da Companhia.

A Administração continua confiante na estratégia e capacidade de execução da Companhia, e reafirma seu compromisso com investidores, clientes, parceiros e colaboradores que impulsionam e sustentam o crescimento contínuo da CSU Digital

Marcos Ribeiro Leite
Fundador & CEO

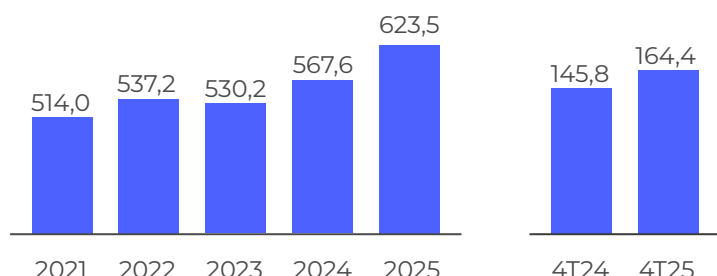


Resultados consolidados

Principais indicadores - consolidado (R\$ mil)	4T25	4T24	% Var. YoY	3T25	% Var. QoQ	2025	2024	% Var.
Receita líquida	164.433	145.792	12,8%	153.698	7,0%	623.529	567.639	9,8%
Custo Total (ex-deprec./amort.)	(82.091)	(68.979)	19,0%	(77.813)	5,5%	(310.970)	(272.813)	14,0%
Contribuição bruta	82.343	76.813	7,2%	75.885	8,5%	312.559	294.826	6,0%
Contribuição (%)	50,1%	52,7%	-2,6 p.p.	49,4%	0,7 p.p.	50,1%	51,9%	-1,8 p.p.
(-) Depreciação/Amortização	(13.734)	(14.162)	-3,0%	(14.058)	-2,3%	(54.707)	(55.437)	-1,3%
Lucro bruto	68.609	62.651	9,5%	61.827	11,0%	257.852	239.389	7,7%
Margem bruta	41,7%	43,0%	-1,3 p.p.	40,2%	1,5 p.p.	41,4%	42,2%	-0,8 p.p.
EBITDA recorrente	61.859	53.470	15,7%	56.167	10,1%	228.088	207.642	9,8%
Margem EBITDA recorrente	37,9%	36,7%	1,2 p.p.	36,8%	1,1 p.p.	36,9%	36,6%	0,3 p.p.
EBITDA	33.724	47.331	-28,7%	46.482	-27,4%	174.727	192.365	-9,2%
Margem EBITDA	20,5%	32,5%	-12,0 p.p.	30,2%	-9,7 p.p.	28,0%	33,9%	-5,9 p.p.
Lucro líquido	34.136	22.340	52,8%	23.801	43,4%	106.051	91.177	16,3%
Margem líquida	20,8%	15,3%	5,5 p.p.	15,5%	5,3 p.p.	17,0%	16,1%	0,9 p.p.

Receita líquida: A CSU Digital mantém uma trajetória consistente de crescimento de seus volumes operacionais ao longo dos anos, refletindo a resiliência do seu modelo de negócios, que deriva da sinergia e complementariedade de seu portfólio. A receita líquida da Companhia alcançou patamar recorde de **R\$ 623,5 milhões em 2025, expansão de 9,8% em relação ao ano de 2024**. No trimestre, a receita líquida totalizou R\$ 164,4 milhões, **uma evolução de 12,8% vs. o 4T24 (recorde trimestral)**.

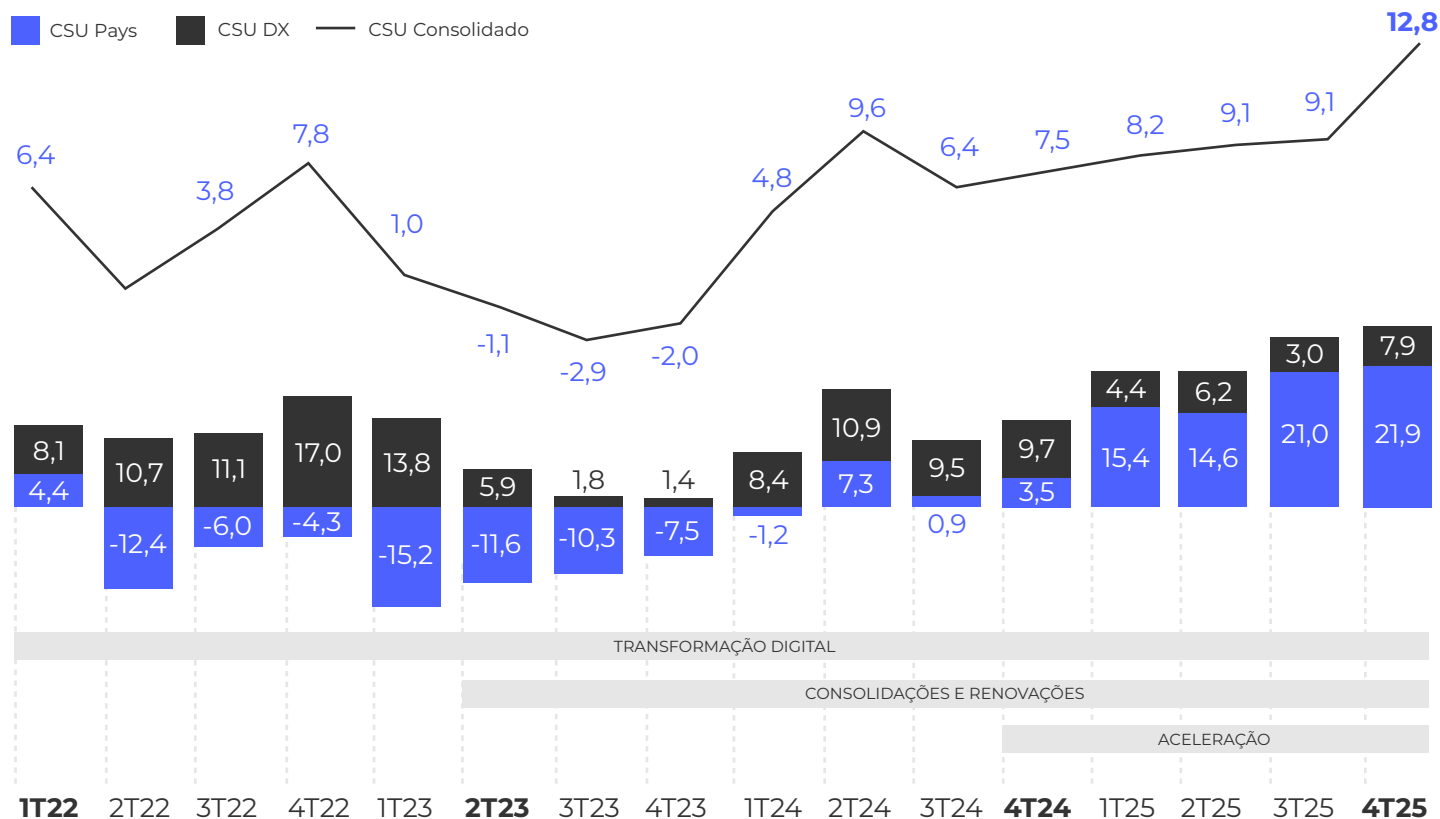
Receita líquida (R\$ milhões)



Essa trajetória observada, ano após ano, decorre principalmente da robustez e da assertividade de seu modelo de negócios *full service*. Amparada por um portfólio amplo, completo e integrado, a Companhia encontra-se estrategicamente posicionada para atender, de ponta a ponta, todo o ciclo de uma operação financeira. Essa abordagem assegura aos clientes uma experiência digital fluida, segura e de elevado valor agregado, ao mesmo tempo em que proporciona aos usuários finais uma jornada completa, reforçando o papel da CSU Digital como parceira estratégica de longo prazo.

Aceleração do crescimento da receita e contribuição das unidades

Variação da Receita Líquida vs. o mesmo trimestre do ano anterior (%)



Pela ótica da Companhia, esse modelo amplia o acesso a novos mercados, sustenta a expansão de rentabilidade e confere maior previsibilidade de receitas, mesmo em diferentes ciclos econômicos e de negócios.

Em síntese, essa forma de atuação permite que:

- a CSU **atraia novos clientes** (B2B);
- nossos clientes ofereçam **novas soluções aos seus consumidores**, criando oportunidades de receitas adicionais – sobre uma mesma base de usuários – para a CSU e seus clientes;
- as informações do perfil de cada usuário e os dados gerados a cada nova transação sejam utilizados para estimular novos usos a partir da aplicação de ferramentas avançadas de inteligência artificial de forma hiperpersonalizada, **aumentando as taxas de conversão, satisfação e fidelização**;
- **processos sejam gerenciados de forma eficiente (75% dos processos gerenciados de forma digital no 4T25)**. Em uma indústria onde manter a principalidade é o nome do jogo para sustentar os investimentos necessários na conquista de cada cliente, é necessário manter um *back office* muito eficiente.

Como podemos observar no gráfico acima, há uma clara tendência de aceleração do crescimento global da Companhia. Ao longo desse período a empresa passou por uma profunda transformação digital, o que inicialmente pressionou preços em troca de ganhos de margem. Com a completude desse processo, esses efeitos começam a pesar menos no tema preço, o que permite que os indicadores operacionais e de receita se aproximem. Vale ressaltar que operacionalmente a CSU cresceu de forma relevante nos últimos anos, assim como viu sua eficiência multiplicar (CAGR 2021-2025 de lucro bruto de 12% a.a. e +9,1 p.p. de ganho de margem desde 2021).



Abaixo, apresentamos o desempenho das nossas verticais, a CSU Pays e a CSU DX.

CSU Pays

Nosso *core business* cresce de forma recorrente e em ritmo constante em bases anuais desde 2020 (CAGR 2020-2025 de +11% a.a.) refletindo: (i) a expansão orgânica do mercado de pagamentos e da base de usuários, (ii) a aceleração de nossas novas soluções em *payments* e *embedded finance*, (iii) o relacionamento de longo prazo com nossos clientes, que favorece a expansão de negócios por meio de oportunidades de *cross-sell* e *up-sell*, e (iv) a trajetória de crescimento da vertical de fidelização e incentivo, por meio de tecnologia, dados e inteligência artificial.

A receita líquida da CSU Pays alcançou R\$ 390,5 milhões em 2025, crescimento de 5,4% em relação ao ano de 2024, e R\$ 102,0 milhões no 4T25, expansão de 7,9% na comparação com o 4T24. A unidade manteve crescimento operacional consistente ao longo do período – com ampliação da base de contas e cartões cadastrados (+2,3% vs. 4T24) e avanço do número de unidades faturadas (+3,7% vs 4T24), refletindo em uma taxa de ativação de 62% no 4T25.

Em 2025, a Companhia concluiu com elevado grau de sucesso a renovação da totalidade dos contratos com vencimento no final de 2025 e início de 2026, assegurando extensões contratuais entre 3 e 5 anos. O movimento amplia a previsibilidade, recorrência e visibilidade das receitas, além de reforçar a solidez do relacionamento com clientes, cujo prazo médio de permanência supera 13 anos.

A estratégia de renovação envolveu ajustes comerciais que geraram pressão pontual sobre preços, com efeitos parcialmente compensados por condições específicas de renovação, que incluem a adição de escopo de atuação, impactando temporariamente a conversão do desempenho operacional em receita. Os detalhes serão apresentados em seção específica dedicada à unidade.

CSU DX

Nossa unidade especializada em soluções e serviços de gestão de processos de *front-office*, *middle-office* e de *back-office* de alta complexidade tecnológica, vem investindo de forma estratégica em novas ferramentas baseadas em hiperautomação e inteligência artificial. Essa evolução permite a empresa explorar novas oportunidades de mercado e tem trazido grande êxito comercial. Desde o lançamento do HAS, no início de 2024, foram assinados 10 novos contratos, sendo 7 com novos clientes e 3 com empresas de nossa carteira (*cross-sell* e *up-sell*). Essa agenda comercial aquecida, combinada à execução consistente e à ampliação do portfólio de soluções, acelerou o ritmo de crescimento da unidade. Como resultado, a CSU DX registrou recorde histórico de receita líquida de R\$ 233,0 milhões em 2025, crescimento de 18,2% em relação a 2024, e R\$ 62,4 milhões no 4T25, expansão de 21,9% na comparação anual.

Custos

Custos (excluindo depreciação e amortização): Essa linha totalizou **R\$ 311,0 milhões em 2025**, representando um aumento de **14,0% em relação a 2024** (quando totalizou R\$ 272,8 milhões). No trimestre, os custos somaram **R\$ 82,1 milhões**, crescimento de **19,0% vs. 4T24**.

Em ambas as comparações, o aumento dos custos reflete:

- (i) O aumento da folha corrente e do estoque de férias e décimo terceiro por conta de dissídio (7,7%) maior que o previsto e dos encargos trabalhistas em razão da reoneração da folha de pagamentos (Lei nº 14.973/24), vigente desde o início de 2025;
- (ii) A ampliação da estrutura operacional, a fim de suportar o crescimento do volume de atividades no Brasil, bem como o ciclo inicial de novos contratos na CSU Pays e na CSU DX, que demandam maiores desembolsos iniciais até atingirmos maturidade e diluição de custos;



- (iii) A expansão de custos relacionados a licenças e aluguel de *softwares*, somado a maior dispêndio com armazenamento em nuvem (*storage*) para comportar o crescimento das novas operações;
- (iv) Investimentos em segurança cibernética e estruturação de processos de governança, visando antecipar riscos emergentes e assegurar a integridade dos dados e das operações. Tais investimentos refletem o compromisso da Companhia com a conformidade regulatória junto ao Banco Central e às Bandeiras, consolidando uma base sólida de controles internos e mitigação de riscos operacionais.

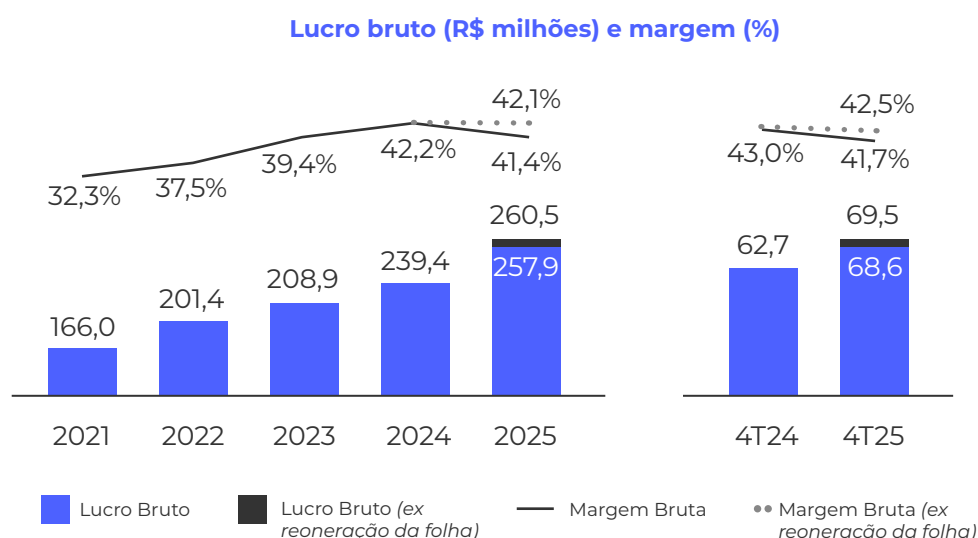
Contribuição bruta³: Com isso, no ano, a contribuição bruta totalizou **R\$ 312,6 milhões, sendo o maior valor da série histórica, com margem de 50,1%** (R\$ 294,8 milhões e margem de 51,9% em 2024), aumento de R\$ 17,7 milhões no período **(+6,0% e -1,8 p.p. vs. 2024, respectivamente)**. No trimestre, totalizou R\$ 82,3 milhões com margem de 50,1% (R\$ 76,8 milhões e margem de 52,7% no 4T24), representando um aumento de R\$ 5,5 milhões no período mencionado **(+7,2% e -2,6 p.p. vs. 4T24, respectivamente)**.

Lucro bruto

Incluindo a depreciação e amortização pertinentes à linha de custos apresentada anteriormente, **os custos totais atingiram R\$ 365,7 milhões em 2025** representando um aumento de **11,4% ou R\$ 37,4 milhões** em relação a 2024 (quando totalizou R\$ 328,2 milhões). No trimestre, os custos somaram **R\$ 95,8 milhões**, crescimento de **R\$ 12,7 milhões (+15,3% vs. 4T24)**.

Assim, como resultado das variações acima mencionadas, no ano o **lucro bruto alcançou recorde de R\$ 257,9 milhões com margem bruta de 41,4%, +7,7% vs. 2024**. No trimestre totalizou R\$ 68,6 milhões com margem bruta de 41,7% ante R\$ 62,7 milhões e margem de 43,0% no mesmo período do ano anterior **(+9,5% e -1,3 p.p. vs. 4T24, respectivamente)**.

O crescimento contínuo do lucro bruto da Companhia (CAGR 2021–2025 de +12%) demonstra a consistência na execução de nossos negócios, impulsionado pela evolução dos indicadores operacionais. Esse desempenho reflete um ciclo virtuoso que se inicia no crescimento sustentável da receita, é potencializado pelos ganhos de eficiência decorrentes da digitalização de processos e se consolida na rigorosa disciplina de gestão de custos. Ajustando o efeito da reoneração da folha de pagamentos, conforme detalhado anteriormente, a margem bruta de 2025 alcançaria 42,1%.



³ **Contribuição bruta:** Métrica não contábil que considera a resultante de receita líquida deduzida dos custos excluindo depreciação e amortização inerentes aos mesmos. Conferir reconciliação no anexo 4.

Despesas comerciais, gerais e administrativas ("SG&A")

Despesas SG&A consolidado (R\$ mil)	4T25	4T24	% Var. YoY	3T25	% Var. QoQ	2025	2024	% Var.
Gerais e administrativas	(47.314)	(29.063)	62,8%	(30.282)	56,2%	(136.051)	(100.322)	35,6%
Depreciação/amortização	(1.914)	(1.762)	8,6%	(1.947)	-1,7%	(7.413)	(6.271)	18,2%
Comerciais	(938)	(1.968)	-52,3%	(1.865)	-49,7%	(5.101)	(7.540)	-32,3%
Total despesas SG&A	(50.166)	(32.793)	53,0%	(34.094)	47,1%	(148.565)	(114.133)	30,2%
% da receita líquida	30,5%	22,5%	8,0 p.p.	22,2%	8,3 p.p.	23,8%	20,1%	3,7 p.p.

No ano, o SG&A da Companhia, que já inclui depreciação e amortização correspondentes ("D&A"), totalizou R\$ 148,6 milhões em comparação a R\$ 114,1 milhões no ano anterior, aumento de R\$ 34,5 milhões (+30,2% vs. 2024). No trimestre totalizou R\$ 50,2 milhões vs. R\$ 32,8 milhões (+53,0% vs. 4T24).

Em 2025, intensificamos os investimentos em frentes estratégicas que visam sustentar e acelerar o crescimento da Companhia, direcionados principalmente a três pilares:

- (i) **Fortalecimento dos times:** ao longo do ano, reforçamos nossas equipes nas áreas Comercial, Produtos e Tecnologia, com a incorporação de profissionais seniores alinhados à estratégia e às prioridades de longo prazo, ampliando nossa capacidade de execução e geração de resultados;
- (ii) **Expansão do uso de inteligência artificial:** ampliamos a aplicação de IA no desenvolvimento de soluções que impulsionam o volume de transações e elevam a eficiência operacional, incluindo o fortalecimento e a expansão não só pela perspectiva de pessoas, mas também de parcerias com fornecedores estratégicos. Essas iniciativas promoverão ganhos reais de eficiência ao longo dos próximos trimestres;
- (iii) **Lançamento da operação internacional:** ao longo de 2025, os investimentos contemplaram desembolsos em infraestrutura tecnológica, conformidade regulatória e estruturação da equipe comercial. No 4T25, as despesas concentraram-se principalmente em ações de *marketing* e posicionamento de marca no mercado norte-americano, com efeitos que ainda devem impactar o 1T26.

Os efeitos positivos desses investimentos já começam a se refletir parcialmente nos resultados, com a Companhia alcançando níveis recordes de receita líquida e lucro bruto em 2025. A tendência é de aceleração desses resultados à medida que os investimentos amadureçam e gerem novas alavancas de crescimento.

Em menor grau, o ano de 2025 também foi impactado por despesas relacionadas a auditorias e reforço das áreas que promovem controles internos e *compliance*, buscando melhorias de processos e adequação às mudanças regulatórias promovidas pelo BACEN e Bandeiras, assim como para a mitigação de riscos. Destaca-se ainda o aumento da folha mensal e do estoque de férias e décimo terceiro por conta de dissídio (7,7%) acima do previsto e dos encargos trabalhistas em razão da reoneração da folha de pagamentos (Lei nº 14.973/24), vigente desde o início de 2025, fator que também contribuiu para a elevação das despesas do período.

Desconsiderando os efeitos dos projetos estratégicos e da reoneração, as despesas ajustadas da Companhia permaneceriam em R\$ 92,7 milhões em 2025 (+0,8% vs. 2024) e em R\$ 22,6 milhões no 4T25 (-8,0% vs. 4T24).

Outras receitas (despesas) operacionais: No ano, alcançou um resultado positivo de R\$ 3,3 milhões ante R\$ 5,4 milhões em 2024, variação negativa em R\$ 2,1 milhões. No trimestre também totalizou um resultado negativo de R\$ 0,4 milhão ante um resultado positivo de R\$ 1,5 milhão, redução em R\$ 1,9 milhão.



EBITDA⁴ e margem EBITDA

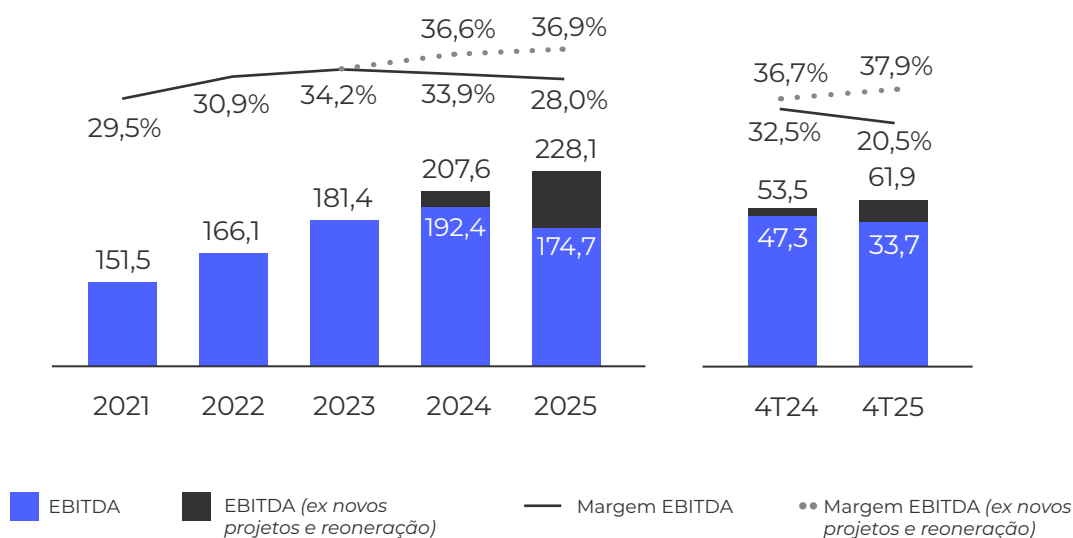
Reconciliação EBITDA consolidado (R\$ mil)	4T25	4T24	% Var. YoY	3T25	% Var. QoQ	2025	2024	% Var.
Lucro líquido	34.136	22.340	52,8%	23.801	43,4%	106.051	91.177	16,3%
(+) Imposto de renda e CSLL	(14.479)	9.120	-258,8%	5.928	-344,2%	5.221	37.496	-86,1%
(+) Resultado financeiro líquido	(1.579)	(54)	2824,1%	748	-311,1%	1.335	1.984	-32,7%
(+) Depr. e amort.	15.648	15.924	-1,7%	16.005	-2,2%	62.120	61.708	0,7%
EBITDA	33.724	47.331	-28,7%	46.482	-27,4%	174.727	192.365	-9,2%
Margem EBITDA	20,5%	32,5%	-12,0 p.p.	30,2%	-9,7 p.p.	28,0%	33,9%	-5,9 p.p.
EBITDA recorrente	61.859	53.470	15,7%	56.167	10,1%	228.088	207.642	9,8%
Margem EBITDA recorrente	37,9%	36,7%	1,2 p.p.	36,8%	1,1 p.p.	36,9%	36,6%	0,3 p.p.

O **EBITDA Recorrente** – que desconsidera os investimentos iniciais relacionados à implantação da operação nos Estados Unidos, bem como despesas associadas a novos projetos estratégicos, dissídio e reoneração da folha – alcançou **R\$ 228,1 milhões em 2025**, com margem de **36,9%** (+9,8% e +0,3 p.p. vs. 2024). No 4T25, o EBITDA recorrente totalizou **R\$ 61,9 milhões**, com margem de **37,9%** (+15,7% e +1,2 p.p. vs. 4T24).

Ao considerar os efeitos anteriormente mencionados, o **EBITDA** totalizou **R\$ 174,7 milhões em 2025 (-9,2% vs. 2024)**, com margem de **28,0%**. No trimestre, o EBITDA somou **R\$ 33,7 milhões**, em comparação a R\$ 47,3 milhões no 4T24, representando redução de 28,7%, com margem de **20,5%** (-12,0 p.p. vs. 4T24).

Por fim, vale destacar que o nível elevado de investimentos nos últimos trimestres, direcionados à execução de projetos estruturantes e novas frentes de crescimento, ainda que represente uma compressão pontual de rentabilidade no curto prazo, reforça a estratégia de posicionar a CSU para capturar oportunidades de expansão e ganhos sustentáveis de longo prazo.

EBITDA (R\$ milhões) e margem (%)



⁴EBITDA: Elaborada de acordo com a Resolução CVM 156/22, é uma medição não contábil que consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, e das depreciações e amortizações.

Resultado financeiro

Em 2025, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 1,3 milhão, em comparação ao resultado negativo de R\$ 2,0 milhões em 2024, uma evolução positiva de R\$ 0,7 milhão. No trimestre, o resultado financeiro totalizou R\$ 1,6 milhão positivo, frente a R\$ 0,1 milhão no 4T24, representando variação de R\$ 1,5 milhão positivo. Ambas as variações são explicadas, principalmente, pelo reconhecimento de ajustes pontuais que impactaram positivamente a receita financeira em 2025, como juros sobre receitas e créditos de benefícios fiscais retroativos a exercícios anteriores.

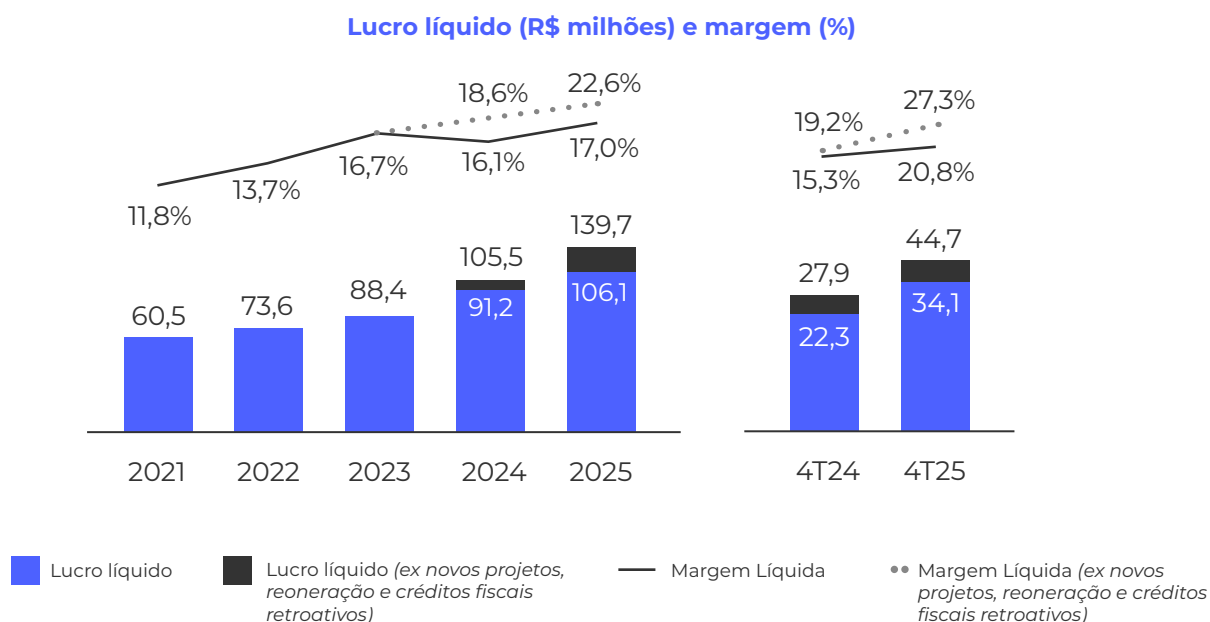
Lucro líquido

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido ("IR/CSLL"): No ano totalizou R\$ 5,2 milhões frente R\$ 37,5 milhões, redução de R\$ 32,3 milhões (-86,1% vs. 2024). No 4T25, o volume de IR/CSLL totalizou um valor positivo de R\$ 14,5 milhões em comparação a um valor negativo de R\$ 9,1 milhões no 4T24, melhoria de R\$ 23,6 milhões.

O desempenho é explicado pela retomada da obtenção de créditos fiscais relacionados à Lei do Bem ao longo de 2025, decorrente de ajustes nos processos internos de acompanhamento de projetos e investimentos que passaram a ser recorrentes. Tais créditos devem se manter ao longo dos próximos anos, ainda que em menor proporção.

No 4T25, o resultado foi adicionalmente beneficiado pela realização de créditos fiscais retroativos de anos anteriores, de natureza não recorrente, que impactaram significativamente a alíquota efetiva do período.

Lucro líquido e margem líquida: No ano o lucro líquido alcançou um valor **recorde histórico de R\$ 106,1 milhões, com uma margem líquida de 17,0%** em comparação a R\$ 91,2 milhões e margem de 16,1% em igual período do ano anterior (+16,3% e +0,9 p.p. vs. 2024, respectivamente). No trimestre o lucro líquido alcançou recorde de R\$ 34,1 milhões com margem líquida de 20,8% (+52,8% e +5,5 p.p. vs. 4T24, respectivamente).



A Companhia segue se posicionando para um horizonte de expansão ainda mais promissor, sustentado pela intensificação dos investimentos na operação internacional, além dos realizados em segurança, tecnologia e inovação, especialmente na frente de inteligência artificial. Ao desconsiderar os efeitos dos investimentos em novas iniciativas estratégicas, da reoneração da folha e dos benefícios de créditos fiscais retroativos de anos anteriores, de natureza não recorrente, o **lucro líquido de 2025 alcançaria R\$ 139,7 milhões, com margem líquida de 22,6% (+32,4% e +4,0 p.p. vs. 2024)**, enquanto no 4T25 totalizaria **R\$ 44,7 milhões, com margem líquida de 27,3% (+60,0% e +8,2 p.p. vs. 4T24)**.

Investimentos (CAPEX⁵)

CAPEX total: No ano, os **investimentos totalizaram R\$ 84,7 milhões** em comparação a R\$ 76,0 milhões em 2024, um aumento de R\$ 8,7 milhões (+11,5% vs. 2024). No 4T25, totalizou **R\$ 27,0 milhões** frente a R\$ 21,7 milhões no mesmo período do ano anterior, aumento de R\$ 5,3 milhões (+24,5% vs. 4T24). Em linha com o histórico, em 2025, os investimentos representaram 13,6% da receita líquida.

O volume de investimentos em ativos tangíveis e intangíveis registrado nos últimos anos reflete o avanço de projetos estratégicos que incluem o desenvolvimento de novas modalidades de pagamentos digitais, soluções de *embedded finance*, o fortalecimento da infraestrutura de dados e segurança, o lançamento do produto de hiperautomação de processos da CSU DX (HAS), a aplicação massiva de inteligência artificial na frente de pagamentos (CSU Pays) e a expansão internacional da Companhia.

- CSU Pays (90% do total em 2025):** No ano, o CAPEX totalizou R\$ 75,7 milhões, frente a R\$ 68,9 milhões no ano de 2024, representando um aumento de R\$ 6,8 milhões (+9,8% vs. 2024). No trimestre, o CAPEX somou R\$ 24,2 milhões, frente a R\$ 19,4 milhões no 4T24, incremento de R\$ 4,8 milhões (+24,9% vs. 4T24). Também contribuíram para o montante os maiores investimentos para estruturação das operações *cross-border* e o desenvolvimento de aplicações de inteligência artificial para pagamentos, voltadas à integração de múltiplos pontos de contato e fontes de dados, fortalecendo a performance das transações e as soluções de prevenção a fraudes.
- CSU DX (6% do total em 2025):** No ano, totalizou R\$ 5,4 milhões frente a R\$ 3,4 milhões em 2024, um aumento de 56,5% refletindo os maiores investimentos para atender as evoluções do HAS. No trimestre, totalizou R\$ 1,4 milhão frente a R\$ 1,2 milhão, aumento de R\$ 0,2 milhão.
- Corporativo (4% do total em 2025):** No ano, totalizou R\$ 3,7 milhões, em linha com o registrado em 2024. No 4T25, houve um aumento de R\$ 300 mil, totalizando R\$ 1,4 milhão (R\$ 1,1 milhão no 4T24), crescimento de 30,6% vs. o mesmo período do ano anterior.

Investimentos (R\$ mil)	4T25	4T24	% Var. YoY	3T25	% Var. QoQ	2025	2024	% Var.
CSU Pays	24.215	19.382	24,9%	18.212	33,0%	75.686	68.939	9,8%
CSU DX	1.403	1.248	12,4%	954	47,0%	5.362	3.426	56,5%
Corporativo	1.391	1.065	30,6%	1.116	24,7%	3.671	3.648	0,6%
Capex total	27.009	21.695	24,5%	20.282	33,2%	84.719	76.013	11,5%
% da receita líquida	16,4%	14,9%	1,5 p.p.	13,2%	3,2 p.p.	13,6%	13,4%	0,2 p.p.

⁵ **CAPEX:** Os investimentos corporativos refletem, em sua grande maioria, os investimentos nas plataformas tecnológicas de gestão, tanto em termos de *software* como de *hardware*, bem como benfeitorias em geral. Tal valor difere do "Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento" da Demonstração de Fluxo de Caixa devido aos *leasings* e investimentos em participação societárias.



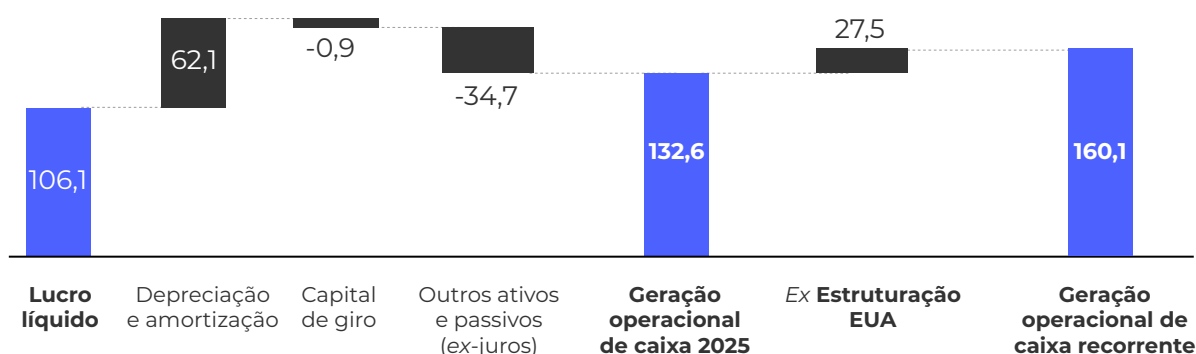
Geração operacional de caixa

O caixa gerado pelas atividades operacionais somou, em 2025, R\$ 132,6 milhões vs. R\$ 176,2 milhões em 2024, redução de R\$ 43,6 milhões (-24,7% vs. 2024). Essa redução reflete principalmente a variação em outros ativos e passivos, que contemplam fornecedores e adiantamentos realizados, e está associada aos maiores dispêndios incorridos no 4T25 relacionados ao lançamento da operação internacional nos Estados Unidos, incluindo investimentos em infraestrutura tecnológica, conformidade regulatória, *marketing* e estruturação operacional.

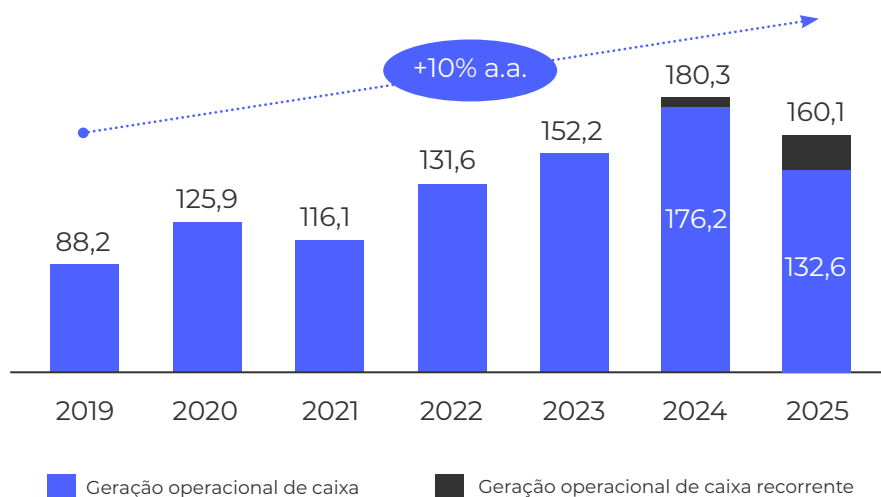
Desconsiderando os efeitos acima mencionados, o caixa gerado pelas atividades operacionais (recorrente) teria atingido R\$ 160,1 milhões em 2025. Cabe destacar que o maior nível de investimentos realizados nos últimos trimestres vem sendo integralmente financiado pelos resultados recorrentes da Companhia.

Desde 2019, a geração operacional de caixa tem **CAGR superior a 7% a.a. (10% recorrente)**, refletindo os contínuos avanços operacionais e, conseqüentemente, o maior lucro auferido. A Companhia possui um longo e consistente histórico de entrega de resultados e de geração de caixa, evidenciado pelo alto índice de conversão do EBITDA, que em 2025 foi de **76%**.

Reconciliação da geração operacional de caixa consolidado (R\$ milhões)



Histórico de crescimento da geração operacional de caixa consolidado (R\$ milhões)



Estrutura de capital⁶

Mantemos uma **estrutura de capital sólida e adequada** ao atual estágio de negócios e de mercado, o que nos permite seguir investindo de forma consistente, preservar uma política saudável de remuneração aos acionistas, além de manter flexibilidade para eventuais movimentos de alavancagem financeira, caso surjam oportunidades atrativas de geração de valor e expansão de ativos.

Dívida bruta: Ao final de 2025, analisando exclusivamente a dívida onerosa (empréstimos e financiamentos), encerramos o ano com um saldo bruto de R\$ 82,7 milhões ante R\$ 1,7 milhão ao final de 2024, um aumento de R\$ 81,0 milhões. Foi estruturada uma captação pela subsidiária CSU Internacional em dólares americanos, com taxa de juros de 6% ao ano, refletindo condições significativamente mais competitivas em relação às taxas disponíveis no mercado brasileiro, permitindo à Companhia financiar a expansão internacional e a distribuição extraordinária de dividendos com maior eficiência de custo. O endividamento bruto total, que inclui passivos de arrendamento, encerrou o ano de 2025 em R\$ 123,6 milhões contra R\$ 70,5 milhões no ano anterior, aumento de R\$ 53,1 milhões (+75,2%).

Caixa e equivalentes de caixa: Ao final do ano, o saldo de caixa e equivalentes somou **R\$ 75,7 milhões**. Desse total, o saldo de disponibilidades (ex- "depósitos") totalizou R\$ 56,1 milhões ante R\$ 77,4 milhões no mesmo período do ano anterior (-27,6% vs. 4T24).

Dívida líquida: Considerando apenas os passivos de dívida onerosa, a Companhia encerrou o trimestre com uma dívida onerosa líquida de **R\$ 26,6 milhões ex- "Depósitos" (sendo R\$ 7,0 milhões de dívida onerosa líquida considerando o caixa total)**. Com relação ao endividamento bruto total, ao final do trimestre, a Companhia registrou uma dívida líquida de R\$ 67,5 milhões ex- "Depósitos" (R\$ 47,9 milhões de dívida líquida considerando o caixa total).

Dívida líquida/EBITDA 12M: A relação dívida líquida (usando como referência o caixa livre e os passivos de dívida onerosa) sobre EBITDA em 2025 foi de 0,15x ante -0,39x em 2024. Considerando o endividamento total, a relação dívida líquida sobre EBITDA em 2025 foi de 0,39x ante -0,04x em 2024.

Endividamento consolidado (R\$ mil)	4T25	4T24	% Var. YoY	3T25	% Var. QoQ
Empréstimos e financiamentos	82.703	1.677	-	-	-
Curto prazo	167	1.677	-90,0%	-	-
Longo prazo	82.536	-	n.a.	-	-
(-) Caixa Livre	56.063	77.399	-27,6%	74.233	-24,5%
(+) Caixa e equivalentes de caixa	75.674	96.197	-21,3%	100.728	-24,9%
(-) Saldo de depósitos do passivo	19.611	18.798	4,3%	26.495	-26,0%
Dívida onerosa líquida	26.640	(75.722)	-135,2%	(74.233)	-135,9%
EBITDA 12M	174.727	192.368	-9,2%	188.333	-7,2%
Dívida onerosa líq./EBITDA 12M (x)	0,15	(0,39)	0,55	(0,39)	0,55
Passivos de arrendamento (IFRS 16)	40.892	68.864	-40,6%	49.383	-17,2%
Dívida bruta	123.595	70.541	75,2%	49.383	150,3%
(-) Caixa Livre	56.063	77.399	-27,6%	74.233	-24,5%
(+) Caixa e equivalentes de caixa	75.674	96.197	-21,3%	100.728	-24,9%
(-) Saldo de depósitos do passivo	19.611	18.798	4,3%	26.495	-26,0%
Dívida líquida	67.532	(6.858)	-	(24.850)	-
EBITDA 12M	174.727	192.368	-9,2%	188.333	-7,2%
Dívida líq./EBITDA 12M (x)	0,39	(0,04)	0,42	(0,13)	0,52

⁶ **Estrutura de capital:** Dados pós-IFRS 16. Além disso, ao final do trimestre a Companhia não possuía dívidas em moeda estrangeira e não se utilizou de instrumentos derivativos. O caixa é aplicado em Certificados de Depósito Bancários (CDBs) compromissados emitidos por bancos de primeira linha.

Desempenho por unidade de negócio

A CSU Digital é considerada **pioneira** e uma das mais **inovadoras** empresas provedoras de infraestrutura tecnológica (*infrastruct*) para serviços financeiros do mercado. A empresa desenvolveu e executou ao longo dos anos um modelo que se baseia no conceito *full service*. Nesse modelo, a CSU Digital oferece globalmente uma **robusta** infraestrutura tecnológica para serviços financeiros (CSU Pays), ao mesmo tempo em que disponibiliza toda sustentação operacional (CSU DX) desses produtos no dia a dia com altíssimo grau de automação e performance, para que nossos clientes (B2B) possam entregar uma experiência única e completa aos seus usuários (B2B e B2C) em um curto espaço de tempo e sem que precisem despendar grandes investimentos.

Essa forma de atuar permite relevantes sinergias entre os produtos, que **são potencializadas pela aplicação de inteligência artificial** às suas interfaces. Utilizamos uma enorme massa de dados que nasce da nossa própria plataforma e de seus múltiplos pontos de contato com os usuários. Esses dados se somam a uma série de outras fontes externas para criar algoritmos que visam incentivar mais transações, ajudam a fidelizar usuários e trazem melhoria de produtividade.

CSU Pays (pagamentos digitais, *embedded finance* e fidelização e incentivo)

A **CSU Pays** (nosso *core business*) é a divisão de negócios que engloba todas as soluções de ponta em serviços de Pagamentos Digitais, *Embedded Finance* e de Fidelização & Incentivo, com possibilidade de oferta multigeográfica. Nossas soluções percorrem todo o ciclo de uma esteira de serviços financeiros e vão desde a originação, o processamento e validação de transações, a administração dos múltiplos meios eletrônicos de pagamento e múltiplas moedas, mecanismos de análise e prevenção à fraude, todo o *back office* digital para análise de riscos, análise de crédito, intercâmbio, *onboarding* e curadoria, além de soluções de processamento para os adquirentes.

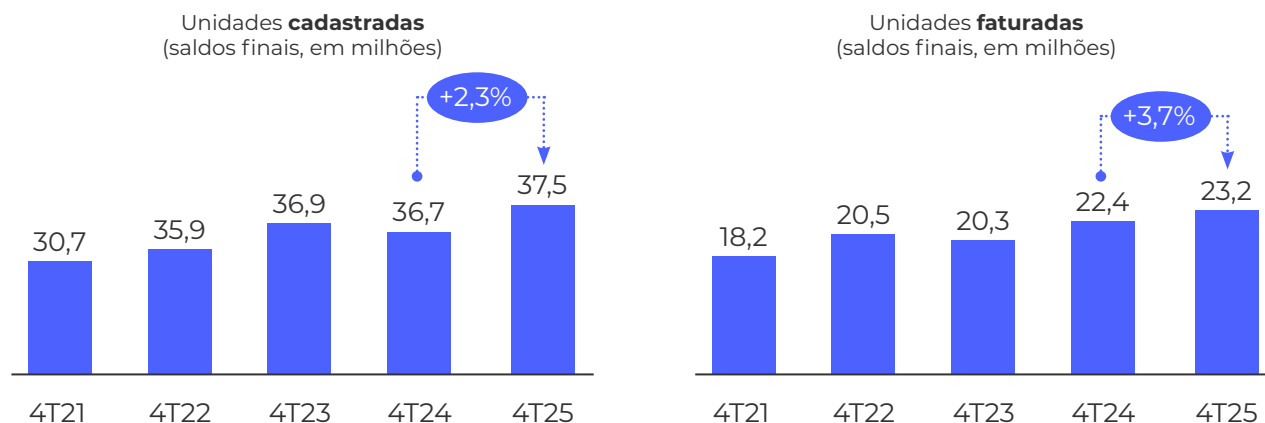
Possuímos o **portfólio mais amplo do mercado** para pagamentos via cartões, Pix, Pix Parcelado e Criptomoedas. Lançamos também uma plataforma completa de *embedded finance* que inclui produtos como contas digitais PF e PJ, recebimento e transferência eletrônica de recursos (*cash in* e *cash out*), pagamento de contas, recargas, emissão e liquidação de boletos e demais produtos financeiros (crédito, investimentos, seguros) que são totalmente integrados através de nossa plataforma CSU Switcher.

Desempenho operacional

Nos últimos anos, a unidade **CSU Pays** apresentou crescimento consistente e relevante de seus volumes operacionais. Pilar central da estratégia de negócios da Companhia, essa divisão deve permanecer, no médio e longo prazo, como a principal geradora de faturamento, especialmente em função do maior dinamismo do mercado em que atua e da ampliação recente do portfólio de soluções. O modelo de atuação da CSU Pays proporciona elevada previsibilidade de receitas, sustentada por sua natureza recorrente (*platform as a service*), com faturamento baseado em faixas de volume de contas, cartões e transações sob gestão.

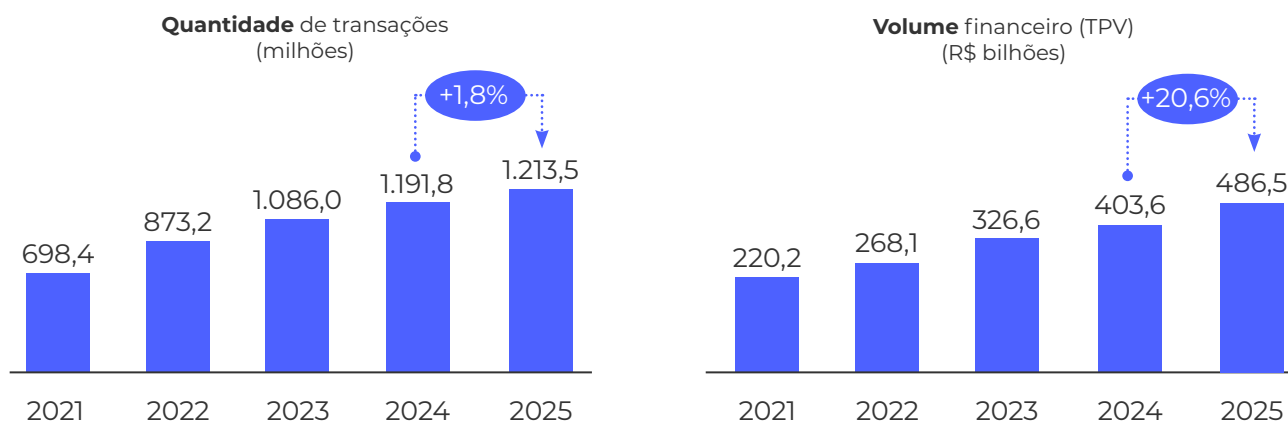
Abaixo, apresentamos os indicadores da operação da CSU Pays:

Contas e cartões



- **Unidades de contas e cartões cadastrados:** A evolução histórica deste indicador evidencia uma trajetória sólida e contínua de crescimento, sustentada tanto pela expansão orgânica das operações dos nossos clientes (B2B) quanto pela celebração de novos contratos ao longo dos anos. Ao final do 4T25, atingimos 37,5 milhões de contas e cartões cadastrados em nossas bases, superior em +2,3% o registrado no 4T24.
- **Unidades de contas e cartões faturados:** Encerramos o 4T25 com **23,2 milhões** de contas e cartões faturados, frente a 22,4 milhões no 4T24 – **expansão de 0,8 milhão (+3,7% vs. 4T24)**. Cabe destacar que novas bases de usuários cadastrados podem levar algum tempo até que se inicie efetivamente o uso dos cartões. Gradualmente, a atividade transacional acaba convergindo para níveis semelhantes aos observados nas bases já maduras.
- **Taxa de ativação:** Calculada pela razão entre o número de contas e cartões faturados e o total cadastrado, ao final do 4T25, a taxa de ativação atingiu **62%** frente a 61% no 4T24 **(+1,0 p.p.)**. A CSU segue aprimorando suas tecnologias e serviços para acelerar a percepção de valor pelos novos clientes e ampliar a ativação de usuários, indicador central da estratégia da Companhia e de seus clientes B2B: (i) o portfólio integrado de soluções inovadoras fortalece a diferenciação competitiva, aumenta a principalidade e impulsiona a adoção pelos usuários finais e (ii) a incorporação de componentes de inteligência artificial às plataformas sustenta o amadurecimento contínuo dessas soluções, elevando a qualidade e a performance dos serviços, potencializando os resultados das ações de ativação.

Volume de processamento



- **Quantidade de transações processadas:** As diferentes plataformas digitais da CSU registraram um total de **1,2 bilhão de transações em 2025, um crescimento de +1,8% em relação a 2024**. O ritmo ligeiramente inferior de expansão apresentado que, quando comparado aos anos anteriores, reflete o menor ritmo de crescimento da base de adquirência. Importante mencionar que este indicador cresce de maneira recorrente há vários anos, com um **CAGR de 14,8% a.a.** desde 2021, refletindo a capacidade da plataforma da Companhia de operar grandes volumes com alta disponibilidade e estabilidade operacional, o que sustenta e eleva os volumes de processamento.
- **Volume financeiro processado (TPV):** totalizou **R\$ 486,5 bilhões no ano de 2025, superior em R\$ 64,9 bilhões** em relação ao volume registrado em 2024 (**+20,6%**). A evolução decorre do maior número de transações processadas, abrangendo soluções de pagamento para emissores, adquirentes e contratantes de serviços de Pix e contas digitais, além do avanço do valor médio por transação como parte da estratégia de nossos clientes.

Abaixo destacamos outros importantes indicadores operacionais dessa vertical, que também geram impacto direto na volumetria de processamento:

- **Loyalty & Incentivo:** Os **volumes de resgates** deste subsegmento da CSU Pays totalizaram **R\$ 326 milhões em 2025, levando a um crescimento da receita líquida, que registrou crescimento de 24,0% em relação a 2024**. O desempenho reflete a diferenciação da Companhia por meio do uso de tecnologia, dados e inteligência artificial, que impulsionam a evolução do produto no mercado e sustentam sua trajetória de crescimento. Essa frente consolida-se como importante *driver* de receita e como elemento central da proposta de valor oferecida aos clientes, atuando como alavanca de diferenciação e fidelização na jornada de principalidade.
- **Pix avulso:** da quantidade de transações processadas e apresentadas nos tópicos acima, registramos **0,7 milhão de transações de Pix avulso** (à vista e parcelado) em 2025 (+14,2% vs. 2024), totalizando **R\$ 131,1 milhões de volume financeiro transacionado** (+59,1% e +R\$ 48,7 milhões vs. 2024).
- **Embedded Finance:** No 4T25, essa frente originou **R\$ 577,5 milhões em volume financeiro transacionado (+32,0% vs. 4T24)**. Vale relembrar que os clientes desse subsegmento estão em fase de maturação de suas operações e passam a contribuir gradativamente para a composição do resultado da Unidade. No ano, essa frente originou **R\$ 2,1 bilhões em volume financeiro transacionado**.

Os constantes avanços da CSU Pays refletem a reconhecida capacidade da CSU em atender com excelência, agilidade e precisão às demandas de um portfólio seletivo de clientes, com os quais mantemos relações de longo prazo (média de 13 anos) baseadas em credibilidade, confiança e parceria. A Companhia se diferencia no mercado pela qualidade superior de seus serviços e pela proximidade com seus clientes, característica que sustenta um histórico consistente de entregas e resultados recorrentes.

Desempenho Financeiro

Principais indicadores - CSU Pays (R\$ mil)	4T25	4T24	% Var. YoY	3T25	% Var. QoQ	2025	2024	% Var.
Receita líquida	102.022	94.592	7,9%	95.739	6,6%	390.486	370.552	5,4%
Custos (ex-deprec./amort.)	(35.957)	(31.911)	12,7%	(35.472)	1,4%	(139.991)	(126.507)	10,7%
Contribuição bruta	66.066	62.681	5,4%	60.267	9,6%	250.495	244.045	2,6%
Contribuição (%)	64,8%	66,3%	-1,5 p.p.	62,9%	1,9 p.p.	64,1%	65,9%	-1,8 p.p.
(-) Depreciação/amortização	(10.050)	(10.620)	-5,4%	(10.460)	-3,9%	(40.445)	(40.719)	-0,7%
Lucro bruto	56.016	52.061	7,6%	49.807	12,5%	210.050	203.326	3,3%
Margem bruta	54,9%	55,0%	-0,1 p.p.	52,0%	2,9 p.p.	53,8%	54,9%	-1,1 p.p.
Despesas ⁸	(35.531)	(20.722)	71,5%	(21.384)	66,2%	(99.162)	(69.938)	41,8%
(+) Depr. e amort.	11.508	11.946	-3,7%	11.930	-3,5%	46.042	45.155	2,0%
EBITDA recorrente	44.191	48.591	-9,1%	48.383	-8,7%	188.619	190.353	-0,9%
Margem EBITDA recorrente	43,6%	51,4%	-7,8 p.p.	50,9%	-7,3 p.p.	48,7%	51,4%	-2,7 p.p.
EBITDA	31.993	43.285	-26,1%	40.353	-20,7%	156.930	178.540	-12,1%
Margem EBITDA	31,4%	45,8%	-14,4 p.p.	42,1%	-10,7 p.p.	40,2%	48,2%	-8,0 p.p.

Receita líquida:
R\$ 390,5 MM +5,4%
2025 yoy

Receita líquida: A receita alcançou o valor de R\$ 390,5 milhões no em 2025 (+5,4% vs. 2024) e R\$ 102,0 milhões no 4T25 (+7,9% vs. 4T24), impulsionada pelos volumes operacionais de todos os subsegmentos dessa unidade (*Payments, Embedded finance e Loyalty*).

Lucro bruto:
R\$ 210,0 MM +3,3%
Mg. 53,8% -1,1p.p.
2025 yoy

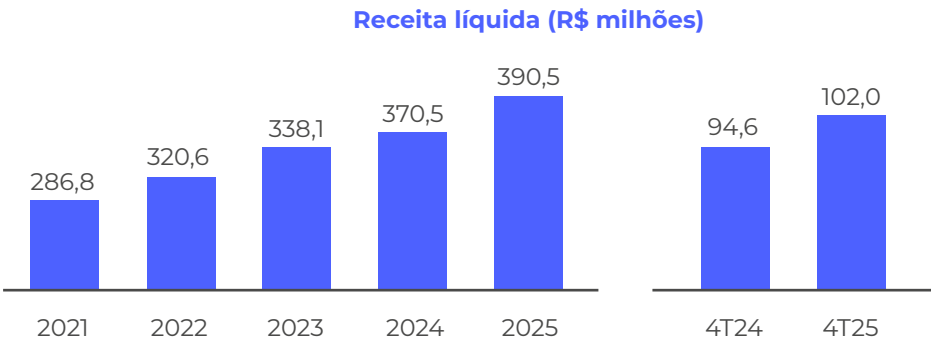
Como demonstrado anteriormente, os volumes operacionais dessa vertical crescem em função do movimento natural do mercado de pagamentos que se manteve em expansão, somado ao progresso das nossas novas soluções (que atraem novos clientes, fomentam a ativação da base de usuários e amplificam as oportunidades de cross-sell entre os segmentos).

EBITDA recorrente:
R\$ 188,6 MM -0,9%
Mg. 48,7% -2,7p.p.
2025 yoy

Vale destacar a atuação estratégica da CSU no fomento dos mecanismos de fidelização & incentivo como forma de atração, rentabilização e retenção de usuários dos nossos clientes, ampliando sua principalidade. Esse subsegmento vem atingindo resultados significativos nos últimos períodos, contribuindo para o crescimento constante observado na unidade como um todo.

Cabe ressaltar que, em 2025, a receita da vertical foi impactada por descontos comerciais, correspondentes a uma renúncia aproximada de R\$ 4 milhões por trimestre, que amorteceram parcialmente a conversão do desempenho operacional em receita. Ainda que essas renegociações tenham gerado um leve impacto no ritmo de crescimento no curto prazo, o movimento reflete uma decisão estratégica voltada ao fortalecimento das parcerias em uma perspectiva de longo prazo. Nesse contexto, a Companhia também ampliou o escopo de contratos com clientes da base, por meio da contratação de novas funcionalidades (*up-sell*), criando fundamentos para a expansão recorrente da receita nos próximos períodos.

A CSU Pays representou **63% da receita total da Companhia** no ano de 2025.



Custos (excluindo depreciação e amortização): No ano, os custos dessa divisão de negócios totalizaram R\$ 140,0 milhões ante R\$ 126,5 milhões no mesmo período do ano anterior, aumento de R\$ 13,5 milhões (+10,7% vs. 2024). No 4T25 totalizaram R\$ 36,0 milhões ante R\$ 31,9 milhões no mesmo período do ano anterior, aumento de R\$ 4,1 milhões (+12,7% vs. 4T24).

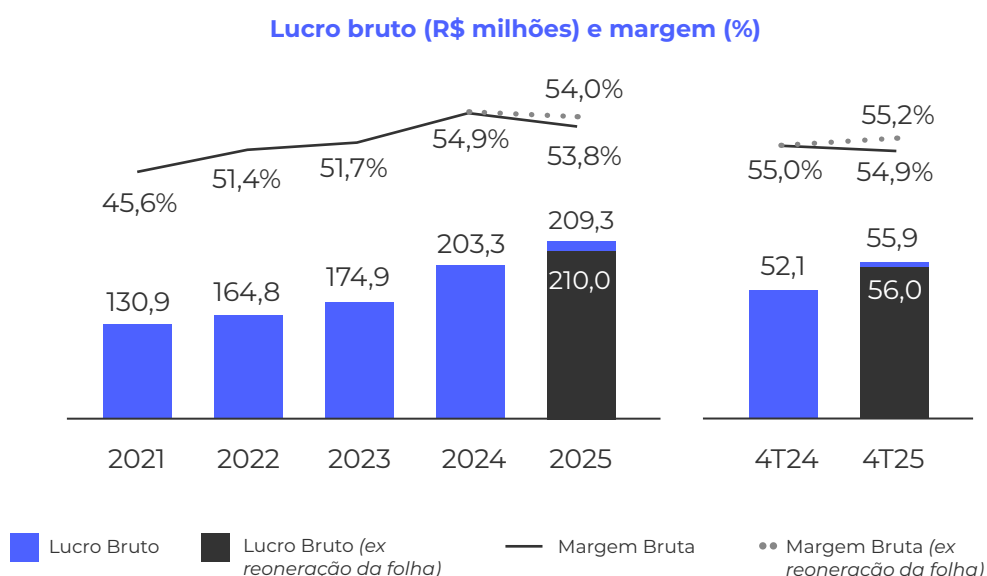
A variação apresentada reflete: (i) o aumento em valores de licenças e aluguel de *software* – devido ao crescimento natural das operações, (ii) o maior uso de IA e *storage*, (iii) os maiores gastos com materiais operacionais e de premiação, este último atrelado ao crescimento no volume dos mecanismos de fidelização & incentivo, como comentado anteriormente, (iv) o efeito da reoneração da folha de pagamentos, e (v) os investimentos incrementais em cibersegurança e dos custos associados à observância regulatória mencionados anteriormente.

Contribuição bruta: Como resultado das variações dos itens acima, em 2025, a contribuição bruta totalizou **R\$ 250,5 milhões com margem de 64,1%** ante R\$ 244,0 milhões com margem de 65,9% em 2024, aumento de R\$ 6,5 milhões **(+2,6% e -1,8 p.p. vs. 2024)**. No 4T25, totalizou R\$ 66,1 milhões com margem de 64,8% ante R\$ 62,7 milhões com margem de 66,3%, aumento de R\$ 3,4 milhões (+5,4% e -1,5 p.p. vs. 4T24).

Lucro bruto e margem bruta: Adicionando os custos de depreciação e amortização, os custos totais somaram R\$ 180,4 milhões em 2025, contra R\$ 167,2 milhões no mesmo período do ano anterior, um aumento de R\$ 13,2 milhões (+7,9% vs. 2024). Da mesma forma, no 4T25 totalizaram R\$ 46,0 milhões ante R\$ 42,5 milhões, um aumento de R\$ 3,5 milhões (+8,2% vs. 4T24).

Assim, como resultado das variações acima mencionadas, **o lucro bruto alcançou R\$ 210,0 milhões em 2025, maior em R\$ 6,7 milhões (+3,3% vs. 2024)** em relação ao valor de R\$ 203,3 milhões em 2024, **e de R\$ 56,0 milhões no 4T25, maior em R\$ 3,9 milhões (+7,6% vs. 4T24)** em relação ao valor de R\$ 52,1 milhões registrado no 4T24. O crescimento constante do lucro bruto da unidade (CAGR 2021-2025: +12,6%) reflete o aumento da eficiência operacional, decorrente da agenda de digitalização das nossas operações aliada ao crescimento sustentável da receita, fazendo com que o lucro bruto registrado nessa divisão de negócios representasse **81% do total** da Companhia em 2025.

A unidade encerrou 2025 **com uma margem de 53,8%** ante 54,9% no mesmo período do ano anterior e encerrou o **4T25 com uma margem de 54,9%** ante 55,0% também em igual período do ano anterior. Ajustando o efeito da reoneração da folha de pagamentos, conforme detalhado anteriormente, a margem bruta de 2025 seria de 54,0% e do 4T25 seria de 55,2%.

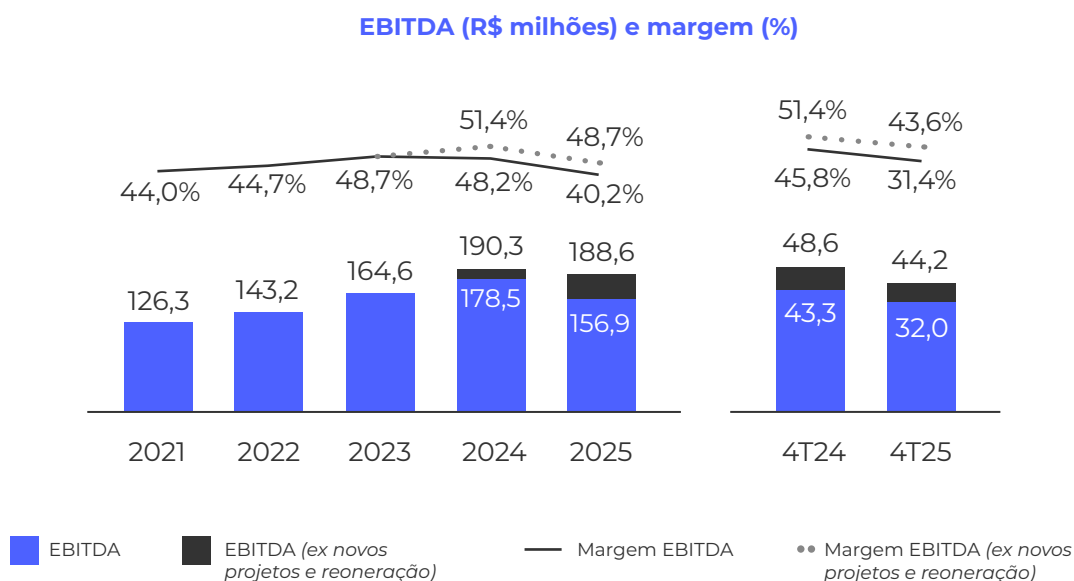


EBITDA e margem EBITDA: No ano, **alcançou R\$ 156,9 milhões com margem de 40,2%** frente R\$ 178,5 milhões com margem de 48,2% em 2024, redução de R\$ 21,6 milhões **(-12,1% e -8,0 p.p. vs. 2024, respectivamente)**. No trimestre, totalizou R\$ 32,0 milhões com margem de 31,4% ante R\$ 43,3 milhões com margem de 45,8%, redução de R\$ 11,3 milhões (-26,1% e -14,4 p.p. vs. 4T24, respectivamente).

Como mencionado na seção “Resultados Consolidados”, o aumento das despesas SG&A reflete os investimentos estratégicos da Companhia em três pilares fundamentais: (i) fortalecimento da atuação comercial, com ampliação e renovação de equipes para sustentar a trajetória de crescimento; (ii) expansão do uso de inteligência artificial no desenvolvimento de soluções que impulsionam o volume de transações e elevam a eficiência operacional; e (iii) operação internacional nos Estados Unidos, um marco importante na estratégia de internacionalização da Companhia. Tais investimentos consolidam a base necessária para sustentar a expansão e reforçam o posicionamento da CSU Digital como plataforma multiproduto e multigeográfica de serviços financeiros.

Em linha com esse movimento, as despesas da CSU Pays registraram elevação de R\$ 29,2 milhões em 2025 (+41,8% vs. 2024) e R\$ 14,8 milhões no 4T25 (+71,5% vs. 4T24), refletindo o reforço das equipes nas áreas, comercial, *compliance*, tecnologia, dados e produtos, tanto nas operações brasileiras quanto no exterior, além da expansão de parcerias com fornecedores especializados para suportar o crescimento da plataforma.

Apenas como referência, se desconsiderarmos o resultado das novas iniciativas estratégicas de expansão geográfica, os novos projetos de inovação e inteligência artificial, assim como o impacto da reoneração da folha, o EBITDA da CSU Pays em 2025 totalizaria **R\$ 188,6 milhões, com uma margem de 48,7% (-0,9% e -2,7 p.p. vs. 2024)** e no 4T25 totalizaria **R\$ 44,2 milhões com uma margem de 43,6% (-9,1% e -7,7 p.p. vs. 2024)**.



CSU DX (digital experience e HAS)

A **CSU DX** é a nossa divisão de negócios que foca no desenvolvimento de soluções de alta densidade tecnológica para gestão de processos de negócios (BPM) em diferentes mercados, garantindo toda a *capacity* (infraestrutura, pessoas e tecnologia) dos serviços contratados.

Criada originalmente para atender às demandas de nossos clientes do ecossistema de cartões na frente de atendimento ao consumidor, essa unidade passou por uma profunda transformação digital nos últimos anos. Sua atuação foi progressivamente redirecionada para uma abordagem cada vez mais robusta em hiperautomação de fluxos operacionais, alavancada pelo uso eficiente de dados, tecnologia e inteligência artificial, com foco central na ampliação da produtividade e da eficiência operacional.

Desempenho operacional

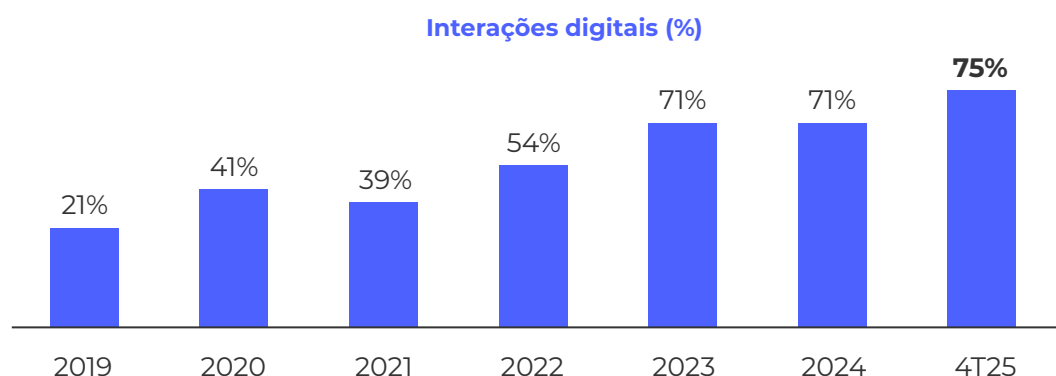
A digitalização das esteiras de processos de negócios configura-se como uma tendência irreversível, impulsionada pela demanda crescente das empresas por escala, maior qualidade de serviço e eficiência de custos. Inserida nesse contexto, a CSU vem evoluindo continuamente suas soluções de *customer experience*, incorporando tecnologias como inteligência artificial, *machine learning*, robôs, análise massiva de dados, reconhecimento automatizado e canais digitais, elevando de forma consistente os níveis de eficiência, personalização e performance operacional.

Em linha com essa estratégia, a Companhia expandiu o escopo de atuação da vertical por meio da criação de novas oportunidades de negócio. Em 2024, foi lançada a plataforma HAS, que reúne um conjunto de soluções de hiperautomação de processos aplicadas a *middle* e *back-office*, baseadas em inteligência artificial. A plataforma contempla aplicações de alta complexidade tecnológica, como prevenção a fraudes, intercâmbio, curadoria de documentos e dados, *onboarding*, esteiras de crédito, monitoria de qualidade, entre outras.

Esse avanço representa um passo estratégico relevante para a CSU Digital, ao **ampliar o potencial de crescimento da vertical e da Companhia** como um todo, seja pela atração de novos clientes, pela expansão de contratos via *cross-sell* e *up-sell*, ou pela consolidação de relacionamentos de longo prazo. Ao ampliar sua atuação em serviços de alto valor agregado, a CSU reforça seu posicionamento como uma companhia **deeply tech**, capaz de transformar as operações de seus clientes com ganhos expressivos de eficiência, segurança, assertividade e redução de custos, além de impactos positivos no nível de serviço e no desempenho comercial.

Desde o lançamento da HAS, em 2024, foram assinados 10 novos contratos com clientes de diversos setores, como telecomunicações, benefícios, serviços financeiros, varejo e ID Tech, evidenciando a versatilidade e adaptabilidade da solução. **Essa agenda comercial aquecida, combinada à execução consistente e à ampliação do portfólio, tem acelerado o ritmo de crescimento da unidade.**

Em 2025, a Companhia gerenciou mais de 15,9 milhões de processos, abrangendo desde interações de *front office* até atividades de *middle* e *back office*. No 4T25, **75% das operações foram realizadas por meio de mecanismos automatizados ou hiperautomatizados, canais digitais e autoatendimento**, um avanço de 54 pontos percentuais em relação a 2019, quando se iniciou o processo de digitalização das soluções.



Desempenho Financeiro

Principais indicadores - CSU DX (R\$ mil)	4T25	4T24	% Var. YoY	3T25	% Var. QoQ	2025	2024	% Var.
Receita líquida	62.411	51.200	21,9%	57.959	7,7%	233.043	197.087	18,2%
Custos (ex-deprec./amort.)	(46.134)	(37.068)	24,5%	(42.341)	9,0%	(170.979)	(146.306)	16,9%
Contribuição bruta	16.277	14.132	15,2%	15.618	4,2%	62.064	50.781	22,2%
Contribuição (%)	26,1%	27,6%	-1,5 p.p.	26,9%	-0,8 p.p.	26,6%	25,8%	0,8 p.p.
(-) Depreciação/amortização	(3.684)	(3.542)	4,0%	(3.598)	2,4%	(14.262)	(14.718)	-3,1%
Lucro bruto	12.593	10.590	18,9%	12.020	4,8%	47.802	36.063	32,6%
Margem bruta	20,2%	20,7%	-0,5 p.p.	20,7%	-0,5 p.p.	20,5%	18,3%	2,2 p.p.
Despesas	(15.002)	(10.523)	42,6%	(9.966)	50,5%	(46.084)	(38.791)	18,8%
(+) Depr. e amort.	4.140	3.978	4,1%	4.075	1,6%	16.078	16.553	-2,9%
EBITDA recorrente	3.770	4.880	-22,7%	7.785	-51,6%	25.571	17.285	47,9%
Margem EBITDA recorrente	6,1%	9,5%	-3,5 p.p.	13,5%	-7,4 p.p.	11,0%	8,8%	2,3 p.p.
EBITDA	1.731	4.046	-57,2%	6.129	-71,8%	17.796	13.825	28,7%
Margem EBITDA	2,8%	7,9%	-5,1 p.p.	10,6%	-7,8 p.p.	7,6%	7,0%	0,6 p.p.

Receita líquida:

R\$ 233,0 MM +18,2%
2025 yoy

Lucro bruto:

R\$ 47,8 MM +32,6%
Mg. 20,5% +2,2p.p.
2025 yoy

EBITDA recorrente:

R\$ 25,6 MM +47,9%
Mg. 11,0% +2,3p.p.
2025 yoy

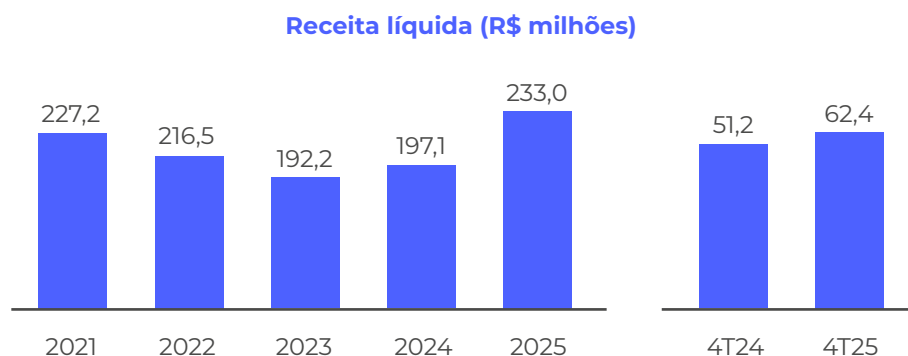
Receita líquida: alcançou o **recorde histórico de R\$ 233,0 milhões no ano de 2025** (R\$ 197,1 milhões em 2024), **aumento de +18,2% em relação ao ano anterior**. No trimestre, a receita totalizou **R\$ 62,4 milhões**, outro importante **crescimento de R\$ 11,2 milhões (+21,9% vs. 4T24)**.

Nos últimos anos, a unidade passou por uma importante transformação operacional, evoluindo de um modelo tradicional de *customer experience* para uma estrutura de alta complexidade tecnológica. Essa reconfiguração estratégica, centrada na gestão de processos de negócios por meio de hiperautomação e inteligência artificial amplia a percepção de valor da Companhia e permite que a CSU DX apresente crescimento relevante e destacado, impulsionada pela contínua evolução dos contratos existentes, pela contratação de novos serviços pelos clientes da base e pela expansão do número de operações com a plataforma HAS.

Essa transformação operacional também tem se traduzido em ganhos expressivos de rentabilidade – detalhados abaixo – que se refletem na **margem bruta da vertical, que alcançou 20,5% em 2025** – um avanço de mais de 9 p.p. em relação ao 1T19, marco inicial dessa transformação.



Desde o lançamento da HAS, em 2024, foram assinados 10 contratos, sendo um no 4T25. Como consequência, **o volume de interações cresceu 18,1% vs. 2024, impulsionando a receita da unidade**. Ao final de dezembro, os nove primeiros contratos já estavam implantados — o firmado no 4T25 entrou em operação no início de 2026. Com o amadurecimento desses projetos, as margens tendem a se expandir, refletindo ganhos de eficiência e maior alavancagem operacional.



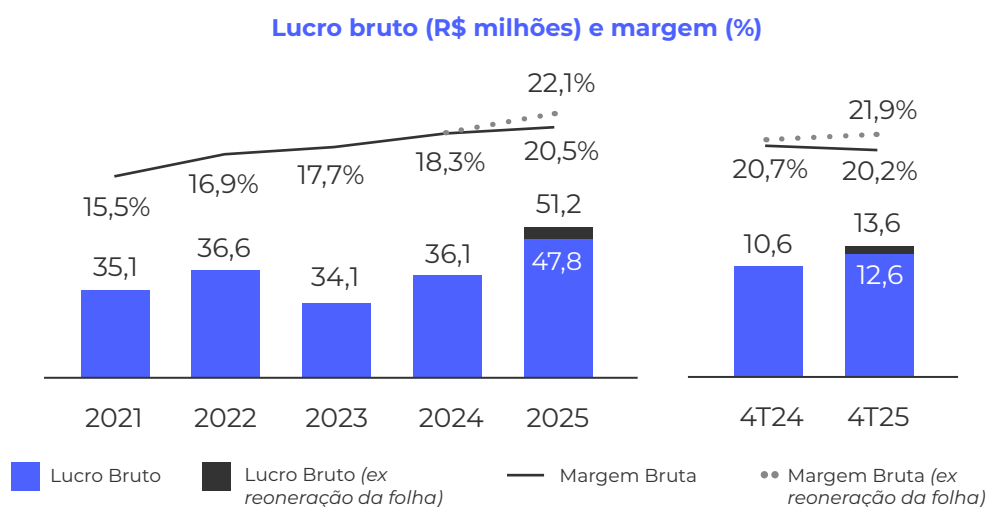
Custos (excluindo depreciação e amortização): No ano, os custos totalizaram R\$ 171,0 milhões frente a R\$ 146,3 milhões em 2024, um aumento de R\$ 24,7 milhões (+16,9% vs. 2024). No trimestre, somaram R\$ 46,1 milhões, expansão de R\$ 9,0 milhões ou 24,5% vs. 4T24. A variação reflete, principalmente, o avanço de novas operações, que geram ineficiências temporárias na linha de pessoal até atingirem maturidade (custos antecipados com reconhecimento gradual de receita), além de maiores gastos com licenças, equipamentos, *softwares* e *storage* (armazenamento na nuvem), em função da implantação de clientes e do uso intensivo de IA. Adicionalmente, em 2025 houve impacto do dissídio de 7,7% (com efeitos sobre folha, férias e 13º salário) e da reoneração gradual da folha (Lei 14.973/24, iniciada no 1T25), que adicionou R\$ 1,3 milhão no trimestre (R\$ 4,9 milhões em 2025) em encargos.

Contribuição bruta: Assim, em 2025 a contribuição bruta totalizou o valor de R\$ 62,1 milhões, superior em R\$ 11,3 milhões o registrado no ano 2024 (+22,2%), com margem de 26,6% ante 25,8% em 2024 (+0,8 p.p. vs. 2024). No trimestre totalizou R\$ 16,3 milhões com margem de 26,1% ante R\$ 14,1 milhões com margem de 27,6%, aumento de R\$ 2,2 milhões (+15,2% e -1,5 p.p. vs. 4T24, respectivamente).

Lucro bruto e margem bruta: Incluindo depreciação e amortização pertinentes a linha de custos apresentados anteriormente, os custos em 2025 totalizaram R\$ 185,2 milhões contra R\$ 161,0 milhões no mesmo período do ano anterior, aumento de R\$ 24,2 milhões (+15,0% vs. 2024). Da mesma forma, no trimestre totalizaram R\$ 49,8 milhões ante R\$ 40,6 milhões, um aumento de R\$ 9,2 milhões (+22,7% vs. 4T24).

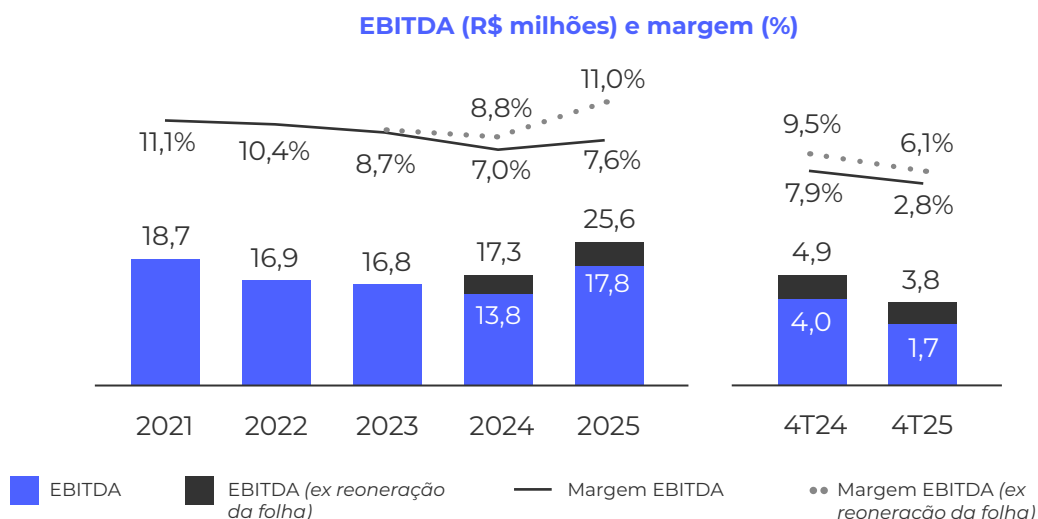
Assim, o lucro bruto em 2025 alcançou **R\$ 47,8 milhões com margem de 20,5%, crescimento de 32,6% e +2,2 p.p. vs. 2024, respectivamente**. No trimestre, o indicador alcançou R\$ 12,6 milhões com margem de 20,2% **(+18,9% e -0,5 p.p. vs. 4T24, respectivamente)**.

Ajustando o efeito da reoneração da folha de pagamentos, conforme detalhado anteriormente, a margem bruta seria de 22,1% em 2025 e de 21,9% no 4T25.



EBITDA e margem EBITDA: No ano, o indicador totalizou R\$ 17,8 milhões, um aumento de R\$ 4,0 milhões em relação ao valor registrado em 2024. A margem foi de 7,6% frente a 7,0% no ano de 2024 (+0,6 p.p.). No trimestre o indicador alcançou R\$ 1,7 milhão com uma margem de 2,8%, principalmente impactado pela expansão dos times de dados e governança que atuam na frente de inteligência artificial e hiperautomação, somado aos investimentos de *marketing* na operação internacional nos Estados Unidos para posicionar nossa marca.

Ajustando os efeitos dos investimentos acima mencionados e da reoneração da folha de pagamentos, conforme detalhado anteriormente, a margem EBITDA seria de 11,0% em 2025 (+2,3 p.p. vs. 2024) e de 6,1% no 4T25 (-3,5 p.p. vs. 4T24).



Mercado de capitais

Visão geral: As ações da CSU Digital S.A. (B3: CSUD3) são negociadas desde o IPO, realizado em maio/2006, no Novo Mercado da B3, o mais alto nível de Governança Corporativa do mercado acionário brasileiro. A Companhia também **integra 3 índices na B3**, sendo estes: IGC-NM (Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado), IGC (Índice de Governança Corporativa Diferenciada) e ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado).

Após reposicionamento da marca e do *ticker*, em 2022, observa-se um crescimento relevante do interesse pela Companhia e maior **amadurecimento da base acionária** da Companhia, com aumento da posição de **investidores institucionais**, que passaram a deter **50% do free float** da CSU Digital (até 31/12/2025).

Como consequência, observou-se um expressivo avanço no preço da ação CSUD3 entre junho de 2022 e o encerramento do ano de 2025, **com valorização de 88% no total shareholder return**, já considerando os proventos distribuídos no período. No mesmo intervalo, o índice Small Caps registrou valorização de 21%, enquanto o Ibovespa apresentou alta de 48%.

Capital social: O capital social da CSU Digital é composto por 41,8 milhões de ações ordinárias. Em 31/12/2025, 54,38% estavam nas mãos do Controlador, 1,08% em Tesouraria, 0,12% com administradores e 44,43% em *free float*. Em janeiro de 2026, foi comunicada a participação relevante da Real Investor Gestão de Recursos Ltda., equivalente a 9,96% do capital social.

Valor de mercado: Ao final do trimestre, a ação CSUD3 encerrou cotada a R\$ 16,95, representando um valor de mercado de R\$ 708,5 milhões (-8,8% vs. 3T25). Em 10 de março, a ação encerrou o dia cotada a R\$ 18,73, atingindo um valor de mercado de R\$ 782,9 milhões.

Número de acionistas: Ao final do trimestre, a quantidade de acionistas alcançou 17,2 mil (+1,5% vs. 3T25).

Volume negociado (“ADTV”): O volume financeiro médio diário negociado alcançou R\$ 0,9 milhão no 4T25 frente a R\$ 0,5 milhão no 3T25, representando uma expansão de cerca de 80%.

Distribuição de resultados: O total de proventos pagos referentes aos resultados de 2025 totalizaram R\$ 97,1 milhões, crescimento de +113,0% ou R\$ 51,5 milhões referente ao montante pago em igual período de 2024. Vale ressaltar, que no valor mencionado acima, R\$ 50 milhões do total distribuído refere-se a dividendos extraordinários.

Indicadores CSU vs. Peers⁷: Ao comparar as principais métricas financeiras da CSU Digital com as de players comparáveis em segmentos correlatos, no Brasil e no exterior, observa-se que a Companhia apresenta indicadores de rentabilidade superiores à média do setor, ao mesmo tempo em que ainda é negociada a múltiplos de mercado substancialmente inferiores, conforme ilustrado a seguir.

A Companhia exibe um ROE de 21,6% (2,2x superior), um ROIC de 20,9% (2,5x superior), um *dividend yield* de 14,3% (16,8x superior). Por outro lado, os *players* comparáveis apresentam múltiplo EV/Receita de 3,3x (3,1x maior que o da CSU) e EV/EBITDA de 9,9x (2,5x maior).



⁷ Data referência das métricas: 31/12/2025; **ROE**: *return on equity*, ou retorno sobre o patrimônio líquido; **ROIC**: *return on invested capital*, ou retorno sobre o capital investido; **Dividend yield**: montante de proventos sobre valor de mercado; **EV**: *enterprise value*, ou valor da firma. **EV/Receita** e **EV/EBITDA** são métricas comumente usadas no mercado como múltiplos de precificação de ativos.

Calendário de eventos

Confira abaixo os próximos eventos corporativos da Companhia:

Evento	Data
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2026
Divulgação de Resultados 1T26	06/05/2026
Videoconferência de Resultados 1T26	07/05/2026
Divulgação de resultados 2T26	05/08/2026
Videoconferência de Resultados 2T26	06/08/2026
Divulgação de resultados 3T26	04/11/2026
Videoconferência de Resultados 3T26	04/11/2026



Anexos

Demonstração do resultado

DRE Consolidada (R\$ mil)	4T25	4T24	% Var. YoY	3T25	% Var. QoQ	2025	2024	% Var.
Receita bruta	185.827	166.192	11,8%	173.659	7,0%	704.683	647.225	8,9%
CSU Pays	118.012	110.258	7,0%	110.997	6,3%	451.657	432.043	4,5%
CSU DX	67.815	55.934	21,2%	62.662	8,2%	253.026	215.182	17,6%
Deduções	(21.393)	(20.400)	4,9%	(19.961)	7,2%	(81.154)	(79.586)	2,0%
CSU Pays	(15.989)	(15.667)	2,1%	(15.258)	4,8%	(61.171)	(61.491)	-0,5%
CSU DX	(5.404)	(4.733)	14,2%	(4.703)	14,9%	(19.983)	(18.095)	10,4%
Receita líquida	164.433	145.792	12,8%	153.698	7,0%	623.529	567.639	9,8%
Recorrente	162.108	141.387	14,7%	151.570	7,0%	616.836	551.471	11,9%
% Rec. recorrente	98,6%	97,0%	1,6 p.p.	98,6%	0,0 p.p.	98,9%	97,2%	1,7 p.p.
CSU Pays	102.022	94.592	7,9%	95.739	6,6%	390.486	370.552	5,4%
Digital	95.180	89.746	6,1%	91.196	4,4%	371.837	352.615	5,5%
Analogica	6.842	4.846	41,2%	4.543	50,6%	18.648	17.937	4,0%
CSU DX	62.411	51.200	21,9%	57.959	7,7%	233.043	197.087	18,2%
Custos (ex-depreciação e amortização)	(82.091)	(68.979)	19,0%	(77.813)	5,5%	(310.970)	(272.813)	14,0%
CSU Pays	(35.957)	(31.911)	12,7%	(35.472)	1,4%	(139.991)	(126.507)	10,7%
Pessoal	(17.190)	(18.824)	-8,7%	(17.298)	-0,6%	(73.131)	(76.572)	-4,5%
Materiais operacionais	(2.052)	(2.331)	-12,0%	(2.482)	-17,3%	(9.289)	(8.816)	5,4%
Postagem de cartas e faturas	(1.710)	(1.301)	31,4%	(1.966)	-13,0%	(6.776)	(5.395)	25,6%
Comunicação	(310)	(322)	-3,7%	(275)	12,7%	(1.283)	(1.501)	-14,5%
Aluguel de Equipamento / Software	(8.699)	(4.869)	78,7%	(8.294)	4,9%	(31.541)	(20.740)	52,1%
Instalações	(2.973)	(1.899)	56,6%	(2.623)	13,3%	(9.124)	(6.890)	32,4%
Custos dos prêmios entregues	(3.125)	(2.396)	30,4%	(2.950)	5,9%	(10.452)	(7.916)	32,0%
Outros	102	31	229,0%	416	-75,5%	1.605	1.324	21,2%
CSU DX	(46.134)	(37.068)	24,5%	(42.341)	9,0%	(170.979)	(146.306)	16,9%
Pessoal	(40.293)	(31.662)	27,3%	(36.370)	10,8%	(146.853)	(124.155)	18,3%
Comunicação	(368)	(337)	9,2%	(357)	3,1%	(1.484)	(1.556)	-4,6%
Aluguel de Equipamento / Software	(2.931)	(1.403)	108,9%	(2.618)	12,0%	(9.925)	(5.339)	85,9%
Instalações	(1.984)	(2.471)	-19,7%	(2.260)	-12,2%	(9.820)	(10.589)	-7,3%
Outros	(558)	(1.195)	-53,3%	(736)	-24,2%	(2.897)	(4.668)	-37,9%
Contribuição bruta	82.343	76.813	7,2%	75.885	8,5%	312.559	294.826	6,0%
CSU Pays	66.066	62.681	5,4%	60.267	9,6%	250.495	244.045	2,6%
CSU DX	16.277	14.132	15,2%	15.618	4,2%	62.064	50.781	22,2%
Contribuição (%)	50,1%	52,7%	-2,6 p.p.	49,4%	0,7 p.p.	50,1%	51,9%	-1,8 p.p.
CSU Pays	64,8%	66,3%	-1,5 p.p.	62,9%	1,9 p.p.	64,1%	65,9%	-1,8 p.p.
CSU DX	26,1%	27,6%	-1,5 p.p.	26,9%	-0,8 p.p.	26,6%	25,8%	0,8 p.p.
Custos Total (inclui depreciação e amortização)	(95.825)	(83.141)	15,3%	(91.871)	4,3%	(365.677)	(328.250)	11,4%
Lucro bruto	68.609	62.651	9,5%	61.827	11,0%	257.852	239.389	7,7%
CSU Pays	56.016	52.061	7,6%	49.807	12,5%	210.050	203.326	3,3%
CSU DX	12.593	10.590	18,9%	12.020	4,8%	47.802	36.063	32,6%
Margem bruta	41,7%	43,0%	-1,3 p.p.	40,2%	1,5 p.p.	41,4%	42,2%	-0,8 p.p.
CSU Pays	54,9%	55,0%	-0,1 p.p.	52,0%	2,9 p.p.	53,8%	54,9%	-1,1 p.p.
CSU DX	20,2%	20,7%	-0,5 p.p.	20,7%	-0,5 p.p.	20,5%	18,3%	2,2 p.p.
Despesas	(50.531)	(31.245)	61,7%	(31.350)	61,2%	(145.245)	(108.732)	33,6%
Desp. com vendas, gerais e admin. (SG&A)	(50.166)	(32.793)	53,0%	(34.094)	47,1%	(148.565)	(114.133)	30,2%
Despesas com vendas	(938)	(1.968)	-52,3%	(1.865)	-49,7%	(5.101)	(7.540)	-32,3%
Despesas gerais e administrativas	(47.314)	(29.063)	62,8%	(30.282)	56,2%	(136.051)	(100.322)	35,6%
Depreciação e amortização	(1.914)	(1.762)	8,6%	(1.947)	-1,7%	(7.413)	(6.271)	18,2%
% Rec. líquida (SG&A)	30,5%	22,5%	8,0 p.p.	22,2%	8,3 p.p.	23,8%	20,1%	3,7 p.p.
Outras receitas/despesas operacionais	(365)	1.548	-123,6%	2.744	-113,3%	3.320	5.401	-38,5%
Outras receitas operacionais	(192)	741	-125,9%	3.435	-105,6%	5.061	1.622	212,0%
Outras despesas operacionais	(173)	807	-121,4%	(691)	-75,0%	(1.741)	3.779	-146,1%
EBIT	18.078	31.406	-42,4%	30.477	-40,7%	112.607	130.657	-13,8%
(+) Depreciação e amortização	15.648	15.924	-1,7%	16.005	-2,2%	62.120	61.708	0,7%
EBITDA	33.724	47.331	-28,7%	46.482	-27,4%	174.727	192.365	-9,2%
CSU Pays	31.993	43.285	-26,1%	40.353	-20,7%	156.930	178.540	-12,1%
CSU DX	1.731	4.046	-57,2%	6.129	-71,8%	17.796	13.825	28,7%
Margem EBITDA	20,5%	32,5%	-12,0 p.p.	30,2%	-9,7 p.p.	28,0%	33,9%	-5,9 p.p.
CSU Pays	31,4%	45,8%	-14,4 p.p.	42,1%	-10,7 p.p.	40,2%	48,2%	-8,0 p.p.
CSU DX	2,8%	7,9%	-5,1 p.p.	10,6%	-7,8 p.p.	7,6%	7,0%	0,6 p.p.
Resultado financeiro	1.579	54	2824,1%	(748)	-311,1%	(1.335)	(1.984)	-32,7%
Receitas financeiras	4.389	2.802	56,6%	2.578	70,2%	10.354	8.833	17,2%
Despesas financeiras	(2.810)	(2.748)	2,3%	(3.326)	-15,5%	(11.689)	(10.817)	8,1%
LAIR	19.657	31.460	-37,5%	29.729	-33,9%	111.272	128.673	-13,5%
IR/CSSL	14.479	(9.120)	-258,8%	(5.928)	-344,2%	(5.221)	(37.496)	-86,1%
Corrente	16.082	(10.765)	-249,4%	(6.649)	-341,9%	(5.538)	(38.782)	-85,7%
Diferido	(1.603)	1.645	-197,4%	721	-322,3%	317	1.286	-75,4%
Lucro líquido	34.136	22.340	52,8%	23.801	43,4%	106.051	91.177	16,3%
Margem líquida	20,8%	15,3%	5,5 p.p.	15,5%	5,3 p.p.	17,0%	16,1%	0,9 p.p.



Balanço patrimonial

Balanço patrimonial consolidado - Ativo (R\$ Mil)	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2025	
		30/09/2025	vs. 30/09/2025	31/12/2024	vs. 31/12/2024
Ativo total	750.929	746.484	0,6%	696.188	7,9%
Ativo circulante	239.964	238.696	0,5%	201.426	19,1%
Caixa e equivalentes de caixa	75.674	100.728	-24,9%	96.197	-21,3%
Contas a receber	99.113	102.320	-3,1%	84.292	17,6%
Estoques	3.075	2.908	5,7%	3.380	-9,0%
Tributos a recuperar	27.118	7.448	-	5.914	-
Outros ativos	34.984	25.292	38,3%	11.643	-
Ativo não circulante	510.965	507.788	0,6%	494.762	3,3%
Ativo realizável a longo prazo	4.625	5.276	-12,3%	6.224	-25,7%
Tributos a recuperar	-	538	-100,0%	895	-100,0%
Outros ativos	4.625	4.738	-2,4%	5.329	-13,2%
Investimentos	26.554	31.467	-15,6%	31.467	-15,6%
Imobilizado	20.680	19.896	3,9%	18.052	14,6%
Intangível	414.609	398.609	4,0%	367.830	12,7%
Sistemas informatizados	388.715	372.715	4,3%	341.936	13,7%
Ágio	25.894	25.894	0,0%	25.894	0,0%
Direito de uso	44.497	52.540	-15,3%	71.189	-37,5%

Balanço patrimonial consolidado - Passivo e patrimônio líquido (R\$ Mil)	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2025	
		30/09/2025	vs. 30/09/2025	31/12/2024	vs. 31/12/2024
Passivo + patrimônio líquido	750.929	746.484	0,6%	696.188	7,9%
Passivo circulante	162.686	192.943	-15,7%	165.025	-1,4%
Depósitos	19.611	26.495	-26,0%	18.798	4,3%
Obrigações sociais e trabalhistas	50.778	55.876	-9,1%	46.893	8,3%
Sociais	8.994	5.980	50,4%	8.780	2,4%
Trabalhistas	41.784	49.896	-16,3%	38.113	9,6%
Fornecedores	55.552	57.847	-4,0%	45.691	21,6%
Impostos a pagar	5.511	9.472	-41,8%	7.138	-22,8%
Federais	3.084	3.673	-16,0%	3.372	-8,5%
Municipais	2.427	5.799	-58,1%	3.766	-35,6%
Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento	19.687	24.141	-18,4%	34.317	-42,6%
Empréstimos e financiamentos	167	-	-	1.677	-90,0%
Passivos de arrendamento	19.520	24.141	-19,1%	32.640	-40,2%
Outras obrigações	11.547	19.112	-39,6%	12.188	-5,3%
Passivo não circulante	123.131	43.810	181,1%	54.023	127,9%
Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento	103.908	25.242	-	36.224	186,8%
Empréstimos e financiamentos	82.536	-	-	-	-
Passivos de arrendamento	21.372	25.242	-15,3%	36.224	-41,0%
Tributos diferidos	5.311	5.378	-1,2%	7.298	-27,2%
Passivos judiciais	13.912	13.190	5,5%	10.501	32,5%
Fiscais	9.002	8.597	4,7%	7.176	25,4%
Previdenciárias e trabalhistas	4.501	3.878	16,1%	2.666	68,8%
Cíveis	409	715	-42,8%	659	-37,9%
Patrimônio líquido	465.112	509.731	-8,8%	477.140	-2,5%
Capital social	279.232	229.232	21,8%	229.232	21,8%
Reservas de capital	4.783	4.558	4,9%	3.884	23,1%
Reserva de lucros a realizar	170.810	211.855	-19,4%	243.512	-29,9%
Reserva legal	36.083	30.780	17,2%	30.781	17,2%
Reserva de retenção de lucro	137.790	184.138	-25,2%	215.794	-36,1%
Ações em tesouraria	(3.063)	(3.063)	0,0%	(3.063)	0,0%
Lucros acumulados	-	50.815	-100,0%	-	-
Outros resultados abrangentes	10.287	13.271	-22,5%	512	-



Demonstração de fluxo de caixa

Demonstração de fluxo de caixa consolidado (R\$ Mil)	4T25	3T25	4T25 vs. 3T25	4T24	4T25 vs. 4T24	2025	2024
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.078	60.647	-94,9%	54.409	-94,3%	132.593	176.168
Lucro líquido do exercício	34.136	23.800	43,4%	22.343	52,8%	106.051	91.177
Ajustes	15.295	19.269	-20,6%	16.185	-5,5%	70.744	70.486
Depreciação e amortização	15.650	16.004	-2,2%	17.007	-8,0%	62.121	61.706
Valor residual de ativos baixados	72	900	-92,0%	163	-55,8%	1.306	808
Instrumento patrimonial para pagamento baseado em ações	225	224	0,4%	224	0,4%	899	876
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1	(91)	-101,1%	(475)	-100,2%	102	(953)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.603	(722)	-	(1.645)	-197,4%	(317)	(1.286)
Provisão para passivos judiciais	84	348	-75,9%	339	-75,2%	1.181	1.115
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, passivos judiciais e depósitos judiciais	(2.128)	2.730	-177,9%	572	-472,0%	5.887	8.220
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	15	(12)	-	-	-	(58)	-
Variação cambial	(227)	(112)	102,7%	-	-	(377)	-
Variações nos ativos e passivos	(34.928)	22.796	-	22.197	-	(14.471)	46.439
Contas a receber	3.206	(7.490)	-142,8%	837	283,0%	(14.964)	(6.460)
Estoques	(167)	174	-196,0%	(259)	-35,5%	305	(931)
Depósitos judiciais	(47)	978	-104,8%	192	-124,5%	1.544	1.213
Outros ativos	(25.147)	(3.994)	-	476	-5383,0%	(40.634)	(1.308)
Depósitos	(6.884)	5.775	-219,2%	18.798	-136,6%	813	18.798
Fornecedores	(2.295)	14.156	-116,2%	3.910	-158,7%	9.861	10.853
Salários e encargos sociais	(5.098)	5.679	-189,8%	(6.870)	-25,8%	3.885	(997)
Baixas por pagamento de passivos judiciais	(234)	(640)	-63,4%	(205)	14,1%	(1.129)	(973)
Outros passivos	1.738	8.158	-78,7%	5.318	-67,3%	25.848	26.244
Outros	(11.425)	(5.218)	119,0%	(6.316)	80,9%	(29.731)	(31.934)
Juros pagos	(504)	(465)	8,4%	(1.110)	-54,6%	(1.812)	(4.672)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.921)	(4.753)	129,8%	(5.206)	109,8%	(27.919)	(27.262)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(24.526)	(19.557)	25,4%	(21.331)	15,0%	(81.597)	(74.467)
Compra de ativo imobilizado	(1.696)	(1.585)	7,0%	(3.042)	-44,2%	(8.214)	(7.004)
Compra de ativo intangível	(22.830)	(17.972)	27,0%	(18.289)	24,8%	(73.383)	(67.463)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.591)	(18.427)	-80,5%	(17.462)	-79,4%	(71.577)	(80.416)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	82.536	-	-	-	-	85.023	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1)	(2.499)	-100,0%	(1.254)	-99,9%	(4.206)	(4.954)
Amortização de passivo de arrendamento	(7.074)	(9.693)	-27,0%	(10.397)	-32,0%	(36.472)	(40.944)
Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio	(79.052)	(6.235)	-	(5.811)	-	(115.922)	(34.517)
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(15)	12	-225,0%	(328)	-95,4%	58	(378)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(25.054)	22.675	-210,5%	15.288	-	(20.523)	20.907
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	100.728	78.053	29,1%	80.909	24,5%	96.197	75.290
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	75.674	100.728	-24,9%	96.197	-21,3%	75.674	96.197

Reconciliação da contribuição bruta

A tabela abaixo visa demonstrar a reconciliação da contribuição bruta, que é a resultante da receita líquida dos serviços deduzida de seus custos, excluindo depreciação e amortização inerentes a eles.

Reconciliação contribuição bruta consolidada (R\$ mil)	4T25	4T24	% Var. YoY	3T25	% Var. QoQ	2025	2024	% Var.
Lucro bruto	68.609	62.651	9,5%	61.827	11,0%	257.852	239.389	7,7%
CSU Pays	56.016	52.061	7,6%	49.807	12,5%	210.050	203.326	3,3%
CSU DX	12.593	10.590	18,9%	12.020	4,8%	47.802	36.063	32,6%
(+) Depr. e amort. (custos)	13.734	14.162	-3,0%	14.058	-2,3%	54.707	55.437	-1,3%
CSU Pays	10.050	10.620	-5,4%	10.460	-3,9%	40.445	40.719	-0,7%
CSU DX	3.684	3.542	4,0%	3.598	2,4%	14.262	14.718	-3,1%
Contribuição bruta	82.343	76.813	7,2%	75.885	8,5%	312.559	294.826	6,0%
CSU Pays	66.066	62.681	5,4%	60.267	9,6%	250.495	244.045	2,6%
CSU DX	16.277	14.132	15,2%	15.618	4,2%	62.064	50.781	22,2%
Contribuição (%)	50,1%	52,7%	-2,6 p.p.	49,4%	0,7 p.p.	50,1%	51,9%	-1,8 p.p.
CSU Pays	64,8%	66,3%	-1,5 p.p.	62,9%	1,9 p.p.	64,1%	65,9%	-1,8 p.p.
CSU DX	26,1%	27,6%	-1,5 p.p.	26,9%	-0,8 p.p.	26,6%	25,8%	0,8 p.p.



ALPHAVIEW | BARUERI

Rua Piauí, 136
Barueri, SP | 06440-182

FARIA LIMA | SÃO PAULO

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1306
São Paulo, SP | 01451-914

BELO HORIZONTE

Praça Hugo Werneck, 253
Belo Horizonte, MG | 30150-300

RECIFE

Av. Conde da Boa Vista, 150
Recife, PE | 50060-004

ESTADOS UNIDOS

1111 Brickell Avenue, suite 2804
Miami, FL | 33131

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, à Diretoria e aos Conselheiros da
CSU Digital S.A. e Controlada
Cidade - Estado

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CSU Digital S.A. e Controladas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSU Digital S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de prestação de serviços

Por que é um PAA?

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.26 (a), nº 3.4 e nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia tem parte substancial de sua receita decorrente da prestação de serviços de processamento de cartões de crédito, programas de relacionamento e fidelização, teleatendimento e televendas “contact centers”. A receita é reconhecida à medida em que os serviços são prestados, calculada com base nos preços contratuais acordados com os clientes e inclui estimativas de valores a faturar.

Dessa forma, devido à relevância dos valores envolvidos, à complexidade do ambiente sistêmico e ao volumes de dados transacionados, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) entendimento da política e metodologia utilizada pela Companhia no reconhecimento de receitas; ii) com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, avaliação do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao gerenciamento de mudanças e perfis de acesso dos sistemas de medição e faturamento e avaliação dos controles de aprovação dos cliente sobre as estimativas de receitas auferidas; iii) a avaliação dos critérios e premissas adotadas no reconhecimento de receita através de testes substantivos documentais, incluindo confirmações externas com clientes da Companhia; e v) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia à luz do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos os julgamentos exercidos e os critérios adotados para o reconhecimento de receita são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Capitalização de custos relacionados a software

Por que é um PAA?

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.15(b), 3(c) e 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os custos de desenvolvimento de softwares que são diretamente atribuíveis a um determinado projeto, identificáveis e controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Esses custos capitalizados incluem, principalmente, custos com empregados alocados ao desenvolvimento de softwares e à aquisição de licenças de uso.

Dessa forma, devido à relevância dos valores envolvidos, e aos critérios de capitalização, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) entendimento da política e metodologia utilizada pela Companhia na capitalização de custos relacionados a softwares; (ii) avaliação dos critérios e premissas adotadas na capitalização de custos relacionados a softwares, reconhecimento e mensuração, através de testes substantivos documentais e em base amostral, que buscam confirmar se os ativos avaliados são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros; e (iii) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia à luz do CPC 4 (R1) / IAS 38 - Ativo Intangível.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiência de controles internos relacionada a um cálculo sistêmico específico sobre gastos capitalizáveis ao intangível, bem como ajuste não realizado pela Companhia por ter sido considerado imaterial, que nos levaram a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos os julgamentos exercidos e os critérios adotados na capitalização de custos relacionados são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Diretoria da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Diretoria declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas..

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Diretoria, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

**Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
CSU Digital S.A.**

31 de dezembro de 2025
com Relatório dos Auditores Independentes

CSU Digital S.A.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.374	95.679	75.674	96.197	Depósitos	13	19.611	18.798	19.611	18.798
Contas a receber de clientes	5	99.074	84.292	99.113	84.292	Fornecedores		54.388	44.389	55.552	45.691
Estoques	6	3.075	3.380	3.075	3.380	Empréstimos e financiamentos	14	72	1.677	167	1.677
Tributos a compensar	16	27.131	5.914	27.118	5.914	Passivos de arrendamento	14	18.137	31.194	19.520	32.640
Relações interfinanceiras		5.834	-	5.834	-	Obrigações sociais e trabalhistas	15	49.432	46.885	50.778	46.893
Outros	8	25.854	11.612	29.150	11.643	Relações interfinanceiras		8.137	-	8.137	-
		204.342	200.877	239.964	201.426	Tributos a recolher	16	5.481	7.138	5.511	7.138
						Dividendos e JSCP	21	4	6.491	4	6.491
						Outros		3.406	5.697	3.406	5.697
								158.668	162.269	162.686	165.025
Não Circulante						Não Circulante					
						Empréstimos e financiamentos	14	55.024	-	82.536	-
Depósitos judiciais	18	1.675	2.880	1.675	2.880	Passivos de arrendamento	14	18.962	31.954	21.372	36.224
Tributos a compensar	16	-	895	-	895	Passivos judiciais	18	13.912	10.501	13.912	10.501
Outros	8	2.436	2.181	2.950	2.449	Tributos diferidos	17	5.311	7.298	5.311	7.298
		4.111	5.956	4.625	6.224			93.209	49.753	123.131	54.023
Investimentos	9	37.726	34.868	26.554	31.467	Patrimônio líquido					
Imobilizado	10	15.428	13.864	20.680	18.052	Capital social	20	279.232	229.232	279.232	229.232
Intangível	11	414.359	367.830	414.609	367.830	Reserva de capital	23	4.783	3.884	4.783	3.884
Ativos de direito de uso	12	41.023	65.767	44.497	71.189	Ações em tesouraria	20	(3.063)	(3.063)	(3.063)	(3.063)
		508.536	482.329	506.340	488.538	Reservas de lucros	20	173.873	233.007	173.873	233.007
						Outros resultados abrangentes		10.287	14.080	10.287	14.080
		512.647	488.285	510.965	494.762			465.112	477.140	465.112	477.140
Total do Ativo		716.989	689.162	750.929	696.188	Total do Passivo e Patrimônio líquido		716.989	689.162	750.929	696.188

CSU Digital S.A.
Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto informação por ação expresso em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de prestação de serviços	25	623.529	567.639	623.529	567.639
Custo dos serviços prestados	26	(365.677)	(328.250)	(365.677)	(328.250)
Lucro bruto		257.852	239.389	257.852	239.389
Despesas operacionais					
Com vendas	26	(4.636)	(7.540)	(5.101)	(7.540)
Gerais e administrativas	26	(117.035)	(99.079)	(143.464)	(106.593)
Outras receitas, líquidas		3.361	5.401	3.320	5.401
Resultado de equivalência patrimonial	9	(27.719)	(7.797)	-	-
		(146.029)	(109.015)	(145.245)	(108.732)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		111.823	130.374	112.607	130.657
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	10.126	8.713	10.354	8.833
Despesas financeiras	27	(10.713)	(10.414)	(11.689)	(10.817)
		(587)	(1.701)	(1.335)	(1.984)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		111.236	128.673	111.272	128.673
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	17.3	(5.502)	(38.782)	(5.538)	(38.782)
Diferido	17.3	317	1.286	317	1.286
		(5.185)	(37.496)	(5.221)	(37.496)
Lucro líquido do período		106.051	91.177	106.051	91.177
Lucro por ação - Básico	28	2,6046	2,2367	2,6046	2,2367
Lucro por ação - Diluído	28	2,5741	2,2153	2,5741	2,2153

CSU Digital S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do período	106.051	91.177	106.051	91.177
Variação do valor justo de instrumentos financeiros por meio de outros resultados abrangentes	(3.243)	244	(3.243)	244
Ajustes de conversão de balanço de controladas no exterior	(550)	268	(550)	268
Total do resultado abrangente	102.258	91.689	102.258	91.689

CSU Digital S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros										
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Retenção de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação em controladora	Patrimônio líquido total
Em 1 de janeiro de 2024	229.232	3.009	(3.064)	143.108	26.222	-	17.312	13.537	429.356	-	429.356
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	91.177	-	-	91.177	-	91.177
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 23)	-	875	-	-	-	-	-	-	875	-	875
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(27.500)	-	-	(27.500)	-	(27.500)
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	(17.312)	-	(17.312)	-	(17.312)
Retenção de lucros	-	-	-	41.029	-	(41.029)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	4.559	(4.559)	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(18.089)	18.089	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	229.232	3.884	(3.064)	184.137	30.781	-	18.089	13.537	476.596	-	476.596
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	299	299	-	299
Ativos financeiros mensurados a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	244	244	-	244
Em 31 de dezembro de 2024	229.232	3.884	(3.064)	184.137	30.781	-	18.089	14.080	477.140	-	477.140
Em 1 de janeiro de 2025	229.232	3.884	(3.064)	184.137	30.781	-	18.089	14.080	477.140	-	477.140
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	106.051	-	-	106.051	-	106.051
Aumento de capital (Nota 20)	50.000	-	-	(50.000)	-	-	-	-	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 23)	-	899	-	-	-	-	-	-	899	-	899
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)	-	(50.000)
Destinação do lucro (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucro	-	-	-	3.649	-	(3.649)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	5.302	(5.302)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(47.100)	-	-	(47.100)	-	(47.100)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(18.089)	-	(18.089)	-	(18.089)
Ajuste na aquisição de ações em tesouraria	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1
Outros	-	-	-	4	-	-	-	-	4	-	4
Em 31 de dezembro de 2025	279.232	4.783	(3.063)	137.790	36.083	-	-	14.080	468.905	-	468.905
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(550)	(550)	-	(550)
Instrumento financeiro mensurado a valor justo - VJORA	-	-	-	-	-	-	-	(3.243)	(3.243)	-	(3.243)
Em 31 de dezembro de 2025	279.232	4.783	(3.063)	137.790	36.083	-	-	10.287	465.112	-	465.112

CSU Digital S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		106.051	91.177	106.051	91.177
Ajustes					
Depreciação e amortização	10; 11 e 12	59.789	59.787	62.121	61.706
Valor residual de ativos baixados	10; 11 e 12	826	808	1.306	808
Instrumento patrimonial para pagamento baseado em ações	23	899	876	899	876
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5 e 5.3	102	(953)	102	(953)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.3	(317)	(1.286)	(317)	(1.286)
Provisão para contingências	18.3	1.181	1.115	1.181	1.115
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	27.719	7.797	-	-
Juros, variações monetárias sobre empréstimos, arrendamentos e contingências		5.604	8.053	5.887	8.220
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	(58)	-
Variação cambial		125	-	(377)	-
		95.928	76.197	70.744	70.486
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	5 e 5.3	(14.925)	(6.460)	(14.964)	(6.460)
Estoques	6	305	(931)	305	(931)
Depósitos judiciais	18.2	1.544	1.213	1.544	1.213
Outros ativos e tributos a compensar		(37.136)	(1.218)	(40.634)	(1.308)
Depósitos	13	813	18.798	813	18.798
Fornecedores		9.999	9.551	9.861	10.853
Obrigações sociais e trabalhistas	15	2.547	(999)	3.885	(997)
Baixas por pagamento de contingências	18.3	(1.129)	(973)	(1.129)	(973)
Outros passivos e tributos a recolher		25.817	23.297	25.848	26.244
		(12.165)	42.278	(14.471)	46.439
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
Juros pagos	14.2	(1.812)	(2.128)	(1.812)	(4.672)
Imposto de renda e contribuição social pagos	17.3	(27.919)	(27.262)	(27.919)	(27.262)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		160.083	180.262	132.593	176.168
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Compra de ativo imobilizado	10 e 12	(5.519)	(2.816)	(8.214)	(7.004)
Compra de ativo intangível	11	(73.112)	(67.463)	(73.383)	(67.463)
Investimentos	9	(36.037)	(10.041)	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(114.668)	(80.320)	(81.597)	(74.467)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	14.2	57.387	-	85.023	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	14.2	(4.205)	(4.954)	(4.206)	(4.954)
Amortização de passivos de arrendamento - direito de uso	14.2	(34.980)	(39.399)	(36.472)	(40.944)
Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio		(115.922)	(34.517)	(115.922)	(34.517)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(97.720)	(78.871)	(71.577)	(80.416)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa					
		(52.305)	21.071	(20.581)	21.285
Caixa e equivalentes de caixa no início do período					
		95.679	74.608	96.197	75.290
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa					
		-	-	58	(378)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período					
		43.374	95.679	75.674	96.197

CSU Digital S.A.
Demonstração do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas					
Prestação de serviços	25	704.683	647.225	704.683	647.225
Outras receitas		3.821	1.622	3.821	1.622
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5.3	(103)	953	(103)	953
		708.401	649.800	708.401	649.800
Insumos e serviços adquiridos de terceiros					
Custo dos serviços prestados		(33.143)	(40.892)	(33.142)	(40.892)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(67.194)	(43.046)	(72.193)	(48.697)
		(100.337)	(83.938)	(105.335)	(89.589)
Valor adicionado bruto					
Depreciação e amortização	26	608.064	565.862	603.066	560.211
		(59.789)	(60.278)	(62.121)	(61.708)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		548.275	505.584	540.945	498.503
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(27.719)	(7.797)	-	-
Receitas financeiras	27	10.130	8.713	10.358	8.833
Valor adicionado total a distribuir		530.686	506.500	551.303	507.336
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos		254.969	246.480	271.667	246.809
Remuneração direta		204.648	195.179	221.235	195.508
Benefícios		35.007	33.495	35.118	33.495
FGTS		15.314	17.806	15.314	17.806
Impostos, taxas e contribuições		114.110	133.605	114.600	133.708
Federais		99.773	120.130	100.263	120.233
Estaduais		-	24	-	24
Municipais		14.337	13.451	14.337	13.451
Remuneração de capital de terceiros		55.555	35.238	58.984	35.642
Juros		10.621	10.415	11.597	10.818
Aluguéis		44.934	24.823	47.387	24.824
Remuneração de capital próprio		106.052	91.177	106.052	91.177
Dividendos e juros sobre o capital próprio		47.101	27.500	47.101	27.500
Retenção de lucros		58.951	63.677	58.951	63.677
Valor adicionado distribuído		530.686	506.500	551.303	507.336

Notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

As operações da CSU Digital S.A. ("CSU" ou "Companhia") compreendem uma vasta gama de soluções que vão desde (i) a prestação de serviços de processamento de cartões, incluindo cartões de crédito, débito, pré-pagos e de uso múltiplo, (ii) administração e emissão de cartões de crédito (*Bin Sponsor*), (iii) de prestação de serviços a empresas que operam no credenciamento de estabelecimentos comerciais para realização de transações eletrônicas, contemplando a implantação, operacionalização e gestão de rede de capturas de transações, (iv) de operação e gestão de redes de captura de transações eletrônicas, que são fundamentais para meios de pagamentos instantâneos, (v) de operação e desenvolvimento de soluções e atividades de gestão de contas de pagamentos e serviços de correspondentes bancários, (vi) da gestão e operacionalização de esteiras de processos de *back-office*, *middle-office* e *front-office* de forma digital ou através de interações humanas para atendimento, rentabilização, vendas, cobrança, análise de crédito, *onboarding*, curadoria de documentos, intercâmbio e prevenção a fraudes, (vii) de desenvolvimento e gestão operacional de programas de relacionamento, de fidelização e aquisição de clientes e, (viii) de prestação de serviços de terceirização de tecnologia da informação (TI).

A Companhia é uma sociedade anônima com sede na cidade de Barueri, no estado de São Paulo, com registro e ações que são negociadas na bolsa de valores B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. O controlador em última instância é o Diretor-Presidente e fundador da Companhia, Marcos Ribeiro Leite, que detém diretamente 0,33% das ações e 54,05% das ações por meio da Greenville Delaware LLC. Diversos outros acionistas detêm 44,54% das ações e, além disso, a Companhia possui 1,08% de ações em tesouraria.

A Companhia é controladora da subsidiária integral CSU Digital International LLC, constituída em 21 de dezembro de 2022, localizada nos Estados Unidos da América, que funciona como ponto de apoio para a expansão da empresa de soluções tecnológicas para meios de pagamento e relacionamento com consumidores nos Estados Unidos. Até 31 de dezembro de 2025 a CSU Digital International LLC não realizou operações comerciais.

Em continuidade ao seu processo de expansão e consolidação no ecossistema financeiro digital, foram constituídas, em 10 de junho de 2025, a empresa CSU Digital Holding Financeira Ltda. ("CSU Holding Financeira") e em 2 de julho de 2025 a empresa CSU Digital Instituição de Pagamento Ltda. ("CSU IP"), controladas direta e indireta, respectivamente, pela Companhia, com a integralização do capital inicial no valor de R\$ 5.000 cada, ambas realizadas em 29 de setembro de 2025.

A CSU Holding Financeira, controlada direta e integral da Companhia, é uma estrutura societária com o objetivo de acomodar as entidades financeiras e de pagamento do grupo.

A CSU IP, controlada direta e integral da CSU Holding Financeira, encontra-se em fase de homologação do pedido de autorização, junto ao Banco Central do Brasil, para obter o direito de operar como Instituição de Pagamento e atuará como a entidade responsável pelas operações de *Bin Sponsor* e Contas Digitais.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 9 de março de 2026.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*“International Financial Reporting Standards – IFRS”*), emitidas pelo *“International Accounting Standards Board (IASB)”*, exceto quanto à apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), requerida pela legislação societária para as companhias abertas, mas como informação suplementar às normas IFRS que não requerem esta apresentação. As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e elas estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, aplicadas de maneira consistente nos exercícios anteriormente apresentados.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais dessas estimativas podem apresentar variações que, no período em que forem verificadas, serão reconhecidos no resultado.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da CSU Digital S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder

exercido em relação à investida.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data efetiva da aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para as controladas. Na consolidação todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações com a controlada foram eliminados. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem a seguinte controlada:

Controladas	% Participação			
	2025		2024	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
CSU Digital International LLC	100%	-	100%	-
CSU Digital Holding Financeira Ltda	100%	-	-	-
CSU Digital Instituição de Pagamento Ltda	-	100%	-	-

2.3. Novas normas, interpretações e alterações às normas

Desde 1 de janeiro de 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2025.

As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações no CPC 02 / IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de cambialidade	01/01/2025
OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	01/01/2025

A Companhia não identificou impactos significativos quando da adoção, alterações e interpretações dessa norma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão identificados a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Adoção ao IFRS S1	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	01/01/2026
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	Contratos referenciados à eletricidade dependente da Natureza	01/01/2026
Adoção IFRS 18 / substituição IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
Adoção IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint Venture</i>	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

IFRS S1 e S2 – Divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima:

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude da adoção dessas normas.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:

A norma introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros:

As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da Natureza:

As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude da adoção dessas normas.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:

A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível (definida como subsidiária que não possui responsabilidade pública e que sua controladora final ou qualquer controladora intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS) a prover divulgações reduzidas quando aplicar as IFRS *Accounting Standards* em suas demonstrações financeiras. A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude da adoção dessa norma.

2.4. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com relatórios internos fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração.

2.5. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e apresentados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"), qual seja o Real.

Para fins de apresentação das demonstrações consolidadas, os ativos e passivos da controlada CSU International LLC (localizada nos Estados Unidos da América), originalmente denominada em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando a taxa de câmbio na data de fechamento e as receitas e despesas utilizando as taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.6. Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.7. Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial, de acordo com o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com base na classificação circulante e não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo, se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, ou como "caixa e equivalentes de caixa", a menos que haja restrições quanto à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo

por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como “não circulantes”.

Um passivo é classificado no circulante quando: se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como “não circulante”. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários à vista e por aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa com os próprios emissores, que são instituições financeiras de primeira linha e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía aplicações financeiras superiores a 90 dias.

2.9. Ativos e passivos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica todos os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo através do resultado, ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos ou passivos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, sendo sua baixa realizada quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios.

(a) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado*

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia não celebrou contratos que possam ser enquadrados nessas características.

(b) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço, sendo estes classificados como ativos não circulantes.

Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber e as outras contas a receber, sendo contabilizados no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente,

amortizados, usando o método da taxa efetiva de juros.

No encerramento do exercício é avaliado se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros e, quando identificada, uma provisão é registrada e reconhecida na demonstração do resultado.

(c) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes*

São Ativos financeiros adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial do investimento acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Para a determinação do valor justo utilizamos múltiplos observados nas transações no mercado de capitais relacionadas a aquisições de participações em empresas do mesmo setor/equiparada.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou o método da renda a partir do fluxo de caixa descontado para o cálculo de valor justo do investimento. O Fluxo de Caixa Descontado estima o valor atual de um ativo ou empresa com base na projeção de sua capacidade de gerar caixa no futuro, ajustado pelo risco. A metodologia traz os fluxos de caixa futuros para o valor presente utilizando uma taxa de desconto, definindo o valor justo do ativo. O valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes na rubrica ajuste de avaliação patrimonial demonstrado pelo seu valor líquido dos efeitos tributários.

2.10. *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro e pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia aplica a abordagem de perda esperada do IFRS 9 / CPC 48 para mensuração de perdas por redução do valor recuperável dos seus Ativos. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou

principal;

- (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

As operações da Companhia são fundamentalmente *b2b* (“*business to business*”) com baixo grau de inadimplência, diante desta condição, adota para reconhecimento de uma PECLD os seguintes critérios:

- (a) avaliação do risco de cada cliente tomando por base o *aging* de seus títulos vencidos;
- (b) provisão de 100% do valor dos títulos vencidos acima de 120 dias;
- (c) provisão dos demais títulos vencidos com base em uma taxa média de risco global da carteira de clientes, sendo que essa taxa é obtida com base na taxa média anual dos últimos três anos. A taxa anual é obtida com a seguinte equação: a soma do movimento da PECLD do ano sobre a média dos títulos vencidos nos últimos dois anos;
- (d) no final de cada exercício essa taxa é revisada e passa a valer para o próximo exercício.

Caso ocorra que em período subsequente valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

2.12. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem a valores derivados da prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa apresentadas pelo seu valor líquido de realização. A Companhia reconhece uma provisão para perda esperada baseada em julgamento através da experiência histórica de perda ajustada por fatores específicos de seus clientes e do ambiente econômico.

O valor das contas a receber de clientes classificadas no ativo não circulante, bem como aquelas de valor relevante classificadas no circulante são registradas, inicialmente, pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

2.13. Estoques

Os estoques da Companhia compreendem materiais aplicados na prestação de serviços e são avaliados pelo custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.14. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear a partir da entrada em operação dos bens, considerando taxas que contemplam as respectivas vidas úteis econômicas anuais conforme demonstrado na Nota 3.6, que são revisadas anualmente e ajustadas prospectivamente, se apropriado.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas líquidas”, no momento da alienação.

O valor de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for superior ao seu valor recuperável estimado.

2.15. Intangíveis

Os intangíveis estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável.

(a) Ágio

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, mas sim a testes anuais de recuperabilidade, conforme descrito na Nota 2.16.

Para fins de teste de recuperabilidade, o ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa que deve se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, no caso a CSU.Pays, identificada de acordo com o segmento operacional.

(b) *Programas de computador (softwares)*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que estejam prontos para sua utilização. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil anual estimada, conforme apresentado na Nota 3.6. Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Os gastos com desenvolvimento diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, desenvolvidos internamente, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e despesas de terceiros diretamente relacionadas. Estes gastos e sua respectiva amortização são apresentados na rubrica “Sistemas de customização” desenvolvidos internamente.

2.16. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia revisa trimestralmente a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente. Se houver alguma indicação, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Os ativos que não são avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGC’s corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso. O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos. Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem as perdas reconhecidas referentes às UGC’s são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas o excedente será alocado aos demais ativos de forma *pró-rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.17. Fornecedores

Os passivos com fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano e, caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, em função do curto giro de fornecedores, são normalmente reconhecidos pelo valor da fatura correspondente.

2.18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, reconhecidos na demonstração do resultado *pró-rata temporis* como despesa financeira.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, quando então são classificados no passivo não circulante.

2.19. Arrendamentos

Arrendamentos que transferem à Companhia os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são classificados como arrendamento financeiro, sendo capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, sendo depreciados ao longo da vida útil econômica dos respectivos bens. Os respectivos pagamentos são alocados parte ao passivo e parte aos encargos financeiros para que, desta forma, sejam obtidas taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo circulante e não circulante. Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento.

A Companhia possui operações de arrendamento de direitos de uso principalmente relacionados a aluguel de imóveis e equipamentos e aluguel de *softwares*. Os prazos de contrato são negociados individualmente e com termos e condições diferentes. Os contratos não podem ser usados como garantias de empréstimos.

A Administração optou pelo modelo do CPC 06 (R2) utilizando a taxa incremental nominal e fluxo de pagamentos nominal e recalculou os seus contratos de arrendamento de forma retrospectiva desde a data da adoção inicial, passando a utilizar como taxa incremental a taxa nominal obtida por meio de cotações efetuadas junto a bancos de primeira linha entre 4,17% e 8,83% a.a., variando de acordo com o prazo de cada contrato e divulgando em nota explicativa o efeito da adoção com fluxo nominal e taxa nominal.

2.20. Provisões

As provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não

formalizada, como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita, mensurada pelo valor presente dos gastos que serão necessários para liquidar a obrigação. Posteriormente, a atualização monetária da provisão é reconhecida como despesa financeira. As provisões para passivos judiciais são referentes a processos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a Administração julgue como provável um resultado desfavorável à Companhia e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis. A Companhia passou a adotar como prática para provisionamento de processos de natureza trabalhista massivos, a média histórica de pagamentos dos processos encerrados no período de 12 meses. Periodicamente a Companhia revisa esses valores de modo a refletir a melhor estimativa no momento da provisão. As provisões para passivos judiciais trabalhistas dos temas considerados estratégicos e passivos judiciais das demais naturezas são calculadas individualmente com base no julgamento para cada matéria. Essas determinações são feitas pela Administração com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia, de forma que as provisões para passivos judiciais estejam adequadamente reconhecidas nas demonstrações financeiras.

2.21. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou na demonstração do resultado abrangente. O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base na legislação tributária vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, usando-se o método do passivo. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, quais sejam aquelas quando se espera que o respectivo imposto diferido ativo seja realizado ou quando o imposto diferido passivo seja liquidado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensáveis quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. Os créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, são reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis da Companhia nos próximos exercícios. A Administração da Companhia elabora, ao final de cada exercício, o estudo técnico suportado pela projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus

descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários em período inferior a dez anos. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

2.22. Partes relacionadas

As divulgações de transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e são feitas apenas se estes termos puderem ser efetivamente comprovados. A natureza dessas transações e o registro contábil estão descritos na Nota 7.

2.23. Benefícios a empregados

A Companhia não mantém benefícios pós-emprego, rescisórios ou de longo prazo para seus empregados.

(a) *Gratificação a gestores*

O reconhecimento desta despesa e respectivo passivo circulante são registrados mensalmente com base em estimativas percentuais do Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) ou do lucro líquido do exercício, o que for menor, conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

(b) *Remuneração com base em ações*

A Companhia opera planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de ações, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das ações outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade e permanência no emprego por um período de tempo específico). A contrapartida é registrada a crédito na rubrica "Reserva de capital". As transações reconhecidas no resultado do ano estão descritas na Nota 23.

2.24. Capital social

As ações ordinárias emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

Os valores pagos pela aquisição de ações de emissão da própria Companhia incluem quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, líquidos do imposto de renda, sendo deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou alienadas.

2.25. Dividendos e juros sobre o capital próprio

As distribuições de dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas da Companhia são reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras quando deliberados, com base nas disposições contidas no estatuto social da Companhia. Qualquer valor de dividendo acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que seja aprovado pelos

acionistas em Assembleia Geral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito a seus acionistas de JCP, devendo ser imputado ao dividendo estatutário, configurando a obrigação legal. O benefício fiscal do JCP é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Nas demonstrações financeiras, o JCP é eliminado das despesas financeiras do exercício e deduzido dos lucros acumulados em contrapartida ao passivo circulante.

2.26. Reconhecimento de receita

(a) *Prestação de serviços*

A receita pela prestação de serviços é reconhecida pelo regime contábil de competência, tendo como base os serviços executados até a data-base do balanço, mensurados de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente com os clientes. O IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contratos com Clientes estabelece um modelo contendo cinco passos aplicados que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber pela transferência dos serviços prestados para os clientes. As receitas provenientes de contratos com clientes são registradas deduzidas de descontos comerciais, descontos de penalidades operacionais e outras deduções similares. Parte da receita é reconhecida através de estimativa, conforme Nota 3.4 e, portanto, posteriormente podem surgir circunstâncias que alterem os valores obtidos nas mensurações originais de receitas e custos. Neste momento as mensurações iniciais serão revisadas, podendo resultar em aumento ou redução das receitas ou dos custos inicialmente registrados, as quais serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Administração tomar conhecimento das circunstâncias que originarem a revisão. A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos.

(b) *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.27. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes e circulantes, são ajustados ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos de realização quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas rubricas de receitas e despesas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros pela fruição do prazo.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS SOBRE ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na

experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 6 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques;
- Nota explicativa 9 - Investimentos: aquisição de investimento pelo valor justo da contraprestação. As determinações desses valores envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das metodologias e premissas para a mensuração do valor justo;
- Nota explicativa 10 e 11 - Imobilizado e Intangível: estimativa da vida útil dos ativos de longa duração;
- Nota explicativa 11 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão;
- Nota explicativa 17 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 18 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(c) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia e suas controladas revisam trimestralmente a existência de indicação de que

um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente. Se houver alguma indicação, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Os ativos que não são avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGC’s corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem as perdas reconhecidas referentes às UGC’s são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas o excedente será alocado aos demais ativos de forma *pró-rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.1. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Com a adoção do IFRS 09 / CPC 48 a Companhia utiliza sua matriz de provisão de modo a calcular a perda de crédito esperada para contas a receber, com base na perda histórica observada e a revisa de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. No entanto, considerando o mercado que a Companhia atua e a qualidade de seus clientes, essas perdas não contemplam valores significativos.

3.2. Provisões para passivos judiciais

As provisões para passivos judiciais são referentes a processos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a Administração julgue como provável um resultado desfavorável à

Companhia e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis. A Companhia passou a adotar como prática para provisionamento de processos de natureza trabalhista massivos, a média histórica de pagamentos dos processos encerrados no período de 12 meses. Periodicamente a Companhia revisa esses valores de modo a refletir a melhor estimativa no momento da provisão. As provisões para passivos judiciais trabalhistas dos temas considerados estratégicos e passivos judiciais das demais naturezas são calculadas individualmente com base no julgamento para cada matéria. Essas determinações são feitas pela Administração com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia, de forma que as provisões para passivos judiciais estejam adequadamente reconhecidas nas demonstrações financeiras.

3.3. Valor justo dos Investimentos

Os investimentos são mensurados pelo valor justo da contraprestação. As determinações desses valores envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das metodologias e premissas, tais como múltiplos de mercado, à mensuração do valor justo.

3.4. Receita de prestação de serviços não faturada

As receitas da Companhia decorrem principalmente da prestação de serviços, nos termos dos contratos comerciais com os seus clientes, incluindo receitas referentes à prestação de serviços de desenvolvimento de novas funcionalidades para os sistemas operacionais utilizados por seus clientes. Enquanto não faturada, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente, de acordo com as condições estabelecidas nos contratos.

3.5. Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias

Os créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, são reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis da Companhia nos próximos exercícios. A Administração da Companhia elabora, ao final de cada exercício, o estudo técnico suportado pela projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários em período inferior a dez anos. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

3.6. Vida útil de ativos não circulantes

Os ativos imobilizados e intangíveis, com exceção do ágio, são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, anualmente revisadas e suportadas por laudo de avaliação emitido por perito independente, apresentadas a seguir:

Vida útil econômica
(anos)

Ativo imobilizado	2025	2024
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	14	14
Equipamentos	9	9
Veículos	6	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 5	2 a 5
Computadores e periféricos	4	4

Vida útil econômica
(anos)

Ativo intangível	2025	2024
Sistemas de processamento de dados	19	19
Sistemas de customização (i)	40	41
Sistema ERP	19	19
<i>Software</i> Vision Plus (i)	40	41
Cessão de direitos de uso de <i>software</i>	10	10
Outros	5	5

- (i) Conceito empregado de Vida útil Total (anos) = Idade do bem (anos) + Vida remanescente (anos) conforme laudo técnico elaborado por especialistas terceiros.

3.7. Ágio em investimento

O valor do ágio (Nota 11) é testado anualmente para verificação de *impairment*. A Administração realiza julgamentos e premissas para avaliar o impacto das mudanças econômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável do ativo.

As taxas de crescimento foram consideradas com base na expectativa de crescimento dos mercados de atuação da Companhia. As taxas de descontos que foram utilizadas nas projeções são compatíveis com as taxas de mercado em que a Companhia atua, de 14,18% ao ano após os impostos para a unidade CSU Pays (2024 – 15,51% ao ano). Os resultados dos testes não indicaram perda de valor a ser reconhecida em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

As taxas de crescimento e desconto utilizadas nesses testes resultam de estimativas de mercado que, dessa forma, estão sujeitas a sensibilidade e mudança nas premissas.

As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir:

- a) *Premissas de taxa de crescimento:* A Administração reconhece que possíveis alterações nos cenários de mercado relacionados aos negócios da unidade geradora de caixa: CSU Pays causam impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento de longo prazo. A taxa de crescimento da perpetuidade utilizada para calcular o valor de uso dos ativos foi de 1%.

Uma diminuição de 1% na taxa de crescimento utilizada não resultou em perda por desvalorização.

- b) *Taxas de desconto antes dos impostos:* Seria de 17,71% para a CSU Pays que é a unidade de negócio que contém o ágio a ser testado.
- c) *Taxas de desconto após os impostos:* Qualquer alteração na avaliação dos riscos nos atuais mercados, específicos a cada unidade geradora de caixa, pode alterar as taxas de descontos utilizadas para calcular o valor de uso dos ativos. Um aumento de 5% na taxa utilizada para a unidade geradora de caixa, não resultará em perda por desvalorização.

3.8. Estimativa do valor justo

Os ativos e passivos são contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação, considerando os diferentes níveis definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

O valor justo dos demais instrumentos financeiros (classificados como Nível 3), que compreende os Investimentos, é determinado pela análise de múltiplos de mercado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Livres				
Depósitos bancários à vista				
Bancos - moeda nacional	7.093	3.858	7.093	3.858
Bancos - moeda estrangeira (i)	49	-	27.203	518
	<u>7.142</u>	<u>3.858</u>	<u>34.296</u>	<u>4.376</u>
Títulos em renda fixa – CDB compromissadas (ii)	<u>16.785</u>	<u>72.896</u>	<u>21.931</u>	<u>72.896</u>
Depósitos de clientes - Banking (Conta Digital)				
Bancos - moeda nacional	7.727	6.242	7.727	6.242
Títulos em renda fixa - CDB compromissadas (ii)	11.720	12.683	11.720	12.683
	<u>19.447</u>	<u>18.925</u>	<u>19.447</u>	<u>18.925</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>43.374</u>	<u>95.679</u>	<u>75.674</u>	<u>96.197</u>

- (i) O saldo em moeda estrangeira corresponde substancialmente ao saldo de conta corrente em Dólares americanos (US\$) da subsidiária integral CSU Digital International LLC.

- (ii) As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas remunerados à taxa média ponderada de 94% a 106,5% da taxa de certificados de depósito interbancários em 30 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES – CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

O saldo a receber de clientes corresponde, basicamente, ao faturamento dos serviços prestados, cujo recebimento ocorre substancialmente no mês subsequente, bem como a apropriação proporcional da receita pelos serviços prestados até o final do mês de competência e que serão faturados conforme definido nas cláusulas comerciais dos respectivos contratos.

5.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Contas a receber – faturado	36.352	24.669	36.391	24.669
Contas a receber – não faturado	62.784	59.677	62.784	59.677
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(62)	(54)	(62)	(54)
	99.074	84.292	99.113	84.292
Não Circulante				
Contas a receber – faturado	13.722	13.628	13.722	13.628
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(13.722)	(13.628)	(13.722)	(13.628)
	-	-	-	-

5.2. Composição por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer				
Em até um mês	95.496	82.498	95.535	82.498
Em atraso				
Em até um mês	3.338	1.062	3.338	1.062
De um a dois meses	251	-	251	-
De dois a três meses	3	35	3	35
De três a quatro meses	-	-	-	-
Vencidos acima de quatro meses	13.770	14.379	13.770	14.379
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(13.784)	(13.682)	(13.784)	(13.682)
Total em atraso	3.578	1.794	3.578	1.794
	99.074	84.292	99.113	84.292

5.3. Movimentação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Em 1 de janeiro	(13.682)	(14.635)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(102)	(193)
Valores estornados, não usados	-	1.146
Em 31 de dezembro	(13.784)	(13.682)
Ativo circulante	(62)	(54)
Ativo não circulante	(13.722)	(13.628)

6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Cartões	2.279	2.642
Materiais adicionais	435	312
Outros	361	426
	3.075	3.380

7. PARTES RELACIONADAS

Balanco patrimonial	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo - Circulante				
Outros				
Nowalls Consultoria S/S Ltda. (i)	12	-	12	-
	12	-	12	-
Ativo - Não circulante				
Investimentos				
CSU Digital International LLC (ii)	6.068	3.401	-	-
CSU Digital Holding Financeira Ltda. (v)	5.104	-	-	-
	11.172	3.401	-	-
Passivo - Circulante				
Empréstimos e financiamentos				
CSU Digital International LLC (vi)	71	-	-	-
	71	-	-	-
Passivo - Não circulante				
Empréstimos e financiamentos				
CSU Digital International LLC (vi)	55.024	-	-	-
	55.024	-	-	-

Demonstração do Resultado	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Anapurus Comércio e Participações Ltda. (iii)	(1.084)	(2.062)	(1.084)	(2.062)
Nowalls Consultoria S/S Ltda. (i)	(95)	-	(95)	-
Instituto CSU (iv)	(45)	(47)	(45)	(47)
Resultado de equivalência patrimonial				
CSU Digital International LLC (ii)	(27.823)	(7.797)	-	-
CSU Digital Holding Financeira Ltda. (v)	104	-	-	-
Resultado financeiro				
CSU Digital International LLC (vi)	(195)	-	-	-
	(29.138)	(9.906)	(1.224)	(2.109)

- (i) Valores pagos a parte relacionada Nowalls Consultoria S/S Ltda., para prestação de serviços de consultoria estratégica para a Companhia. Serviços previstos até outubro de 2026.
- (ii) Investimento e resultado de equivalência patrimonial na controlada CSU Digital International LLC.
- (iii) Aluguéis de instalações e serviços da parte relacionada Anapurus Comércio e Participações Ltda., para a realização de eventos corporativos de interesse da Companhia.
- (iv) Doações a parte relacionada Instituto CSU, para manutenção das suas atividades de capacitação de profissionais para o mercado de trabalho.
- (v) Investimento na controlada CSU Digital Holding Financeira Ltda.
- (vi) Empréstimo a pagar, em USD, firmado com a controlada CSU Digital International LLC em dezembro de 2025. O mútuo foi firmado no prazo de 48 meses, com pagamentos trimestrais a uma taxa de 6% a.a.

7.1. Remuneração aos administradores

O valor-limite global anual de remuneração por serviços prestados pelo pessoal-chave da Administração, que inclui os Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários, foi fixado para o exercício de 2025 em R\$ 30.429 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 21.532), aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2025.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Honorários	8.639	12.062	18.399	12.062
Gratificações e benefícios indiretos	4.865	8.361	10.528	8.361
Pagamento baseado em ações	899	875	899	875
	14.403	21.298	29.826	21.298

8. OUTROS VALORES A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores	18.205	4.374	21.501	4.405
Adiantamento a funcionários	6.012	3.699	6.012	3.699
Outros créditos a receber	1.280	3.222	1.280	3.222
Adiantamento de seguros	323	268	323	268
Outros adiantamentos	34	48	34	48
	25.854	11.612	29.150	11.643
Ativo não circulante				
Adiantamento a fornecedores	2.436	2.181	2.436	2.181
Outros adiantamentos	-	-	514	268
	2.436	2.181	2.950	2.449
	28.290	13.793	32.100	14.092

9. INVESTIMENTOS

	% participação direta	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fitbank Pagamentos Eletrônicos S.A.	4%	26.554	31.467	26.554	31.467
CSU Digital International LLC	100%	6.068	3.401	-	-
CSU Digital Holding Financeira Ltda.	100%	5.104	-	-	-
		37.726	34.868	26.554	31.467
		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Movimentação dos investimentos					
Em 1 de janeiro		34.868	31.955	31.467	31.097
Investimentos (i)		36.037	10.041	-	-
Equivalência patrimonial (ii)		(27.719)	(7.797)	-	-
Variação cambial de investimentos		(547)	299	-	-
Valor justo por outros resultados abrangentes		(4.913)	370	(4.913)	370
Em 31 de dezembro		37.726	34.868	26.554	31.467

- (i) Aporte de capital realizado integralmente nas subsidiárias CSU Digital International LLC e CSU Digital Holding Financeira Ltda, no montante de R\$ 31.037 e R\$ 5.000, respectivamente.
- (ii) Resultado de equivalência patrimonial sobre os investimentos realizados nas subsidiárias integrais CSU Digital International LLC e CSU Digital Holding Financeira Ltda.

10. IMOBILIZADO – CONTROLADORA

	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos	Terrenos	Total
Vida útil econômica (anos)	9	14	9	6	2 a 5	4	-	
Em 1 de janeiro de 2024	1.766	987	5.429	2.773	2.413	1.511	-	14.879
Aquisição	724	26	916	-	547	603	-	2.816
Alienação	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)
Depreciação	(447)	(122)	(1.400)	(610)	(407)	(839)	-	(3.825)
Em 31 de dezembro de 2024	2.043	891	4.945	2.163	2.553	1.269	-	13.864
Em 31 de dezembro de 2024								
Custo total	10.380	2.792	20.351	5.231	25.184	14.606	-	78.544
Depreciação acumulada	(8.337)	(1.901)	(15.406)	(3.068)	(22.631)	(13.337)	-	(64.680)
Saldo contábil, líquido	2.043	891	4.945	2.163	2.553	1.269	-	13.864
Em 1 de janeiro de 2025	2.043	891	4.945	2.163	2.553	1.269	-	13.864
Aquisição	873	173	338	-	2.157	1.743	235	5.519
Transferências	(1)	(1)	4	1	-	(1)	-	2
Depreciação	(517)	(125)	(1.342)	(546)	(575)	(852)	-	(3.957)
Em 31 de dezembro de 2025	2.398	938	3.945	1.618	4.135	2.159	235	15.428
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo total	10.286	2.906	19.564	3.899	27.068	15.593	235	79.551
Depreciação acumulada	(7.888)	(1.968)	(15.619)	(2.281)	(22.933)	(13.434)	-	(64.123)
Saldo contábil, líquido	2.398	938	3.945	1.618	4.135	2.159	235	15.428

A depreciação no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, alocada ao custo dos serviços prestados totalizam R\$ 1.821 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 1.746), e às despesas operacionais totalizam R\$ 2.136 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 2.079).

10. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos	Terrenos	Total
Vida útil econômica (anos)	9	14	9	6	2 a 5	4	-	
Em 1 de janeiro de 2024	1.766	987	5.429	2.773	2.413	1.511	-	14.879
Aquisição	2.144	26	916	1.438	1.839	689	-	7.052
Alienação	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)
Depreciação	(447)	(122)	(1.400)	(658)	(407)	(839)	-	(3.873)
Em 31 de dezembro de 2024	3.463	891	4.945	3.553	3.845	1.355	-	18.052
Em 31 de dezembro de 2024								
Custo total	11.800	2.792	20.351	6.669	26.476	14.692	-	82.780
Depreciação acumulada	(8.337)	(1.901)	(15.406)	(3.116)	(22.631)	(13.337)	-	(64.728)
Saldo contábil, líquido	3.463	891	4.945	3.553	3.845	1.355	-	18.052
Em 1 de janeiro de 2025	3.463	891	4.945	3.553	3.845	1.355	-	18.052
Aquisição	1.599	173	338	1.441	2.605	1.823	235	8.214
Alienação	-	-	-	(480)	-	-	-	(480)
Transferências	(1)	(1)	4	1	-	(1)	-	2
Variação cambial	(48)	-	-	(111)	(42)	(8)	-	(209)
Depreciação	(699)	(125)	(1.342)	(968)	(902)	(863)	-	(4.899)
Em 31 de dezembro de 2025	4.314	938	3.945	3.436	5.506	2.306	235	20.680
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo total	12.384	2.906	19.564	6.105	28.768	15.751	235	85.713
Depreciação acumulada	(8.070)	(1.968)	(15.619)	(2.669)	(23.262)	(13.445)	-	(65.033)
Saldo contábil, líquido	4.314	938	3.945	3.436	5.506	2.306	235	20.680

A depreciação no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, alocada ao custo dos serviços prestados totalizam R\$ 1.821 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 1.746), e às despesas operacionais totalizam R\$ 3.078 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 2.127).

11. INTANGÍVEL – CONTROLADORA

	Vida útil definida / remanescente						Vida útil indefinida	Total
	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de customização	Sistema ERP	Software plataformas de cartões	Cessão de direito de uso de software	Software Card 24	Outros	
Vida útil econômica remanescente (anos)	19	17	19	17	10	7	5	
Em 1 de janeiro de 2024	559	202.847	933	78.828	13.024	-	11	322.097
Aquisição	-	37.268	-	26.081	4.114	-	-	67.463
Amortização	(36)	(12.768)	(151)	(5.317)	(3.456)	-	(2)	(21.730)
Em 31 de dezembro de 2024	523	227.347	782	99.592	13.682	-	9	367.830
Em 31 de dezembro de 2024								
Custo total	10.020	390.582	3.087	203.388	107.417	4.142	3.081	758.562
Amortização acumulada	(9.497)	(163.235)	(2.305)	(103.796)	(93.735)	(4.142)	(3.072)	(390.732)
Saldo contábil, líquido	523	227.347	782	99.592	13.682	-	9	367.830
Em 1 de janeiro de 2025	523	227.347	782	99.592	13.682	-	9	367.830
Aquisição	-	46.999	-	25.739	236	-	138	73.112
Alienação	-	(770)	-	-	-	-	-	(770)
Amortização	(31)	(14.905)	(151)	(6.485)	(4.237)	-	(4)	(25.813)
Em 31 de dezembro de 2025	492	258.671	631	118.846	9.681	-	143	414.359
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo total	10.020	436.812	3.087	229.127	107.653	4.142	3.219	830.905
Amortização acumulada	(9.528)	(178.141)	(2.456)	(110.281)	(97.972)	(4.142)	(3.076)	(416.546)
Saldo contábil, líquido	492	258.671	631	118.846	9.681	-	143	414.359

A amortização no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, alocado ao custo de serviços prestados totalizam R\$ 25.161 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 21.068), e às despesas operacionais totaliza R\$ 652 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 662).

11. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Vida útil definida / remanescente						Vida útil indefinida	Total
	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de customização	Sistema ERP	Software plataformas de cartões	Cessão de direito de uso de software	Software Card 24	Ágio	
Vida útil econômica remanescente (anos)	19	17	19	17	10	7	5	
Em 1 de janeiro de 2024	559	202.847	933	78.828	13.024	-	11	322.097
Aquisição	-	37.268	-	26.081	4.114	-	-	67.463
Amortização	(36)	(12.768)	(151)	(5.317)	(3.456)	-	(2)	(21.730)
Em 31 de dezembro de 2024	523	227.347	782	99.592	13.682	-	25.895	367.830
Em 31 de dezembro de 2024								
Custo total	10.020	390.582	3.087	203.388	107.417	4.142	3.081	758.562
Amortização acumulada	(9.497)	(163.235)	(2.305)	(103.796)	(93.735)	(4.142)	(3.072)	(390.732)
Saldo contábil, líquido	523	227.347	782	99.592	13.682	-	25.895	367.830
Em 1 de janeiro de 2025	523	227.347	782	99.592	13.682	-	9	367.830
Aquisição	-	47.270	-	25.739	236	-	138	73.383
Alienação	-	(770)	-	-	-	-	-	(770)
Variação cambial	-	4	-	-	-	-	-	4
Amortização	(31)	(14.930)	(151)	(6.485)	(4.237)	-	(4)	(25.838)
Em 31 de dezembro de 2025	492	258.921	631	118.846	9.681	-	143	414.609
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo total	10.020	437.087	3.087	229.127	107.653	4.142	3.219	831.180
Amortização acumulada	(9.528)	(178.166)	(2.456)	(110.281)	(97.972)	(4.142)	(3.076)	(416.571)
Saldo contábil, líquido	492	258.921	631	118.846	9.681	-	143	414.609

A amortização no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, alocado ao custo de serviços prestados totalizam R\$ 25.161 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 21.068), e às despesas operacionais totaliza R\$ 677 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 662).

12. ATIVOS DE DIREITO DE USO

Controladora

	1 de janeiro de 2024	Adições	Amortização	Baixa	Remensuração	31 de dezembro de 2024
Aluguel de imóveis	8.892	28.947	(18.849)	-	-	18.990
Aluguel de software	33.212	77	(11.427)	-	8.276	30.138
Equipamentos	13.567	160	(3.054)	-	-	10.673
Veículos	3.293	1.262	(121)	(802)	-	3.632
Móveis e utensílios	556	-	(125)	-	-	431
Benfeitorias	1.264	-	(290)	-	-	974
Computadores e periféricos	283	-	(200)	-	-	83
Outros arrendamentos contratados	1.014	-	(168)	-	-	846
	62.081	30.446	(34.234)	(802)	8.276	65.767

Controladora

	1 de janeiro de 2025	Adições (i)	Amortização	Baixa	Remensuração (ii)	31 de dezembro de 2025
Aluguel de software	30.138	719	(10.851)	-	471	20.477
Aluguel de imóveis	18.990	1.012	(15.437)	-	-	4.565
Equipamentos	10.673	977	(1.746)	-	-	9.904
Veículos	3.632	813	(1.304)	(56)	-	3.085
Móveis e utensílios	431	-	(119)	-	-	312
Benfeitorias	974	-	(290)	-	-	684
Computadores e periféricos	83	1.339	(138)	-	-	1.284
Instalações	846	-	(134)	-	-	712
	65.767	4.860	(30.019)	(56)	471	41.023

Consolidado

	1 de janeiro de 2024	Adições	Amortização	Baixa	Remensuração	31 de dezembro de 2024
Aluguel de imóveis	13.861	28.947	(19.025)	-	629	24.412
Aluguel de software	33.212	77	(11.427)	-	8.276	30.138
Equipamentos	13.567	160	(3.054)	-	-	10.673
Veículos	3.293	1.262	(121)	(802)	-	3.632
Móveis e utensílios	556	-	(125)	-	-	431
Benfeitorias	1.264	-	(290)	-	-	974
Computadores e periféricos	283	-	(200)	-	-	83
Outros arrendamentos contratados	1.014	-	(168)	-	-	846
	67.050	30.446	(34.410)	(802)	8.905	71.189

Consolidado

	1 de janeiro de 2025	Adições (i)	Amortização	Baixa	Remensuração (ii)	Variação Cambial	31 de dezembro de 2025
Aluguel de software	30.138	719	(10.851)	-	471	-	20.477
Aluguel de imóveis	24.412	1.012	(16.802)	-	-	(583)	8.039
Equipamentos	10.673	977	(1.746)	-	-	-	9.904
Veículos	3.632	813	(1.304)	(56)	-	-	3.085
Móveis e utensílios	431	-	(119)	-	-	-	312
Benfeitorias	974	-	(290)	-	-	-	684
Computadores e periféricos	83	1.339	(138)	-	-	-	1.284
Instalações	846	-	(134)	-	-	-	712
	71.189	4.860	(31.384)	(56)	471	(583)	44.497

- (i) O aumento em aluguel de imóveis refere-se à renovação dos prazos e valores do contrato das Unidade de Barueri, Faria Lima e Belo Horizonte, com vencimento até agosto de 2027
- (ii) Na conta de aluguel de software realizamos a remensuração contratual dos softwares básicos utilizados no Mainframe com vencimento em maio de 2028.

13. DEPÓSITOS

Os depósitos em conta de pagamento referem-se, às obrigações junto a clientes por saldos de contas digitais pré-pagas ainda não utilizados, no montante de R\$ 19.611 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 18.798). Estes saldos estão vinculados a saldos de clientes mantidos na rubrica de caixa equivalentes de caixa.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos (i)	72	1.677	167	1.677
Passivos de arrendamento (ii)	18.137	31.194	19.520	32.640
	<u>18.209</u>	<u>32.871</u>	<u>19.687</u>	<u>34.317</u>
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos (i)	55.024	-	82.536	-
Passivos de arrendamento (ii)	18.962	31.954	21.372	36.224
	<u>73.986</u>	<u>31.954</u>	<u>103.908</u>	<u>36.224</u>
	<u>92.195</u>	<u>64.825</u>	<u>123.595</u>	<u>70.541</u>

- (i) Os empréstimos e financiamentos da Controladora referem-se ao mútuo celebrado entre a Companhia e sua controlada direta CSU Digital International LLC em dezembro de 2025 pelo prazo de 48 meses, com pagamentos trimestrais a uma taxa de 6% a.a. O saldo Consolidado refere-se ao empréstimo captado em dólar pela controlada CSU Digital International LLC, com instituição financeira nos Estados Unidos pelo prazo de 48 meses, com pagamentos trimestrais a uma taxa de 1,75% a.a acrescido da *3-Month SOFR*.
- (ii) O saldo apresentado na controladora e no consolidado, de R\$ 37.098 e de R\$ 40.892, respectivamente, é composto de leasing financeiro R\$ 10.427 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 11.179), e passivo de arrendamentos de direito de uso R\$ 26.671 e R\$ 30.465 (em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 51.969 e R\$ 57.685).

Os contratos de arrendamento da Companhia têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fidedigna e atender as orientações da CVM em seu Ofício Circular CVM nº2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados.

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporando a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais,

incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas baseadas no boletim Focus do Banco Central do Brasil até 2028.

A companhia usou as taxas de inflação projetadas de 4,05% para 2026, 3,8% para 2027 e 3,5% para 2028. Considerando estas taxas teríamos os seguintes impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Com inflação projetada	Valor Contábil	Com inflação projetada
Fluxos de caixa				
Ativo de direito de uso, líquido	23.208	24.086	26.682	27.691
Passivo de arrendamento	30.012	31.147	34.025	35.312
Despesas financeiras	3.341	3.467	3.624	3.761

14.1. Composição do saldo do passivo não circulante, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	31.972	14.920	42.633	16.477
2027	23.386	12.654	33.477	14.331
2028 a 2029	18.628	4.380	27.798	5.416
	73.986	31.954	103.908	36.224

Os financiamentos e contratos de arrendamento são garantidos por notas promissórias que variam entre 100% e 120% do valor dos contratos, ou pelos próprios bens objeto dos contratos. O pagamento do empréstimo captado pela controlada CSU Digital International LLC é garantido pela sua Controladora integral CSU Digital S.A.

Em 31 de dezembro de 2025 as obrigações pelos contratos de arrendamento possuem prazo de pagamento de até 32 meses e estão registrados pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem substancialmente à variação do CDI, são registrados na demonstração do resultado durante o prazo do arrendamento.

14.2. Movimentação de empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	Empréstimos e financiamentos	Passivos de arrendamento	Empréstimos e financiamentos	Passivos de arrendamento
Em 1 de janeiro de 2024	6.618	57.137	6.618	62.132
Captações	-	30.953	-	30.953
Juros provisionados	689	7.633	689	9.494
Amortização	(4.954)	(39.399)	(4.954)	(40.943)
Pagamento de juros	(676)	(1.452)	(676)	(3.995)
Remensuração (i)	-	8.276	-	11.223
Em 31 de dezembro de 2024	1.677	63.148	1.677	68.864
Em 1 de janeiro de 2025	1.677	63.148	1.677	68.864
Captações	57.387	4.324	85.023	4.324
Juros provisionados	127	5.933	222	6.121
Amortização	(4.205)	(34.980)	(4.206)	(36.472)
Pagamento de juros	(15)	(1.797)	(15)	(1.797)
Variação cambial	125	-	2	(619)
Remensuração (i)	-	471	-	471
Em 31 de dezembro de 2025	55.096	37.099	82.703	40.892

- (i) Refere-se à renovação de prazos e valores contratuais na locação de imóveis nas Unidade Barueri, Faria Lima e Belo Horizonte, com vencimentos até agosto de 2027. Em 1 de fevereiro de 2025, foi feita a remensuração contratual dos softwares com vencimento em maio de 2028.

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os saldos de obrigações sociais e trabalhistas são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de férias e encargos	26.576	23.773	26.576	23.773
Salários a pagar	10.360	9.382	11.706	9.390
Encargos sociais	6.378	5.797	6.378	5.797
Provisão para gratificação a gestores	3.123	4.583	3.123	4.583
Outros	2.995	3.350	2.995	3.350
	49.432	46.885	50.778	46.893

16. TRIBUTOS A COMPENSAR E A RECOLHER

Os saldos de impostos e contribuições sociais a compensar e a recolher são compostos como segue:

	A compensar			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Imposto de renda (i)	20.527	2.890	20.527	2.890
Contribuição social (i)	4.872	902	4.859	902
	25.399	3.792	25.386	3.792
Demais tributos				
PIS e COFINS	1.490	1.547	1.490	1.547
ISS	162	162	162	162
Outros	80	413	80	413
	1.732	2.122	1.732	2.122
	27.131	5.914	27.118	5.914
Não circulante				
Impostos a compensar (ii)	-	895	-	895
	-	895	-	895
	A recolher			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Imposto de renda (i)	-	1.475	23	1.475
Contribuição social (i)	-	423	-	423
	-	1.898	23	1.898
Demais tributos				
IR, PIS, COFINS e CSLL sobre serviços de terceiros	370	1.172	370	1.172
PIS e COFINS	2.558	2.044	2.565	2.044
ISS	2.396	1.863	2.396	1.863
Outros	157	161	157	161
	5.481	5.240	5.488	5.240
	5.481	7.138	5.511	7.138

(i) Recolhimento mensal por estimativa.

(ii) Referente a créditos tributários de INSS sobre verbas indenizatórias.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

17.1. Composição do saldo e movimentação:

	Controladora e Consolidado			
			Movimento no resultado / Outros resultados abrangentes	
	2025	2024	2025	2024
Créditos fiscais diferidos				
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências	4.730	3.570	(1.160)	(277)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	4.687	4.652	(35)	324
Passivo de arrendamento	9.068	17.669	8.601	(2.841)
Total diferido ativo	18.485	25.891	7.406	(2.794)
Débitos fiscais diferidos				
Valor justo – investimentos	(5.444)	(7.114)	(1.670)	126
Amortização de ágio	(8.804)	(8.804)	-	-
Arrendamento – direito de uso	(7.891)	(15.831)	(7.940)	2.559
Outras provisões	(1.657)	(1.440)	218	(1.051)
Total diferido passivo	(23.796)	(33.189)	(9.392)	1.634
Total do saldo de impostos diferidos	(5.311)	(7.298)	(1.986)	(1.161)

17.2. Período estimado de realização dos créditos fiscais diferidos:

A expectativa da Administração da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias, no montante de R\$ 18.485 são realizáveis através da geração dos resultados tributáveis projetados para os próximos 6 (seis) anos, de acordo com o cronograma apresentado a seguir:

Ano	Valor
2026	6.160
2027	4.108
2028	2.739
2029	1.829
2030	1.215
2031	2.434
	18.485

17.3. Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	111.236	128.673	111.272	128.673
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas vigentes na legislação	(37.820)	(43.749)	(37.832)	(43.749)
Ajuste para cálculo pela alíquota efetiva				
Despesas não dedutíveis (incluindo doações)	524	(631)	524	(631)
Adicional de 10% da base de IRPJ	24	24	24	24
Juros sobre capital próprio	16.014	9.350	16.014	9.350
Equivalência patrimonial	(9.425)	(2.651)	-	-
Parcela de impostos diferidos não reconhecidos (i)	-	-	(9.425)	(2.651)
Lei do Bem - Inovação tecnológica	27.484	-	27.484	-
Adições permanentes	(814)	(1.108)	(814)	(1.108)
Outros	(1.172)	1.269	(1.196)	1.269
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(5.185)	(37.496)	(5.221)	(37.496)
Corrente	(5.502)	(38.782)	(5.538)	(38.782)
Diferido	317	1.286	317	1.286
	(5.185)	(37.496)	(5.221)	(37.496)
Alíquota efetiva - %	4,66%	29,14%	4,69%	29,14%

- (i) Refere-se a parcela não reconhecida de prejuízos fiscais e bases negativas de controladas das quais não apresentam histórico de lucros tributários e não estimam lucros tributários futuros.

18. PASSIVOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

18.1. Passivos judiciais de perda provável

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Tributários	9.002	7.176
Trabalhistas	4.501	2.666
Cíveis	409	659
	13.912	10.501

18.2. Depósitos judiciais

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Trabalhistas	1.675	2.238
Cíveis	-	642
	1.675	2.880

18.3. Movimentação dos passivos judiciais

	Controladora e Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 1 de janeiro de 2024	5.764	2.381	595	8.740
Adições	898	791	-	1.689
Pagamentos	-	(973)	-	(973)
Reversões	-	(574)	-	(574)
Atualizações monetárias	514	1.041	64	1.619
Em 31 de dezembro de 2024	7.176	2.666	659	10.501
Em 1 de janeiro de 2025	7.176	2.666	659	10.501
Adições	1.269	458	2.245	3.972
Pagamentos	(422)	(707)	-	(1.129)
Reversões	-	(216)	(2.575)	(2.791)
Atualizações monetárias	979	2.300	80	3.359
Em 31 de dezembro de 2025	9.002	4.501	409	13.912

18.4. Perdas judiciais possíveis

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Tributárias (i)	8.107	7.721
Trabalhistas (ii)	6.020	4.058
Cíveis	954	755
	15.081	12.534

- (i) Dentre os processos tributários, destacam-se os processos referentes ao não recolhimento de ISS Retido pelos terceiros em Recife e o de contestação por parte das autoridades fiscais sobre a elaboração de obrigação acessória do PIS/COFINS.
- (ii) Refere-se as estimativas de perdas judiciais trabalhistas que seguem a metodologia descrita na política contábil da Companhia, conforme Nota 2.20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

O saldo de passivos e depósitos judiciais apresentado é referente à Controladora, pois em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não existem saldos nas demonstrações das controladas. Desta forma a posição contábil do Consolidado e Controladora possuem os mesmos valores.

19. COMPROMISSOS

Para viabilizar suas atividades, a Companhia celebrou contratos de fianças bancárias, agrupados e caracterizados conforme segue:

19.1. Fianças bancárias:

Com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias, garantidas por instituições financeiras de primeira linha, apresentam a seguinte composição referente a uma única garantia oriunda de uma parceria comercial junto às bandeiras de arranjo de cartões:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Contratos de prestação de serviços	6.383	1.238
	6.383	1.238

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social

Em reunião realizada em 16 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 50.000, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 279.232. Não houve alteração na quantidade de ações.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado foi no montante de R\$ 229.232, composto por 41.800.000 (quarenta e um milhões e oitocentos mil) ações ordinárias e sem valor nominal.

20.2. Ações em tesouraria

	Quantidade de ações		Custo de aquisição por ação - em Reais		
	Saldo em tesouraria	Valor ponderado	Fechamento	Mínimo	Máximo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	543.535	10.637	19,57	19,04	19,57
Plano de incentivo e retenção baseado em ações - ações entregues	(24.399)	(405)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	519.136	7.995	15,40	14,92	15,52
Plano de incentivo e retenção baseado em ações - ações entregues	(67.811)	(1.242)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	451.325	7.650	16,95	16,90	17,55

Com base na posição acionária em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a quantidade base para determinação do limite de 10% (*Free Float*) das ações em tesouraria é de 1.860.828.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das ações mantidas em tesouraria, calculado com base na última cotação em Bolsa anterior à data do balanço é de R\$ 7.650 (Em 31 de dezembro 2024 - R\$ 7.995).

20.3. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

Conforme Lei das SA, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Para os lucros acumulados na data de 31 de dezembro de 2025 a destinação será definida e aprovada em deliberação da AGO – Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no dia 30 de abril de 2026.

21. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Foi deliberado com base nos resultados operacionais e financeiros até dezembro de 2024, o creditamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) relativo ao exercício social de 2024, no montante total de R\$ 27.500 (líquido de impostos o valor de R\$ 23.696), conforme comunicados ao mercado nas datas listadas abaixo:

- (i) Em 19 de março de 2024 a distribuição do montante total de R\$ 6.500 (0,15755 por ação), cujo pagamento foi realizado no dia 4 de abril de 2024;
- (ii) Em 25 de junho de 2024 a distribuição do montante de R\$ 6.500 (0,15747 por ação), cujo pagamento foi realizado no dia 11 de julho de 2024;
- (iii) Em 24 de setembro de 2024 a distribuição no montante de R\$ 7.100 (0,17199 por ação), cujo pagamento foi realizado no dia 9 de outubro de 2024;
- (iv) Em 17 de dezembro de 2024 a distribuição no montante de R\$ 7.400 (0,17925 por ação), cujo pagamento foi realizado no dia 6 de janeiro de 2025.

A proposta da Administração para destinação do lucro líquido do exercício social de 2025, será deliberada na Assembleia Geral Ordinária do dia 30 de abril de 2026, é a seguinte:

Destinação do lucro líquido do exercício de 2025

Reserva legal - 5%	5.302
Reserva de retenção de lucros	3.649
Dividendos mínimo obrigatório – 25% - JCP	25.187
Dividendos complementares distribuídos – JCP	21.913
Dividendos intermediários	50.000
	106.051

A Administração da Companhia, nos termos das deliberações tomadas em reunião do Conselho da Administração, deliberou:

- (i) Em 31 de março de 2025 a distribuição do montante total de R\$ 6.900 (0,16714 por ação), cujo pagamento foi realizado no dia 15 de abril de 2025;
- (ii) Em 25 de junho de 2025 a distribuição do montante de R\$ 7.100 (0,17173 por ação), cujo pagamento foi realizado no dia 15 de julho de 2025;
- (iii) Em 29 de setembro de 2025 a distribuição no montante de R\$ 7.100 (0,17171 por ação), cujo pagamento foi realizado no dia 15 de outubro de 2025;
- (iv) Em 16 de dezembro de 2025 a distribuição no montante de R\$ 26.000 (0,62879 por ação), cujo pagamento foi realizado no dia 30 de dezembro de 2025.

Os pagamentos foram realizados na forma de Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) relativo ao exercício social de 2025 e serão imputados ao total de dividendos propostos a serem pagos pela Companhia, relativos ao exercício social de 2025, “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária.

	JCP	Impostos	Valor Líquido
Março	6.900	(845)	6.055
Junho	7.100	(865)	6.235
Setembro	7.100	(863)	6.237
Dezembro	26.000	(3.185)	22.815
	47.100	(5.758)	41.342

A Administração da Companhia, nos termos das deliberações tomadas em reunião do Conselho da Administração, deliberou:

- (i) Em 30 de abril de 2025 o creditamento de dividendos complementares no valor de R\$ 18.089 (R\$0,438193348 por ação), pagos a partir do dia 15 de maio de 2025;
- (ii) Em 16 de dezembro de 2025 a distribuição de dividendos intermediários, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 50.000 (R\$1,209228591 por ação), pagos em 30 de dezembro de 2025.

22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

22.1. Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão descritos a seguir:

Categoria dos instrumentos financeiros	Classificação	2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes	Custo Amortizado	14.869	14.869	10.618	10.618
Títulos em renda fixa– CDB compromissadas	Custo Amortizado	28.505	28.505	85.579	85.579
Contas a receber	Custo Amortizado	99.114	99.114	84.292	84.292
Investimento – Fitbank (i)	VJORA	26.554	26.554	31.467	31.467
Total dos ativos financeiros		169.042	173.955	211.956	211.956
Categoria dos instrumentos financeiros	Classificação	2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Depósitos	Custo Amortizado	19.611	19.611	18.798	18.798
Fornecedores	Custo Amortizado	55.552	55.552	45.691	45.691
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	82.703	82.703	1.677	1.660
Arrendamento Mercantil	Custo Amortizado	10.882	10.882	11.179	11.179
Passivos de Arrendamento	Custo Amortizado	30.010	30.010	57.685	57.685
Total dos passivos financeiros		198.758	198.758	135.030	135.013

(i) Investimento mensurável a hierarquia de valor justo de nível 3.

22.2. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

22.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente, em adição a uma política de negociação ativa de limites operacionais disponíveis junto a instituições financeiras de pelo menos 1,2 vez o faturamento mensal médio.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por ano de vencimento,

correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados, por isso podem não ser consistentes com os saldos apresentados no balanço patrimonial e/ou respectivas notas explicativas.

	2026	2027	2028 e 2029
Depósitos	19.611	-	-
Fornecedores	55.552	-	-
Empréstimos e financiamentos	167	27.512	55.024
Passivos de arrendamento	19.520	15.121	6.251
	94.850	42.633	61.275

22.4. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado inerentes às suas atividades, com principal ênfase no risco de taxas de juros. Alterações adversas nessas taxas podem impactar negativamente o valor de seus ativos e passivos financeiros, os fluxos de caixa futuros e, consequentemente, seus resultados. O risco de mercado representa, portanto, a perda financeira potencial decorrente dessas flutuações.

22.5. Risco com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros principalmente em função de seu empréstimo internacional contratado em dezembro de 2025, pela controlada CSU Digital International LLC junto a instituição financeira nos Estados Unidos da América, cujo custo está indexado à taxa SOFR. Parte dos recursos captados foi remetida ao Brasil para suporte às operações locais, permanecendo o saldo remanescente aplicado no exterior até sua utilização. Dessa forma, a Companhia encontra-se exposta à volatilidade da SOFR e, subsidiariamente, das taxas pós-fixadas brasileiras (incluindo CDI), considerando que parcela das disponibilidades no Brasil está aplicada em instrumentos financeiros remunerados por essa taxa.

22.6. Risco com taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial em decorrência do empréstimo contratado em moeda estrangeira pela controlada CSU Digital International LLC, bem como do saldo mantido em caixa na referida entidade. Adicionalmente, parte dos recursos captados no exterior foi transferido ao Brasil, gerando passivo em dólar registrado na controladora. Assim, as oscilações do dólar norte-americano (USD) podem afetar tanto o valor do passivo financeiro quanto o saldo de caixa em moeda estrangeira. Não obstante, a administração monitora de forma contínua essa exposição e avalia que, dado o perfil de utilização dos recursos e o volume atualmente mantido em moeda estrangeira, o risco cambial é compatível com as operações da Companhia.

22.7. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice, apresentado no quadro a seguir, corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e arrendamento (incluindo circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, enquanto o capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

	Controladora	
	2025	2024
Empréstimos e passivos de arrendamento	92.195	64.825
Caixa e equivalentes de caixa	(43.374)	(95.679)
Dívida líquida	48.821	(30.854)
Capital total	517.175	446.042
Índice de alavancagem financeira	0,094	(0,069)

	Consolidado	
	2025	2024
Empréstimos e passivos de arrendamento	123.595	70.541
Caixa e equivalentes de caixa	(75.674)	(96.197)
Dívida líquida	47.921	(25.656)
Capital total	516.276	451.240
Índice de alavancagem financeira	0,093	(0,057)

22.8. Derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

22.9. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O risco associado aos ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia está ligado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre as aplicações em títulos de renda fixa, e aos

seus contratos de arrendamento, todos com *spreads* pré-fixados. Já para os empréstimos o risco está associado à variação da *3-Month SOFR* e à variação do dólar americano. Os valores justos se aproximam dos seus valores contábeis.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos saldos dos itens financeiros, ao qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2025 foram definidos três cenários diferentes: (a) cenário provável - considerando a projeção da taxa média anual para os próximos 12 meses; (b) cenário II - com apreciação de 25% sobre o cenário provável; e (c) cenário III - com apreciação de 50% sobre o cenário provável.

Para os casos que envolvem a projeção de moeda estrangeira, além do acréscimo do indexador, foi considerado: (a) cenário provável – considerado a projeção da taxa de câmbio conforme boletim oficial do Banco Central do Brasil; (b) cenário II – com apreciação de 5% sobre o cenário provável; e (c) cenário III - com apreciação de 10% sobre o cenário provável.

Para os saldos de aplicações financeiras e passivos de arrendamento o cenário provável considera a projeção do CDI, enquanto que para o saldo de empréstimos o cenário provável considera a projeção da *3-Month SOFR* e acrescido da projeção de variação do dólar americano.

Para os saldos de aplicações em títulos de renda fixa, os cenários II e III consideram depreciação das taxas.

Para verificação da sensibilidade para cada cenário foram calculadas as respectivas remunerações brutas, de receita ou despesa financeira para esses ativos e passivos financeiros, respectivamente, para os próximos doze meses, apresentados a seguir:

	Ativos (passivos) financeiros		Risco	Receitas (despesas) financeiras		
	2025	2024		Cenário		
				Provável	II	III
Aplicações financeiras	33.651	85.579	CDI	4.122 12,25%	3.092 9,19%	2.061 6,13%
Passivo de arrendamento	(40.892)	(68.864)	CDI	(5.009) 12,25%	(6.262) 15,31%	(7.514) 18,38%
Empréstimos	(82.703)	(1.677)	SOFR / USD	(2.839) 3,43%	(9.232) 11,16%	(14.386) 17,40%

23. REMUNERAÇÃO COM BASE EM AÇÕES

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2015, foi aprovada a criação de um Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovado pela CVM em 20 de julho de 2015, com objetivo de transferir a titularidade das ações disponíveis em tesouraria, sendo 451.325 em 31 de dezembro de 2025 (519.136 em 31 de dezembro de 2024) de forma não remunerada, isto é, sem opção de compra, obedecendo os prazos de 24 a 36 meses a partir da data de outorga e demais condições estabelecidas no programa.

Até 31 de dezembro de 2025, foram outorgadas 482.229 ações a 22 funcionários da Companhia. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 foi reconhecida o montante de R\$ 899 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 875), referente a todos os programas de plano de opções de ações e de ações em tesouraria.

24. SEGUROS

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Seguro compreensivo empresarial	387.613	406.101	415.125	437.063
Responsabilidade civil	117.741	120.085	117.741	120.085
Seguro processo cível	29.735	5.213	57.247	36.175
Seguro cyber	10.000	-	15.502	-
Seguro de veículos	8.573	8.069	8.573	8.069
Seguro judicial trabalhista	6.382	5.157	11.884	11.349
	560.044	544.625	626.072	612.741

25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de prestação de serviços	704.683	647.225
Deduções da receita bruta		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	(14.337)	(12.875)
PIS e COFINS	(49.332)	(45.748)
Contribuição Previdenciária Patronal	(17.485)	(20.963)
Receita líquida de prestação de serviços	623.529	567.639

Em 27 de dezembro de 2023 foi publicada a Lei nº 14.784/2023, que prorroga a desoneração da folha de pagamento até o fim de 2027. Comumente conhecida como “desoneração da folha”, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi instituída pela Lei nº 12.546 de 2011, inicialmente era obrigatória e válida até 31 de dezembro de 2014. No entanto, vem sofrendo sucessivas prorrogações, além de ter sido suprimida a sua obrigatoriedade.

A desoneração da folha é o mecanismo praticado pelo governo com o intuito de beneficiar empresas de alguns setores. A CPRB tende a ser a menor que a contribuição previdenciária calculada sobre a folha. A Companhia é elegível por este benefício por prestar serviços de tecnologia da informação (TI), de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de call center, além de outras atividades não abrangidas.

26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Custo dos serviços prestados			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mão de obra	(219.983)	(200.729)	(219.983)	(200.729)
Depreciação e amortização	(54.707)	(55.436)	(54.707)	(55.436)
Aluguel e manutenção de software	(39.280)	(23.656)	(39.280)	(23.656)
Ocupação	(18.944)	(17.477)	(18.944)	(17.477)
Consumo e entrega de prêmios	(10.451)	(7.916)	(10.451)	(7.916)
Expedição	(6.777)	(5.395)	(6.777)	(5.395)
Materiais operacionais	(5.946)	(5.586)	(5.946)	(5.586)
Serviços contratados	(5.355)	(7.897)	(5.355)	(7.897)
Consumo de cartões	(3.489)	(3.449)	(3.489)	(3.449)
Comunicação	(2.768)	(3.056)	(2.768)	(3.056)
Manutenção de equipamentos / móveis	(2.185)	(2.423)	(2.185)	(2.423)
Viagens e representações	(1.949)	(1.710)	(1.949)	(1.710)
Propaganda / relacionamento	(138)	(336)	(138)	(336)
Despesas judiciais	(1)	-	(1)	-
Crédito PIS/COFINS	9.193	9.075	9.193	9.075
Outros	(2.897)	(2.259)	(2.897)	(2.259)
	(365.677)	(328.250)	(365.677)	(328.250)

	Despesas com vendas, gerais e administrativas			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mão de obra	(62.753)	(62.827)	(79.905)	(63.259)
Depreciação e amortização	(5.082)	(4.842)	(7.414)	(6.272)
Aluguel e manutenção de software	(5.074)	(5.010)	(5.285)	(5.010)
Ocupação	(4.273)	(3.880)	(6.570)	(3.881)
Materiais operacionais	(547)	(735)	(547)	(735)
Serviços contratados	(21.011)	(11.670)	(23.518)	(13.140)
Comunicação	(501)	(390)	(532)	(390)
Manutenção de equipamentos / móveis	(1.694)	(959)	(1.694)	(1.065)
Viagens e representações	(8.814)	(3.354)	(10.254)	(5.626)
Propaganda / relacionamento	(4.636)	(7.540)	(5.101)	(7.540)
Despesas judiciais	(687)	(1.282)	(687)	(1.282)
Outros	(6.599)	(4.130)	(7.058)	(5.933)
	(121.671)	(106.619)	(148.565)	(114.133)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de aplicação financeira	5.179	6.257	5.325	6.257
Variação monetária ativa	4.539	1.891	4.591	1.891
Juros e multa moratória ativa	408	505	445	625
Impostos sobre receita financeira	-	-	(7)	-
Variação cambial	-	60	-	60
	<u>10.126</u>	<u>8.713</u>	<u>10.354</u>	<u>8.833</u>
Encargos s/ empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e direito de uso	(6.172)	(8.346)	(6.455)	(8.749)
IOF	(416)	(122)	(416)	(122)
Variação monetária passiva	(3.380)	(1.642)	(3.380)	(1.642)
Despesas bancárias	(198)	(134)	(891)	(134)
Juros e multa moratória passiva	(351)	(19)	(351)	(19)
Outros	(196)	(151)	(196)	(151)
	<u>(10.713)</u>	<u>(10.414)</u>	<u>(11.689)</u>	<u>(10.817)</u>
	<u>(587)</u>	<u>(1.701)</u>	<u>(1.335)</u>	<u>(1.984)</u>

28. RESULTADO POR AÇÃO

Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 20.2).

Diluído

O resultado diluído por ação é obtido ajustando-se a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para incluir todas as potenciais ações ordinárias que possam diluir o lucro por ação, presumindo-se a conversão ou exercício desses instrumentos dilutivos, e ajustando o lucro líquido conforme necessário para refletir os efeitos dessas conversões.

	2025	2024
Numerador (em Reais)		
Lucro líquido atribuível às ações ordinárias	106.051	91.177
Denominador (em unidades de ações)		
Número médio ponderado de ações ordinárias (excluídas ações em tesouraria)	40.717	40.764
Número médio ponderado de ações ordinárias (excluídas ações em tesouraria e potenciais ações concedidas a empregados)	<u>41.199</u>	<u>41.158</u>
Resultado básico por ação	2,6046	2,2367
Resultado diluído por ação	2,5741	2,2153

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração. As informações de ativos e passivos por segmento não são fornecidas regularmente para a Administração. O resumo com as informações por segmento da Companhia, segregadas entre CSU.Pays e CSU.DX, está demonstrado a seguir:

	Controladora			
	CSU Pays		CSU DX	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de prestação de serviços	451.657	432.042	253.026	215.183
Deduções da receita bruta	(61.171)	(61.490)	(19.983)	(18.096)
Receita líquida de prestação de serviços	390.486	370.552	233.043	197.087
Custo dos serviços prestados	(180.436)	(167.226)	(185.241)	(161.024)
Lucro bruto	210.050	203.326	47.802	36.063
Despesas operacionais	(99.944)	(70.224)	(46.085)	(38.791)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	110.106	133.102	1.717	(2.728)

	Consolidado			
	CSU Pays		CSU DX	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de prestação de serviços	451.657	432.042	253.026	215.183
Deduções da receita bruta	(61.171)	(61.490)	(19.983)	(18.096)
Receita líquida de prestação de serviços	390.486	370.552	233.043	197.087
Custo dos serviços prestados	(180.436)	(167.226)	(185.241)	(161.024)
Lucro bruto	210.050	203.326	47.802	36.063
Despesas operacionais	(99.160)	(69.941)	(46.085)	(38.791)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	110.890	133.385	1.717	(2.728)

Os 10 maiores clientes concentram parte significativa da receita bruta anual, de forma que a perda de nossos maiores clientes pode impactar de forma adversa os resultados da Companhia.

30. DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Compensação de tributos a recuperar	(16.570)	(6.164)
Plano de ações - Nota 23	(899)	(875)
JCP declarados não pagos no exercício - Nota 21	-	(7.400)
Direito de uso e arrendamentos – remensurações – Nota 12	(471)	(38.089)
Adições de direito de uso / leasing - Nota 12	(4.860)	(1.499)
Ajustes de avaliação patrimonial	(3.793)	512
Aumento de capital social utilizando reserva de lucros	(50.000)	-
	(76.593)	(53.515)

Orçamento de Capital 2026

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 196 da Lei 6.404/76, submetemos à deliberação de V.Sas. o Orçamento de Capital da CSU Digital S.A. para o exercício de 2026, no valor de R\$ 94,4 milhões, conforme fontes de financiamento abaixo:

INVESTIMENTOS

Valor – R\$ Mil

	2025		2026
	Real	Plano	Plano
CSU .Pays 1			
Tecnologia (HW/SW/Customizações)	72.888	76.216	82.496
CSU.DX 1			
Tecnologia (HW/SW/Customizações)	5.361	9.983	7.317
Corporativo			
Tecnologia (HW/SW) e Outros	3.512	4.358	4.591
Total	81.760	90.557	94.405

1. Os investimentos em software, customizações e hardware na CSU Pays representam a estimativa da Administração dos valores a serem despendidos em novos produtos, atualização dos sistemas atuais da Companhia e implantação de prospects.
2. Os investimentos da unidade CSU DX destinam-se principalmente aos desembolsos para a implantação do produto HaS (Tecnologia de hiperautomação para altos volumes de processos) para prospects.
3. Não foram incluídos investimentos em M&A (valores futuros serão levados para a RCA tempestivamente) e valores de direiro de uso (IFRS 16).

USO E FONTE DE RECURSOS:

Descrição Valor – R\$ Mil

Usos

Plano de investimentos	94.405
Redução de dívida líquida	54.752
Pagamentos de dividendos	50.000
Pagamentos de JCP	47.100
Total	246.257

Fontes

Fluxo de caixa operacional	246.257
Total	246.257

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da CSU Digital (“Companhia”) é um órgão não estatutário permanente de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração da Companhia (“Conselho de Administração”) e com autonomia operacional de funcionamento. Como parte do processo de evolução contínua da governança corporativa da Companhia e atendimento do Regulamento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”), o Comitê teve sua instalação aprovada em reunião do Conselho de Administração realizado em 18 de abril de 2022 e seu Regimento Interno (“Regimento”) também foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião ocorrida na mesma data, disponível na página de RI da Companhia.

O Comitê define anualmente um Plano de Trabalho para o adequado planejamento e execução de suas responsabilidades. As reuniões são realizadas em caráter ordinário trimestralmente ou extraordinariamente sempre que necessário, seguindo as regras para convocação.

Entre 02/05/2025 e 05/03/2026, o Comitê reuniu-se 4 vezes. Durante as reuniões realizadas também participaram as áreas de (i) Controladoria; (ii) Auditoria interna, (iii) Riscos e Compliance, (iv) Finanças, (v) Jurídico além da Auditoria independente.

Reuniões realizadas e principais assuntos discutidos

02/05/2025: Apresentação das Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas do trimestre findo em 31 de março de 2025. Ratificação da independência da Auditoria Externa. Apresentação do relatório trimestral de atividades do Comitê de Auditoria para o ano de 2025. Apresentação do Painel com os resultados do Canal Interno de Denúncias referente ao período de janeiro de 2025 à março de 2025. Apresentação do status do cronograma das atividades de Riscos e Compliance /PLD.

04/08/2025: Apresentação das Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas do trimestre findo em 30 de junho de 2025. Apresentação dos trabalhos das atividades de Riscos, Compliance e Auditoria Interna desde o último reporte, incluindo o resultado preliminar da consultoria especial da KPMG. Escopo do trabalho da E&Y – PLDFT. Resultados dos trabalhos desenvolvidos sobre o canal interno de denúncias referente ao primeiro semestre de 2025. Atualização das ações relacionadas à Caixa Econômica Federal.

04/11/2025: Apresentação das Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas do trimestre findo em 30 de setembro de 2025. Exame, análise e aprovação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025. Ratificação da independência da Auditoria Externa. Atualizações sobre os processos entre a Companhia e a CEF (Caixa Econômica Federal). Apresentação e status dos projetos ESG e Reforma Tributária. Apresentação do Painel com os resultados do Canal Interno de Denúncias referente ao período de janeiro de 2025 a outubro de 2025. Apresentação das regulamentações do Banco Central do Brasil atualizadas. Apresentação do status do cronograma das atividades de Riscos, Compliance e Auditoria Interna.

05/03/2026: Apresentação das Demonstrações Financeiras Auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Ratificação da independência da Auditoria Externa. Apresentação de resultados de 2025 e projetos para o exercício 2026. Atualizações sobre os

processos entre a Companhia e a CEF (Caixa Econômica Federal). Apresentação do status do cronograma das atividades de Riscos e Compliance /PLD. Apresentação das regulamentações do Banco Central do Brasil atualizadas. Auditoria internas em 2025 e cronograma de auditoria interna para 2026 e 2027. Plano de ação para KYC (Know Your Client). Apresentação do Painel com os resultados do Canal Interno de Denúncias referente ao período de compreendido entre janeiro e dezembro 2025.

Conclusões e recomendações

O Comitê de Auditoria, com base nas atividades desenvolvidas, nas recomendações e orientações emitidas e atendidas, e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considera que:

- a) cumpriu seu Plano Anual de Trabalho;
- b) os controles internos da Empresa são adequados ao porte e à complexidade dos negócios, bem como é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- c) a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência e qualidade;
- d) o processo de contabilidade societária segue as normas legais e as práticas adotadas no Brasil;
- e) a qualidade dos trabalhos e as informações prévias fornecidas pelos auditores independentes são satisfatórias;
- f) As recomendações de pautas propostas pelo Comitê foram acatadas por meio de apresentações realizadas para os temas específicos (Negócios e Segurança da informação).

No exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, os membros do Comitê analisaram a documentação composta pelas demonstrações Financeiras, pelo relatório anual da administração, acompanhadas do parecer preliminar da auditoria independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, e recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Antonio Kandir
(Membro e Coordenador do Comitê)

João Carlos Matias
(Membro do Comitê)

Sérgio Luiz da Silva Ribeiro
(Membro e Especialista Contábil do Comitê)

Patricia Gracindo Marques de Assis Bentes
(Membro do Comitê)

Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da CSU Digital S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e por seus auditores independentes, procederam o exame e análise do parecer preliminar dos auditores independentes, sem ressalvas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e também analisaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao mesmo exercício, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, e do Valor Adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como as propostas para a destinação do resultado do exercício de 2025, e, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Kandir

Sérgio Luiz da Silva Ribeiro

João Carlos Matias

Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Kandir
Presidente do Conselho Independente

Antonio Martins Fadiga
Conselheiro Independente

Marcos Ribeiro Leite
Conselheiro

Rubens Antonio Barbosa
Conselheiro Independente

Ricardo Ribeiro Leite
Conselheiro Independente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos da Resolução CVM nº 80/2022, os diretores da CSU DIGITAL S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

DIRETORIA

Marcos Ribeiro Leite
Diretor Presidente

Pedro Alvarenga D’Almeida
Diretor Executivo de Finanças & Relações com Investidores

Fabiano Agante Droguetti
Diretor Executivo de Tecnologia da Informação

André Victor Vicentini de Oliveira
Diretor de Finanças, Controladoria e Tesouraria

Sérgio Pereira da Trindade
Gerente de Controladoria Sr – CRC 1SP198109/O-7

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos da Resolução CVM nº 80/2022, os diretores da CSU DIGITAL S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.